



**Universidade de São Paulo  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.  
Departamento de Geografia**

**Clelton John Souza da Conceição.**

**A Desterritorialização dos Moradores do Igarapé-Altamira, a partir da  
Inserção da Usina Hidrelétrica Belo Monte e a Reestruturação Urbana em  
Altamira-Pará.**

**Versão Corrigida**

São Paulo

2023

**Clelton John Souza da Conceição.**

**Versão Corrigida**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em geografia humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas da Universidade de São Paulo-USP, como requisito para obtenção do título de Mestre em ciência, sob a orientação, do orientador Prof. Dr. Hervé Emillien René Théry.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C652d Conceição, Cleltonl John Souza Da  
a desterritorialização dos moradores do Igarapé  
Altamira e a reestruturação urbana da cidade de  
Altamira-Pará a partir da implementação da UHE Belo  
Monte / Cleltonl John Souza Da Conceição; orientador  
Hervé Emillien René Théry - São Paulo, 2022.  
128 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São  
Paulo. Departamento de Geografia. Área de  
concentração: Geografia Humana.

1. desterritorialização. 2. Altamira. 3. UHE Belo  
Monte. 4. Reestruturação Urbana. I. Théry, Hervé  
Emillien René, orient. II. Título.



**ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**

**Termo de Anuência do (a) orientador (a)**

**Nome do (a) aluno (a): Clelton John Souza da Conceição**

**Data da defesa: \_\_\_17\_\_\_/\_\_\_11\_\_\_/\_2022\_\_\_**

**Nome do Prof. (a) orientador (a): Prof<sup>o</sup> Dr. Hervé Émillien René  
Théry**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, \_\_\_04\_\_\_/\_\_\_02\_\_\_/\_2023\_\_\_

---

*(Assinatura do (a) orientador (a))*

Nome: Conceição, Clelton John Souza da

Título: **A Desterritorialização dos Moradores do Igarapé-Altamira, a partir da Inserção da Usina Hidrelétrica Belo Monte e a Reestruturação Urbana em Altamira-Pará.**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em geografia humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas da Universidade de São Paulo-USP, como requisito para obtenção do título de Mestre em ciência, sob a orientação, do orientador Prof. Dr. Hervé Emillien René Théry.

Aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**Banca examinadora**

Nome: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

## **Dedicatória**

Dedico a meus pais Maria Salma e José Zamim de quem jamais poderei esquecer, e a quem meu coração chora de saudade os amo, aos meus irmãos por zelarem e cuidarem de mim, e aos meus sobrinhos que são minhas extensões de amor.

## **Agradecimentos**

Agradeço a CAPES, agência de fomento que me concedeu bolsa para que eu pudesse custear a pesquisa, a Universidade de São Paulo pela oportunidade de desbravar as noções geográficas, ao meu orientador Prof. Dr. Hervé Théry pelo apoio e pela sempre postura generosa e cortês com a qual sempre me tratou, agradeço aos amigos, familiares e a todos que me acompanharam nessa jornada, aos meus amigos de UFPA, irmãos de república, aos meus amigos dos CRUSP, que me mantiveram acolhidos longe de casa.

Aos meus companheiros de USP, pelas conversas, pelo apoio e por se fazerem presente sempre que solicitados, os ciclos geográficos sempre nos manterão unidos.

Aos meus pais que me acompanham agora em meu coração, pelas oportunidades que me deram através da educação e dos ensinamentos diários, continuo sentido a falta intensa de vocês, mas sei que sempre estão comigo.

Ao governo do PT por ter criado através do PROUNI, o campo de Altamira onde me formei em Professor de Geografia, e a Universidade Federal do Pará por me conceder uma educação de qualidade e instigadora para que eu alcançasse novos voos a partir do que me foi apresentado na mesma.

Aos meus irmãos pelo carinho e amor que mantiveram comigo, que depois que meus pais se foram ganharam um filho extensivo.

Aos meus amigos de Icoaraci pela parceria e compreensão de sempre e pelas conversas que acalentavam meu coração.

Aos meus amigos do Feat, que me ajudaram e me ampararam vários momentos que precisei, dividimos lágrimas e rios, e nos fortalecemos sempre que um de nós vence.

Ao meu amado Irmão Clebson Williams e a minha Irmã Regiane que sempre estiveram ao meu lado em todas as jornadas acadêmicas em que eu me meto bem longe de casa e de seus olhares protetores.

## **Resumo**

O presente trabalho tem como objetivo analisar a reestruturação urbana da cidade de Altamira-Pará a partir da inserção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, e como essa reestruturação contribuiu para a exclusão dos atingidos pela obra no município. Para isso o trabalho foi dividido em três capítulos, além da introdução e conclusão, para salientar a discussão sobre como a cidade de Altamira no sudoeste paraense já vinha sendo alvo de incursões governamentais bem antes da construção da UHE Belo Monte, para isso fazemos um estudo histórico metodológico através de textos que rememoram a grande abertura da estrada transamazônica no sudoeste paraense, colocando essa incursão do governo militar na década 1964, como um novo processo de povoamento e desenvolvimento da Amazônia aqui pelo uso da terra como principal chamariz, depois viajamos 30 anos depois no tempo, para olhar como os rebatimentos daquelas incursões contribuem para a nova dinâmica da cidade de Altamira, utilizando bibliografia e um extenso trabalho de campo para embasar a dissertação.

Palavras-chaves: reestruturação, Altamira-Pará, UHE Belo Monte.

## Abstract

The present work aims to analyze urban restructuring of the city of Altamira-Pará from the insertion of the Belo Monte Hydroelectric Power Plant, and how this restructuring contributed to the exclusion of those affected by the work in the municipality. For this, the work was divided into three chapters, in addition to the introduction and conclusion, to highlight the discussion about how the city of Altamira in southwest Pará was already the target of government incursions well before the construction of the UHE Belo Monte, for that we do a study methodological history through texts that recall the great opening of the transamazon road in the southwest of Pará, placing this incursion of the military government in the 1964s, as a new process of population and development of the Amazon here by the use of the land as the main attraction, then we travel 30 years then in time, to look at how the repercussions of those incursions contribute to the new dynamics of the city of Altamira, using bibliography and extensive fieldwork to support the dissertation

**Keywords:** restructuring, Altamira-Pará, UHE Belo Monte.

## **Lista de tabelas**

Tabela Greve.....	68
Tabela avaliação dos Rucs.....	127
Tabela avaliação dos Rucs.....	131

## **Lista de Gráficos**

Gráfico Evolução da população.....	56
Gráfico de empresas .....	57
Gráfico de violência na cidade.....	59
Gráfico sobre a percepção da situação urbana.....	60
Gráfico de avaliação dos trabalhadores.....	69
Gráfico Desnutrição.....	80
Gráfico jatobá: Moradia.....	101
Gráfico jatobá: Organização.....	102
Gráfico Jatobá: Equipamentos sociais.....	103
Gráfico jatobá: Mobilidade.....	104
Gráfico São Joaquim: Moradia.....	107
Gráfico São Joaquim: Organização.....	107
Gráfico São Joaquim Equipamentos sociais.....	108
Gráfico São Joaquim: Mobilidade.....	108
Gráfico Casa nova: Moradia.....	111
Gráfico Casa nova: Organização.....	112
Gráfico Casa nova: Equipamentos sociais.....	112
Gráfico Casa nova: Mobilidade .....	113
Gráfico Laranjeiras: Moradia.....	115
Gráfico Laranjeiras: Organização.....	116
Gráfico Laranjeiras: Equipamentos Sociais.....	116
Gráfico Laranjeiras: Mobilidade.....	117
Gráfico. Água azul: Moradia.....	120
Gráfico. Água azul: Organização.....	121
Gráfico. Água azul: Equipamentos Sociais.....	121
Gráfico. Água azul: mobilidade.....	122

Gráfico Avaliação Rucs.....	126
Gráfico Avaliação Rucs.....	130

## **LISTA DE SIGLAS**

CCBM	Consórcio Construtor de Belo Monte
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FVPP	Fundação Viver, produzir e Preservar
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JB	Jornal do Brasil
MPEPA	Ministério Público do Estado do Pará
RUC	Reassentamento Urbano Coletivo
PIN	Plano de Integração Nacional
SNI	Serviço Nacional do Índio
UHEBM	Usina Hidrelétrica de Belo Monte

## **Lista de Figuras.**

Figura 1: Índia Tuira.....	50
Figura 2: Mapa localização Belo Monte.....	54
Figura 3: Reportagem sobre o aluguel.....	61
Figura 4: Geração de emprego .....	63
Figura 5: Emprego em Altamira.....	65
Figura 6: Fluxo de migração.....	66
Figura 7: Dejetos no Rio Xingu.....	73
Figura 8: Praça.....	74
Figura 9: Praça.....	75
Figura 10: Quiosques orla .....	76
Figura 11: Praia da Orla.....	78
Figura 12: Parque Igarapé Altamira.....	79
Figura 13: Índios nas ruas.....	82
Figura 14: Casas sobre as palafitas.....	84
Figura 15: Igarapé Altamira revitalizado.....	87
Figura 16: Complexo museológico.....	8
Figura 17. Google Earth.....	92
Figura 18: Google earth.....	93
Figura 19: Google Earth.....	93
Figura 20. Google Earth.....	94
Figura 21: casa de palafita Igarapé Altamira .....	95
Figura 22: deslocamentos para os RUCs.....	99
Figura 23 Casas em construção no RUC.....	106
Figura 24: Ruc jatobá.....	107
Figura 25: Ruc São Joaquim.....	111
Figura 26: Ruc Casa nova .....	112

Figura 27: Ruc Laranjeiras.....	120
Figura 28: Ruc Agua azul.....	125
Figura 29 Complexo Museológico.....	129
Figura 30: Moradores no Ruc.....	132

## Sumario

Introdução.....	17
<b>CAP 1 - Abram alas que o governo que passar com um trator.</b>	
1.1 - O PIN como novo chamariz para a Amazônia.....	24
1.2 - PIN – Rumo a Integração Nacional? Uma nova ordem a velhos órgãos.....	29
1.3 - PIN- A POLÍTICA DE EXPANSÃO E DOMINAÇÃO DO ‘VAZIO BRASILEIRO’.....	39
<b>CAP 2 - A chegada da Hidrelétrica de Belo Monte e Seus aspectos históricos-geográficos no Município de Altamira-Pará</b>	
2.1 - 30 Anos depois um novo grande projeto na Amazônia ou será um revival do que nunca se teve .....	47
2.2- 1º “Boom de Belo Monte”: Migrações em massa: A explosão da UHE Belo Monte e seus efeitos no urbano de Altamira-Pa.....	53
2.3- 2º “Boom de Belo Monte”: Empregos há plenas turbinas.....	62
2.4- 3º “Boom de Belo Monte”: Novas Dinâmicas em Construção: A orla em transformação e a Gestão Sanitária “em cheque” .....	70
2.5- 4º “Boom de Belo Monte”: Novos, velhos conflitos.....	79
2.6- 5º “Boom de Belo Monte”: Removendo e Remodelando.....	83
<b>CAP 3.- Hidrelétrica de Belo Monte e o processo de desterritorialização dos moradores do Igarapé Altamira.</b>	
3.1- “Grande cidade ou cidade grande”?.....	90
3.2- De pau a pique à Palafita.....	95
3.3- A saída do Rio Xingu: Casas sem homens, para homens sem casa?.....	97
3.4 - Do rio aos RUCs: Altamira e os novos bairros da cidade...	99

<b>3.4.1- Ruc Jatobá.....</b>	<b>101</b>
<b>3.4.2- Ruc São Joaquim.....</b>	<b>107</b>
<b>3.4.3- Ruc Casa Nova.....</b>	<b>112</b>
<b>3.4.4- Ruc Laranjeiras.....</b>	<b>115</b>
<b>3.4.5- Ruc Água Azul.....</b>	<b>120</b>
<b>4- Conclusão.....</b>	<b>126</b>
<b>5- Referências.....</b>	<b>135</b>

## **Introdução**

O presente trabalho tem como objetivo analisar a reestruturação da cidade de Altamira-Pará a partir da inserção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, e como essa reestruturação contribuiu para a exclusão dos atingidos pela obra no município.

Para isso o trabalho foi dividido em três capítulos, além da introdução e conclusão, para salientar a discussão sobre como a cidade de Altamira no sudoeste paraense já vinha sendo alvo de incursões governamentais bem antes da construção da UHE Belo Monte.

Com isso o primeiro capítulo está situado dentro da incursão do Plano de Integração Nacional-PIN, que teve como principal fonte de investimentos a Região Amazônica, através de planos que visavam desenvolver a região, com isso iniciou-se o plano de desenvolvimento da Transamazônica, que visava realizar a integração da Região Norte com o resto do país, além de começar um plano de povoamento do chamado “vazio brasileiro”.

As estratégias de integração a partir do PIN, vinham também envoltas em conquista e domínio do território por parte do governo do regime militar brasileiro após o golpe de 1964, para assim tentar fazer frente a uma possível invasão do território pelos vizinhos da fronteira amazônica, colocando assim o Brasil como principal potência dentro do continente sul-americano.

O capítulo mostra como o povoamento da região amazônica ajudou a conter tanto insujeições dos movimentos contra o regime militar de 1964 dentro do território amazônico, e como as estradas abertas a partir da Transamazônica na porção do Sudoeste paraense ajudaram a pavimentar um processo cada vez mais dinâmico de migração dessa porção do território brasileiro.

Além de analisar como a partir do PIN o governo promoveu o controle de suas fronteiras, se projetando internacionalmente como uma nação soberana, a partir da crescente popularidade do regime militar no Estado-Nação fez com que o governo tivesse apoio nos mais diversos planos de governo.

Vemos ainda que através do PIN, o governo propõe uma política de distribuição de terras cultiváveis na região Amazônica, visando conter um crescente conflito de terras que vinha ganhando força na região Nordeste, além

de reintroduzir a partir disso migrantes para dentro da Amazônia, os posicionando em locais pensados para exercer uma função econômica e social dentro da região, trazendo para essa porção do território Amazônico onde esses migrantes foram assentados, uma função a desempenhar a partir das aberturas das estradas nas entranhas da Amazônia, voltada a atender principalmente os viajantes que passariam pela mesma.

Com isto viajaremos pelo PIN, para descobrimos sua função política, social e geográfica dentro do espaço amazônico, mostrando que o governo militar a partir de uma política de integração, crescimento e desenvolvimento da região amazônica, tinha planos que iriam pavimentar processos na Amazônia mesmo depois de 30 anos após o PIN.

E como essa visão de progresso e desenvolvimento vinha de mão dadas a um capital estrangeiro e grandes colonos de terras, que passariam a partir das incursões na Amazônia se tornar cada vez mais donos de grandes propriedades de terras, enquanto os migrantes chamados a se apossar da “terra sem homens” teriam que se contentar com uma pequena parcela da terra que seriam lhes doada.

Na viagem pela transamazônica também veremos como as políticas de estado do regime contribuíram para uma grande repressão à beira do Rio Araguaia, por onde a rodovia passa, deixando um fato histórico na região do estado do Tocantins.

Ainda na viagem pela construção da rodovia, chegaremos ao sudoeste paraense, para chegarmos na cidade de Altamira a principal área de estudo do nosso trabalho, conhecendo como a colonização da cidade a partir da abertura da estrada se deu, trazendo novos nuances para região do sudoeste paraense.

Ainda nesse capítulo conheceremos como a cidade Altamira vai se encaixar no projeto do governo, sendo vista como uma terra produtiva a partir do solo que possui, e como ela estava destinada há uma parcela de colonos do sul do Brasil, para ser utilizada para cultivo diversos.

Transformando a região em uma grande área para colonos do sul do Brasil, que vieram para a região atrás de terras por incentivo do governo, para ensinar os migrantes nordestinos a como cultivar as terras amazônicas e o que cultivar.

Além disso nessa viagem descobrimos que o município de Altamira, já era visto com bons olhos pelo regime a partir da inserção de órgãos governamentais dentro do território de Altamira, trazendo para cidade já naquela época uma importância dentro do Sudoeste Paraense.

Nosso segundo capítulo, faz um salto de 30 anos após o PIN, para a recuperação de um projeto que teve um sistema embrionário lá na década do regime militar em 1964, as hidrelétricas na Amazônia voltam com todo vapor dentro desse capítulo, que tem como principal objetivo abordar como uma cidade se remodela a partir da inserção de um grande projeto<sup>1</sup>.

Na volta desse processo de grandes objetos<sup>2</sup>, dentro do território amazônico faço um apanhado histórico dos movimentos contra a construção da hidrelétrica dentro do território amazônico, passando pelo momento da reunião com o presidente da Eletronorte com as tribos atingidas pela obra.

A partir desse ponto passo para a inserção da UHE Belo Monte dentro do município de Altamira e começo uma análise acerca de como o projeto impactou o município de várias formas, trazendo novas dinâmicas ao território.

Gerando rebatimentos nos mais diversos campos da sociedade do município de Altamira, rebatimentos que eu nomeei como os “booms de Belo Monte” trazendo em evidência como cada ramo da estrutura social da cidade reagiu ao impacto que a construção da hidrelétrica de Belo monte.

Analiso desde os rebatimentos sociais que o objeto Belo Monte atrai e os que ele “repele” ou multiplica a partir da sua existência no território, existência essa que vai colocar a existência de alguns modos de visão distorcidos como vies de base econômica e social.

Ao entrarmos dentro do sistema econômico Belo Monte vemos como só o simples fato da sua menção criativa, faz com os fixos e fluxos<sup>3</sup> se desencadeiem em novas perspectivas econômicas dentro do município, fazendo com que o setor econômico ferva dentro do território municipal.

---

<sup>1</sup> SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

<sup>2</sup> Idem. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, Edna; MOURA, Edila; MAIA, Maria Lúcia (Orgs.). Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço. Belém: EDUFPA, 1995. p. 13 - 20

<sup>3</sup> Idem.

Neste capítulo também vemos como a cidade de Altamira reverbera Belo Monte e como a cidade até então de porte médio<sup>4</sup>, acaba por ser tornar um chamariz dentro do sudoeste paraense, colocando-se em evidência a partir dos conflitos que Belo monte desencadeará.

Não é só Belo Monte que chega no sudoeste amazônico nesse capítulo, ela vem com uma onda de migração das mais diversas regiões para essa região do estado, colocando em evidência uma corrida por empregos dentro do território Amazônico, com isso, mais uma vez a Amazônia será alvo de migração, mais um “boom” relacionado ao grande objeto Belo Monte.

E os “booms” de Belo monte não param por aí, o capítulo continua sua análise trazendo o choque que o setor imobiliário causou na região, explodem os preços de aluguéis de imóveis dentro da região central do município, fazendo também com que mudanças no centro comercial e de serviços cheguem à região.

Os impactos de Belo Monte se multiplicam há mais uma parte do capítulo, vamos ver que o inchaço populacional causado por Belo Monte, vai fazer as ruas da cidade ferver e trazer com isso uma onda de motoristas sem placas e sem carteiras de condução invadem a região, causando uma verdadeira explosão de acidentes e fazendo o trânsito da cidade um caos.

Seguimos ainda com as dinâmicas explosões de Belo Monte, mostrando como os povos das regiões mais afetadas pela implementação da hidrelétrica reagiram ao impacto causado pela mesma nas suas dinâmicas sociais e econômicas, fazendo com que esses povos mudassem completamente alguns de seus costumes, a partir de um contato com um processo de maior fluidez no território.

Com isso finalmente chegamos a última parte do capítulo que vai adentrar pela remodelação da cidade a partir da avalanche Belo Monte, e em

---

<sup>4</sup> Na década de 1970, Andrade e Lodder (1979:35) definiram cidades médias como “centros e aglomerados que possuam em 1970 uma população urbana entre 50 mil e 250 mil habitantes”. Em outro estudo mais recente, Andrade e Serra (2001) consideraram como cidades médias àquelas que, segundo o censo de 1991, apresentavam uma população urbana entre 100 mil e 500 mil habitantes, enquanto a ONU define como médias as cidades com população entre 100 mil e um milhão de habitantes (GRAL/CEDRAL- 1994) e a União dos Arquitetos Internacionais –UIA em seu projeto CIMES – as delimitam entre 20 mil e dois milhões de habitantes. (UIA/CIMES, 2004). Nesse sentido, a definição de cidade média varia segundo a região, o país e o período histórico considerado. Amorim Filho (1982) aponta a necessidade de se estabelecer os limites máximos e mínimos entre as cidades para se chegar ao estabelecimento dos níveis hierárquicos. (IBGE, 2016, p.2)

alguns lugares vai parecer mesmo que foi uma avalanche que passou, os processos que Belo Monte projetou e que reconfiguraram os locais dentro do território de Altamira.

Aqui mostraremos como o capital se projeta no ambiente, e como isso o transforma, o remonta, o molda ou apenas revela como esse espaço absorve os impactos de grandes obras sobre ele, trazendo novas dinâmicas, fixos e fluxos ao ambiente renovado para um viés cada mais seletivo.

Chegamos ao último capítulo onde analisamos os rebatimentos acerca dos atingidos pelo grande fluxo que foi Belo Monte, mostrando que sua chegada não remoldou apenas espaços físicos dentro do município de Altamira, mas o cotidiano da cidade inserindo novos processos no dia a dia.

Aqui nos debruçaremos sobre os moradores que foram retirados dos seus antigos espaços e foram realocados nos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCS), para que pudessem assim ter uma melhor moradia e qualidade de vida.

A partir disso mostraremos como foi a retirada dos moradores do espaço das palafitas, a partir da condicionante que foi discutida e detalhada pelos órgãos gestores da UHE de Belo Monte e os atingidos como forma de “compensação” pelas mudanças que a obra ocasionaria na região a partir de sua implementação na região.

Com isso caminharemos pelos novos bairros criados para receber os atingidos pela obra, assim como mostremos como a cidade ganhou uma crescente e fluida nova mancha urbana a partir de Belo Monte, articulando-se para áreas que antes tinham uma densidade demográfica predominantemente baixa ou até mesmo nenhuma.

Trazendo e mostrando como a nova dinâmica de fluidez da cidade, irá causar uma nova onda de rebatimentos gerados pelas dinâmicas sociais de um espaço novo e remodelado, mas com conflitos que ainda datam de outros tempos, mostrando que as vezes mudar, nem sempre é mudar.

Continuando com o capítulo vamos esmiuçar a vivência das pessoas atingidas a partir dos cinco RUCs que foram entregues e implementados inicialmente para receber os moradores atingidos pela obra da UHE Belo Monte

tornando-os atores formuladores de um novo lugar, e componentes ativos de um novo território social.

Para que nossa pesquisa seja relevante comparo os dados que coletei na minha incursão em campo com os dados, que a Fundação Viver, produzir e Preservar, colheu durante seu trabalho no projeto, “ A VOZ DOS ATINGIDOS POR BELO MONTE: DIREITO E DEVERES”, comparticularizando os dados para que eu consiga mostrar como viver dentro dos RUCs, tem sido uma tarefa nada fácil a partir da falta de vários componentes que foram delimitados nas condicionantes de Belo Monte.

Colocando também dentro da discussão as falas do órgão gestor dos RUCs, a partir da vistoria do MPE-PA, em uma visita conjunta com os órgãos gestores, visita essa que visava obter respostas aos moradores pelas falhas em alguns elementos disponíveis dentro dos reassentamentos.

O capítulo busca dar voz aos moradores dos RUCs que já passavam por um processo de segregação social, nas áreas centrais da cidade, segregação essa que se dava a partir das suas moradias e das visões que elas transmitiam.

O capítulo busca enfatizar que os moradores atingidos pela construção de Belo Monte continuam sendo atingidos, continuam sendo alvo da exclusão da área central da cidade agora de uma forma ainda mais perceptível, principalmente quando vemos que os elementos que deveriam dar suporte para os mesmos dentro do ambiente de sua vivência social, não se faz presente.

Os RUCs se tornaram um receptáculo de micro agressões com as populações atingidas, os componentes avaliativos que a FVPP utilizou, e que eu também fiz uso mostram isso de uma maneira bem explícita, as vivências nos RUCs produzem agora uma exclusão ainda maior do que a da área central, se antes as palafitas que ficavam à beira do Rio Xingu, anunciavam que aquele espaço era marginalizado, agora a falta de elementos sociais dentro dos RUCs é que faz esse anúncio.

As vivências nos RUCs estão a prova, mas se um território é a formação de um povo e seus hábitos, como um povo que possuía hábitos e costumes podem criar um território aonde a reprodução de hábitos tende a ser mínima, os RUCs foram criados para resolver um problema de déficit de moradia, mas a

partir disso pode ter recriado um processo de exclusão que sim era notório, mas agora ficou inegável.

Vamos então olhar bem de perto como esses processos que parecem ser mínimos aos olhos de uma totalidade, se olhados com bem atenção podem mostrar que só não o enxerga, quem não quer, que algumas “pequenas” mudanças, podem causar problemas bem maiores a longo prazo.

Problemas que foram enxergados, que foram ditos e acordado que seriam resolvidos, mas que retornam e cada vez mais carregados em outros problemas, os ligados aos moradores das palafitas e dos bairros atingidos não foram resolvidos com os RUCs, a verdade é que assim como a cidade de Altamira atingiu foi alvo de uma enxurrada de novas dinâmicas, os problemas ligados aos residentes dos Rucs também irão.

Evidenciando a partir das incursões a campo, como os processos pensados para os moradores dos RUCs, colocam em evidencia uma face de exclusão e um crescente distanciamento social da área central do município pelas pessoas que ocupam esses novos locais de moradia.

## **CAP 1 - Abram alas que o governo que passar com um trator.**

### **1.1 - O PIN como novo chamariz para a Amazônia.**

Para que um governo se torne viável e estável do ponto de vista político se faz necessário que o mesmo possua ao menos no início de sua jornada de decisões um viés de diálogo com a sociedade civil, ao menos para que seus projetos de governos sejam vistos com bons olhos pelos seus apoiadores, e que forma melhor de iniciar um governo do que esboçar um plano nacionalista e integrador.

A integração “significa a superação das divisões e rupturas e a união orgânica entre os membros de uma organização” (PASQUINO, 1992, p. 632). Trata-se, portanto, de uma integração sistêmica, na qual se buscam o equilíbrio e a harmonia do todo, ultrapassando o mero sentido de unificação. Necessitando de certa homogeneidade cultural para se efetivar, a integração também depende da certeza quanto ao acesso a benefícios e do impulso de uma elite na condução do processo. Assim, a integração territorial, passo decisivo na construção do Estado, visaria a unificação do mercado, do ordenamento jurídico, do sistema de transporte e do sistema tributário. Já a integração nacional “diz respeito ao processo de criação de uma identidade comum a todos os grupos étnicos, linguísticos, religiosos e regionais, a fim de que se sintam parte de uma mesma comunidade política” (PASQUINO, 1992, p. 633). Portanto, integração territorial e nacional se complementam. E é no conceito de integração nacional que as referências simbólicas se unificam (SOUZA, 1995, p.139).

Com o golpe militar em meados da década de 60, o governo que ocupou o poder começou um período de grandes obras de infraestruturas dentro do território nacional, essas obras visavam principalmente um desenvolvimento o controle do território amazônico e de parte do Nordeste, esse *modus operandi* da gestão militar trouxe consigo em suas demais propagandas a importância de uma maior presença populacional no território amazônico.

No período compreendido entre 1965 e o início da década de 1980, o principal “atrator” do processo de povoamento do espaço regional amazônico brasileiro foi a estrutura criada pelas obras e intervenções do governo federal. Podemos supor que a dinâmica imprimida pelo governo na região, assim como a dos capitais privados que mobilizou, significou uma “bifurcação”, se comparada à estrutura regional anterior? Como a ação governamental operou de fora do sistema regional por uma série de impulsos organizados, orientando, inclusive, a ação (e localização) dos capitais privados, a resposta poderia ser negativa. No entanto, as interações nos subsistemas regionais, tanto “internas” como com o ambiente “externo”, foram profundamente alteradas, se comparadas às dominantes em períodos anteriores, as determinações da ação governamental não impedindo, ao contrário, alimentando, o aparecimento de formas espontâneas de organização espacial, que escapavam da funcionalidade previstas nos planos. (MACHADO, 1995, p.8)

A região amazônica como um todo se tornava cada vez mais uma área de interesse, para esses projetos que vinha sendo desenhados pelo governo

militar, as obras de infraestrutura tomariam conta de uma parcela grande da região Amazônica, esses novos objetos que estariam sendo posto dentro da dessas áreas também trariam consigo novos órgãos fiscalizadores.

A 3ª fase, de conquista da Amazônia, exigirá que se tome pé firme no segundo heartland do interior, para a concretização do grande esquema e manobra, concêntrico em todo um largo e importante primeiro tempo, e a seguir divergente a partir do polo capital de Manaus. A valia inigualável dos cursos de água nem precisa ser aí ressaltada, desde o Guaporé, demarcando lateralmente a fronteira, até os múltiplos afluentes penetrantes A Transacriana (BR-364), antevista por Euclides da Cunha, merece aqui especial referência, não seja acaso possível considerá-la como elemento essencial do próprio tamponamento inicial da fronteira. Se atentarmos para que, à medida de tudo isso, haverá que prosseguir na incorporação paulatina dos diversos maciços atlânticos de terras, o que se traduzirá em articulações internas convenientes para cada um, no povoamento e colonização, na exploração racionais dos recursos naturais – teremos pálida ideia do ingente vulto de toda a obra a concretizar para que o Brasil venha a ser, afinal, o ‘colosso do Sul’, como almejamos confiantes (SILVA, 1967, p.134).

Desde que se compreendeu a Amazônia como território a mesma sempre esteve presente nos ciclos econômicos propostos pelo sistema capitalista como fornecedor de matérias primas, mesmo com essa função estabelecida desde o início de um sistema voltado para o acúmulo de capital. Essa função de principal fornecedor ainda assim não conseguiu transformar a região de nenhuma forma em centro de progresso e desenvolvimento dentro do espaço nacional.

Havendo um mito de que a região amazônica por causa de sua extensão acabara por possuir uma baixa densidade populacional, com isso as obras do PIN (Plano de Integração Nacional) não só visavam trazer conexão das demais regiões do País, como também trazer um ciclo de repovoamento a região amazônica.

Com esse plano, a Segurança Nacional se faz mediante uma territorialização do Estado nacional que implique em domínio efetivo, claramente marcado por fluxos migratórios, intensa integração de atividades econômicas aos centros dinâmicos do país. Na perspectiva dos executores de um plano nacional de segurança, é necessária garantia mínima de dominação brasileira incrustada no território nacional. Para tanto, o Estado proporciona à coletividade nacional a consecução e salvaguarda de seu Poder Nacional, a despeito dos antagonismos internos ou externos, existentes ou presumíveis. As indicações de Golbery apontam para uma rearticulação do território que estimulasse a ampla manobra estratégica, objetivando a **integração definitiva e o desenvolvimento de todo o espaço nacional**. (Medeiros, 2015, p.47).

Movidos pelo lema “Terras sem homens, para homens sem-terra”, iniciaria assim o processo de implementação do PIN, e aonde uma obra se começava uma nova onda de locomoção populacional viria região amazônica a dentro, juntos com as estradas e os novos objetos colocados na região, a essas obras iriam ainda

trazer em seu contexto de criação, um ciclo de rebatimentos internos a região, os nativos da região seriam nesse contexto “afogados” nessa leva de mudanças que viria a partir do novo projeto de demandas do governo para a região.

Filho (2016), ao analisar a obra de Octavio Ianni “ditadura e agricultura” diz que o autor parte da premissa que durante o regime militar o Estado brasileiro adotou uma política repressiva e agressiva de subordinação da agricultura ao capital, e que os governos militares foram obrigados a comprometer profundamente o aparelho estatal com os interesses do capital monopolista estrangeiro e nacional. Acarretando assim a desnacionalização da nossa economia. Ianni rompe com o conceito de centro/periferia ao estudar o movimento do capitalismo, inserindo a noção de desenvolvimento desigual e combinado.

Naquela época a região foi propagandeada tanto como Eldorado quanto inferno verde, espaço aberto à ocupação e à transformação, um manancial que poderia alimentar a crescente população mundial e propiciar enormes riquezas a um país que aspirava grandeza e progresso. Nos anos 1970, a construção da rodovia Transamazônica foi um meio para promover a integração da Amazônia. A rodovia não chegou a ser concluída e permanece, ainda hoje, inacabada (GIOVANAZ apud. SOUZA, 2020, p.134).

Com o governo, dentro mais uma vez de uma campanha de expansão em direção a região amazônica, obras de ferrovias, aberturas de estradas, construção de hidrelétricas e o polo da Zona Franca de Manaus, começavam assim como pontos iniciais de uma nova frente de expansão e de um crescente processo de migração em direção ao norte do país, trazendo também a partir do PIN, o contexto de melhor defesa das fronteiras nessa região do território.

O PIN vinha com a premissa de trazer enfim um “progresso e desenvolvimento” para a região norte, essa parcela do país vista como uma fronteira do capital<sup>5</sup>, começava a se tornar de alguma forma para o Estado, menos fronteira e mais como um setor de reserva capitalista, com suas vastas extensões a região amazônica mais uma vez estava na mira do processo capitalista.

As bases legais foram estipuladas no sentido de estabelecer corredores de 200 quilômetros de extensão para colonização estatal. De acordo com o modelo do INCRA, para a operação de assentamento em grande escala, principalmente de trabalhadores rurais e arrendatários do Nordeste, foi fixada uma faixa de 10

---

<sup>5</sup> **BECKER, B. K.**; COSTA, Francisco Assis (Org.) ; COSTA, W. M. (Org.) . Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições. 1. ed. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2009. v. 1. 426p.

quilômetros de extensão de ambos os lados das estradas através da Amazônia, com vistas ao estabelecimento de pequenas propriedades de 100 hectares cada, num sistema de rotação de terras com apenas 50% de devastação – o restante era organizado em unidades de três mil hectares. Infelizmente, o plano de remover 2,2 milhões de km<sup>2</sup> de terras de especulação por desapropriação ao longo das estradas principais não foi realizado. Isso certamente teria fortalecido atividades federais e regionais na conservação de vastas extensões de florestas tropicais em décadas posteriores (Kohlhepp, 2002, p.38).

Nesta fase de mais um ciclo econômico se desenhando na região amazônica, o discurso que ecoava além de fazer uma ligação para a área central e mais desenvolvida do país, seria a otimização assim da escoação da produção e a da chegada da mão de obra necessária e de produtos para a região.

Trata-se, portanto, de novos objetos inseridos na nova dinâmica territorial, como as modernas plantas industriais; os recentes sistemas de circulação, estabelecidos pelas rodovias e ferrovias; as modernas redes de telecomunicações; os sofisticados sistemas portuários; a expansão da rede de energia elétrica, apoiada na instalação de modernas hidrelétricas; a presença dos grandes projetos econômicos e de infraestrutura, e, igualmente, suas franjas urbanas avançadas ou de fragmentos delas no interior da configuração urbana mais tradicional (Trindade Jr, 2013, p.9)

Os planos dos militares tinham uma função infra estrutural já delimitada e definida, como carro chefe em sua síntese inicial, a abertura de estradas vinha diretamente ligada as áreas principais de atuação desses planos, também já pré-estabelecida como as áreas para ampliação e formação de um corredor de bens e produtos da região. Tornando o território Amazônico como um dos principais sustentadores desse plano.

O PIN tinha uma égide de sustentáculos para se fazer acontecer, a criação e substituição de órgão que o governo julgasse ineficiente naquele período, obviamente que esses órgãos que o governo substituíu ou criava a partir do PIN, vinham com discurso totalmente alinhado com os detentores do poder.

Art. 1º O Programa de Integração Nacional, criado pelo Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, compreenderá especificamente, em sua primeira etapa, além das tarefas comuns de cada Ministério, necessárias ao pleno desenvolvimento do Programa, as seguintes atividades: I - na área do Ministério dos Transportes, a imediata construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, bem como de portos e embarcadouros fluviais, com seus respectivos equipamentos; II - na área do Ministério da Agricultura, a colonização e a reforma agrária, mediante a elaboração, a execução de estudos e a implantação de projetos agropecuários e agroindustriais, com as competentes desapropriações; a seleção, o treinamento, o transporte e o assentamento de colonos; a organização de comunidades urbanas e rurais e respectivos serviços básicos; III - na área do Ministério do Interior, o aceleração dos estudos e a implantação de projetos constantes da primeira fase do Plano de Irrigação do Nordeste, abrangendo obras de retenção, desvio, canalização, condução, aspersão e drenagem hidráulica, com prioridade para os que ofereçam, desde já, maior benefício social; IV - na área do Ministério das Minas e Energia, o levantamento

topográfico, da cobertura florestal, da geomorfologia para pesquisas minerais e energéticas, da natureza do solo e da respectiva drenagem e umidade. (BRASIL, Decreto Nº. 67.113/1970).

A propaganda nacionalista e de detenção do território, viria como um dos principais elos do processo inicial do plano, vendo nesse aspecto o território amazônico estava posto não só como uma fronteira para o capital, mas sim como uma fronteira para o próprio Estado nação, que nesse caso aqui via a Amazônia como uma raiz fronteira a ser cortada, para que sua própria hegemonia sob o território nacional fosse legitimada:

As gigantescas obras rodoviárias em andamento, aliadas aos programas de colonização, também em curso, empurram as fronteiras econômicas do país para regiões onde imperava o vazio demográfico, fazendo com que o Brasil cresça dentro dos seus próprios limites. Áreas de grande extensão se abrem, desse modo, à exploração agro-industrial, atraindo a migração de contingentes populacionais que procuram, em outras terras melhores condições de vida. (Departamento de Imprensa Nacional, 1971).

Ao tentarmos entender o PIN veremos que sua perspectiva de presença na região Amazônica se basearia também muito na estratégia de ocupação desse espaço, e a constante possibilidade de uma invasão do território pelos países de fronteira era sempre uma ideia que permeava nos imaginários dos governantes.

A ocupação da Amazônia em grande escala era considerada pelo governo civil-militar uma prioridade, tanto em seus termos em termos econômicos, quanto da perspectiva geopolítica, pois na visão dos militares a ocupação desses territórios serviria para absorver a tensão social, além de fornecer novos recursos e ampliar o mercado interno mantendo assim a soberania na América do Sul (Filho, 2014, p.146)

Esses ideários de povoamento se tornam cada vez mais realizáveis a partir dos movimentos propostos pelos órgãos responsáveis por delimitar e trabalhar os locais que os grandes objetos seriam sediados no espaço Amazônico.

O plano se coloca como um ponto do desenvolvimento de uma Amazônia que se via cada dia mais em ebulição política-estratégica, assim esse novo modelo de progresso para o território amazônico se articulava em várias frentes.

Esses processos só deram “certo”, graças as campanhas de pertencimento nacional organizadas pelo governo militar à época, sentimento

nacionalista empregado pelas campanhas, tornou a migração para a região amazônica possível.

A eficácia das estratégias de busca de aceitabilidade e adesão para a ditadura era atestada, pelos seus condutores, não apenas durante a sua vigência, mas também pós-regime. O gal. Ênio dos Santos Pinheiro afirmava em depoimento, no início da década de 90, que a Folha de S.Paulo fez uma pesquisa durante o período Médici e detectou que 85% da população considerava aquele governo ótimo e bom (Folha de S.paulo 1995). Os números não falam sozinhos. Mas o fato é que altos índices de aprovação a determinado governo significam um certo alcance de legitimidade. A legitimidade é aqui entendida como uma questão fundamental ao estudo de qualquer política governamental. Os governos utilizam de estratégias que os permitem aproximar-se da população e mobilizá-la a ponto de atingir, ou não, os objetivos de suas políticas. Essa discussão é aqui fundamental ao entendimento do Programa de Integração Nacional (Rezende apud. Soares, 2015 p.9).

As ações do plano que se estenderiam pela Região Amazônica, estavam postas e para que esses projetos tivessem suas ações introdutórias bem articuladas, os órgãos que iriam gerir essas obras ganharam uma ligação mais direta com o discurso do governo que estava no poder a época.

## **1.2 - PIN – Rumo a Integração Nacional? Uma nova ordem a velhos órgãos.**

Quando o governo militar assumiu o poder seus principais focos eram o fortalecimento do Estado, uma política que visava conter os “desvios” de verbas em alguns órgãos públicos, e também uma melhor definição das funções de outros órgãos dentro do processo, com isso alguns órgãos receberam novas definições e novos nomes, A SUDAM<sup>6</sup> emerge desse processo de substituição e criação de órgãos que tivessem uma dinâmica mais fechada com o discurso político do Estado.

Podemos apresentar as políticas de integração nacional do seguinte modo: tirar proveito da dimensão continental do país, ocupando os “espaços vazios” e promovendo o progresso de “novas áreas”, sem comprometer o “núcleo desenvolvido” do território nacional<sup>9</sup>. Os “espaços vazios” do território brasileiro representam à condição da Amazônia no início da década de 1970. A associação entre Amazônia e espaço vazio é um argumento recorrente nos discursos regionalistas que se referem a esta grande porção do território nacional – em um dos capítulos, analisaremos a maneira com que foi criada essa imagem da Amazônia. Segundo o discurso oficial, as “novas áreas” a entrarem no rumo do progresso seriam tanto a Amazônia como o Nordeste do Brasil, regiões que, na racionalidade que orienta o “terceiro governo” da ditadura, eram entendidas como localidades marginalizadas da economia nacional. Por último, o “núcleo desenvolvido” a que se refere os documentos da época é justamente o Centro-Sul industrializado, região que não poderia ser comprometida pelo atraso econômico de outras partes do país e que cumpriu

---

<sup>6</sup> A SUDAM é criada a partir da dissolução SPVEA (Superintendência de Plano de Valorização Econômica da Amazônia), que teve falhas em se fazer eficaz na sua função de traçar um plano estratégico de desenvolvimento para o território amazônico.

importante papel na execução das obras de Integração Nacional. (Soares, 2015, p.10)

Esse discurso do desenvolvimento dos espaços antes tidos como distantes e sem via de escoação era uma ação efetiva e de ordem prioritária, então esse discurso se tornaria um dos carros-chefes dessas grandes mudanças que o governo viria a fazer nesses espaços de interesse.

Com uma política de gestão mais voltada ao desenvolvimento de infraestrutura, e com intuito de dinamizar esses espaços, que passaram por um período de grande estagnação econômica, em relação aos centros urbanos mais desenvolvidos, os órgãos partiram em direção ao usufruto das principais fontes de riquezas desses espaços.

Incorporada a um programa de governo, a noção de integração referia-se, inicialmente, a um problema quase restrito à geopolítica, refletindo a preocupação militar com a integridade política e territorial das regiões de fronteira, pela conservação da soberania nacional, a ocupação de espaços interioranos ditos vazios e o desenvolvimento econômico. O conceito de integração nacional se inseria na Doutrina de Segurança Nacional (ALVES, 1989), que preconizava a articulação entre desenvolvimento econômico e segurança interna e externa. Esse Programa foi a mola propulsora da política de integração e da chamada conquista da Amazônia (Souza 2020, p.138).

Tendo suas riquezas naturais como principal atrativo dentro desses espaços os projetos foram divididos dentro da Amazônia ocidental e oriental, a partir daí uma gama de políticas públicas do Estado, foram projetadas e intensificadas com mais força nas diversas partes que compunham o espaço Amazônico que sofreriam a intervenção. Medeiros ao analisar a 3º fase do PIN a definiu dessa forma:

De acordo com esse plano, a Segurança Nacional se faz mediante uma territorialização do Estado nacional que implique em domínio efetivo, claramente marcado por fluxos migratórios, intensa integração de atividades econômicas aos centros dinâmicos do país. Na perspectiva dos executores de um plano nacional de segurança, é necessária garantia mínima de dominação incrustada no território nacional. Para tanto, o Estado proporciona à coletividade nacional a consecução e salvaguarda de seu Poder Nacional, a despeito dos antagonismos internos ou externos, existentes ou presumíveis. As indicações de Golbery apontam para uma rearticulação do território que estimulasse a ampla manobra estratégica, objetivando a **integração definitiva e o desenvolvimento de todo o espaço nacional**. (Silva, 1967, p.155)

O PIN se espalhou pelo território amazônico como um todo, então a abertura de estrada, a construção de ferrovias, a chegada de polos de extração minerais, construção de hidrelétricas foram dinamizadas ao território.

Esse é o esboço do Programa de Integração Nacional. No governo Médici, ele aparece acompanhado de dois pilares fundamentais da ditadura: o desenvolvimento e a segurança nacional. O objetivo da integração nacional se insere nas relações sociais do período e funciona estrategicamente como um

mecanismo de controle político no Brasil da década de 1970 (Soares, 2015, p.10)

Essa dinamização de projetos pelo território amazônico ia de encontro principalmente com seus povos tradicionais, afinal o chamado “tempo lento”<sup>7</sup> em que viviam iria de encontro com um processo que traria uma dinâmica de obras subpungentes que o Estado demandava, com isso a transamazônica teria seu nascimento mais do que defendido pelos órgãos governamentais, ela era vista como a grande percussora de um projeto que tinha como alicerce em sua conquista do “território do vazio”<sup>8</sup>.

Anunciada a construção da estrada, o debate voltou-se para a sua viabilidade. A euforia instigada pela integração e ocupação da região estimulou presença de políticos, funcionários públicos e outros personagens alheios aos desafios da empreitada (SOUZA, 2015) e, em sua grande maioria, desconhecedores dos enormes impactos que ela traria à região. Interpelado por um senador, que lamentava a pressa da decisão, o então Ministro da Fazenda, Delfim Neto, respondeu: “muda-se o plano, senador, mas faz-se a estrada” (PEREIRA, 197, p. 134). Segundo Beting (1973, p. 252), o PIN, “simbolizado na atração quase cinematográfica da rodovia transamazônica”, não era um projeto apenas de caráter econômico. (Souza, 2015, p.139)

A Sudam que tinha a missão de produzir projetos que trouxessem uma dinâmica de agilidade e rapidez a região, tinha pelo menos nesse princípio conseguido com o início das obras, cumprir com sua missão, o “vazio brasileiro” estava cada vez mais próximo de não continuar tão vazio assim.

Outros órgãos de alicerce também seriam fundamentais nesse processo de conquista da região Amazônica, a mídia como será destacada abaixo, foi em suma uma fonte inesgotável de apoio para o regime.

O processo de uso de órgãos aqui tem que ser visto como um todo, com um apoio de uma grande parte do setor popular ao plano, graças ao controle de mídia que enaltecia o regime e ia de encontro ao discurso estadista do mesmo, Soares (2015), faz uma análise a partir de leituras do editorial do Jornal do Brasil

<sup>7</sup> SANTOS, M. A. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional (1994). 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

<sup>8</sup> O discurso sobre o vazio demográfico local sempre serviu como justificativa para a consolidação de interesses governamentais diretamente relacionados ao caráter expansionista do capital global e nacional. O transplante de populações externas à região foi estratégia para a territorialização do capital na Amazônia e que foram, ou ainda são utilizadas para formar reservas de mão de obra na exploração dos recursos naturais locais. Estes movimentos sempre estiveram diretamente relacionados aos processos de expansão territorial orquestrados pelo colonizador europeu para consolidação de seus interesses econômicos, pois, como ressalta Moraes (2005, p. 91) “a colonização envolve uma sociedade que se expande e os espaços onde se realiza tal expansão, implicando apropriação da terra e submissão das populações autóctones defrontadas”. (De Paula, 2022, p.2)

a época que faziam exatamente esse processo de apoio ao regime, utilizando seus editoriais para propaganda das obras desempenhadas pelo Estado.

No que toca à Integração Nacional, não poderia destacar a relevância que adquire essas políticas sem apontar sua abordagem na mídia. Somente através da mídia é que os acontecimentos podem existir no mundo moderno<sup>29</sup>. Os documentos oficiais e os pronunciamentos do presidente não foram suficientes para divulgar as políticas de integração nacional e para angariar o apoio da população brasileira, muito menos, então, para fazer do PIN um acontecimento do ano de 1970. Os estudos dos jornais me permitiram visualizar o momento e a forma com que essas políticas foram apresentadas à sociedade. Perceber o momento em que o estado decreta essa ou aquela política pública é uma questão fundamental para o entendimento de determinada razão de governo. Da mesma maneira, a forma como os discursos são apresentados apontam uma outra sorte de mecanismos vinculados à tentativa de preencher as políticas de legitimidade. No caso da Integração Nacional, o momento de promulgação do PIN é acompanhado por uma expectativa social que só os jornais permitem captar. O acompanhamento dia a dia dos acontecimentos que marcaram o ano de 1970 me permitiram entender a importância das políticas de integração, tanto para a sociedade como para o governo. Portanto, a mídia foi parte fundamental na construção dos discursos pela integração nacional e sem essas fontes o estudo desse projeto estaria incompleto (Soares, 2015, p.16).

Essa política de controle da mídia fazia com as obras do governo tivessem o apoio de grande parte da população, sendo que a população assim não se opunha nem aos grandes objetos pensados pelo governo, nem a repressão que o mesmo praticava a alguns movimentos populares na época, a verdade é que muitas das vezes a população nem sabia que essas obras traziam consigo uma grande gama de problemas nos territórios em que eram propostos, e com o governo com o controle da mídia, dificilmente os grandes conflitos embutidos de formas graduais nessas obras seriam revelados.

De um modo geral, quando se estuda o governo Médici, as atenções tendem a se voltar para dois aspectos específicos: a repressão, que se abateu intensamente sobre os grupos de oposição armada, levando à sua aniquilação quase absoluta e a propaganda, a qual, de acordo com o senso comum, seria sedutora, toda-poderosa, enganadora, verdadeiro ópio que entorpeceu a sociedade naqueles anos (Cordeiro, 2012, p 87).

O regime possuía então o braço da mídia a seu favor, dando uma legitimidade aos seus processos de intervenção e promulgando o discurso do ideário do governo militar, trazendo atrelados além do apoio as obras, a tão divulgada deficiência habitacional, a necessidade de uma presença cada vez maior do Estado dentro região amazônica, para a defesa de suas áreas fronteiriças.

As obras de construção da rodovia tiveram início em 1º de setembro de 1970, inaugurando o empreendimento de “colonização” da Amazônia, rumo ao

desconhecido da selva. Médici tinha pressa em “ajudar o homem a ajudar-se a si mesmo” (MÉDICI, 1970 B, p. 38). Os planos iniciais eram de construir, simultaneamente, as rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. Além disso, a cada 100km de estrada estava projetada a construção de “núcleos básicos para o nascimento de 20 cidades na selva. A tarefa é tão imensa quanto generosos são seus objetivos propostos”. (VEJA, nº 104, 1970, p. 28).

Rasgar a floresta por si só, já é um feito de grande importância para qualquer governo, o que se via aqui, seria uma incursão de uma forma diferente floresta adentro, a floresta aqui era um inimigo vivo, desmembra-la chão adentro seria uma tarefa difícil, e os estudos baseado em fauna e flora aqui, ainda eram iniciais do ponto de vista do século atual, isso fica evidente na forma como a floresta era encarada na época

Enquanto o mundo se estraçalha por meio palmo de terra árida, com populações aflitas e abundantes lutando pelo pão miserável, só alucinados completos poderiam imaginar que o Brasil se daria ao luxo de conservar virgem a Amazônia, intocado seu solo, desconhecidas suas riquezas, desolados seus vazios imensos, na mais cretina das aberrações. Um país que não consegue ser dono de si mesmo, como imaginar possível comandar seu destino? [...] O homem na pública intimidade com a Lua, e o Brasil, em fatias, desconhecido de seus filhos que o vislumbram apenas pela cansada literática prima-irmã de vociferantes exaltações primárias. [...] Preservá-la [a Amazônia] é ocupá-la por brasileiros, no interesse da Nação. Não é louvar suas riquezas que ninguém conhece, nem exaltar potencialidades que a mata densa encobre. É cruzar a região de estradas, em primeiro lugar, e depois é [ocupá-la] com o nacional mesmo, o tal, antes de tudo um forte, capaz de plantar em um planalto abandonado uma cidade em três anos. (PINHEIRO NETO apud PEREIRA, 1971, p. 382).

As obras da transamazônica viriam para abrir as fronteiras da Amazônia imaginária, a região do tempo lento seria dinamizada pelos processos que a ela eram postos como atratores de progresso e evolução, trariam consigo uma ordem de novas objetos e conflitos dentro do território.

Em outubro de 1971, o Presidente Médici visitou as obras da Transamazônica, inspecionando as frentes de trabalho em “Itaituba, às margens do rio Tapajós, o centro pioneiro de colonização em Altamira, às margens do rio Xingu e o primeiro trecho inaugurado, de 252 km, em Marabá” (VEJA, nº 161, 1971, p. 25). Na visão de progresso propagandeada à época, haveria uma contraposição entre a vida na selva, vida que seria dura, insalubre, solitária, sem a possibilidade do desfrute das benesses do desenvolvimento, e a vida urbana, dita civilizada, sendo civilização limitadamente entendida pelo seu aspecto econômico (SOUZA, 1995, p.147).

A abertura da transamazônica era de suma importância para o processo que iria integrar o País, talvez por isso a falta de estudos sobre a área que ela iria ser transposta naquele momento não foi de alta importância para o governo naquela época. As obras da Transamazônica foram iniciadas sem que antes tivessem realizados, até mesmo, os indispensáveis estudos preliminares de topografia, geologia e engenharia, e, menos ainda, sobre os impactos sociais e

ambientais que seriam produzidos pela sua implantação: “Máquinas pesadas foram transportadas para a selva, içadas por helicópteros, em operações dignas de filmes de ação. De um dia para o outro, centenas de engenheiros e milhares de operários desembarcaram na mata. ” (GRANATO, 2004, p. 54).

A ideia da terra sem homens para homens sem-terra, se mostraria vindo a galope de encontro com o deserto Amazônico, haveria realmente essas terras em abundância? Terras essas que não reservariam só um espaço para moradia de tantos, mas traria uma abundância de empregos, e uma lógica de desenvolvimento e progresso para região em que seriam assentados?

Entre 1970 e 1973, levaram-se para a Amazônia cerca de 4 mil homens, acompanhados de suas famílias, resultando disto a transferência de aproximadamente 42 mil pessoas, com a dupla missão de construir a Transamazônica e colonizar as terras de suas margens. O plano era conceder um lote de terras a cada família, estabelecendo-as nas chamadas agrovilas, isto é, pequenos núcleos habitacionais, dotados de energia elétrica, escola, posto de saúde e pequeno comércio. (Maciel et. all. 2020, p.110)

Esse processo inicial na transamazônica de transferência e migração colocava o projeto conjunto de abertura e povoamento em evidência, tornando a ligação dos dois principais alicerces do projeto em consonância, dando ao governo ainda mais apoio popular.

Todavia, objetivou-se mostrar como os esforços e desenvolvimento da região mobilizaram energias materiais e ideacionais para promover o que se entendeu, à época, como o gigantesco trabalho de “desbravamento” da floresta e exploração econômica dos recursos da região. A construção da Transamazônica, objeto mais visível da política de integração nacional dos anos 1970, obteve relativo sucesso quanto ao apoio popular que a iniciativa demandava, considerando que a autoridade política se investiu de carisma, constituído a partir da manipulação de um conjunto de elementos simbólicos que conjugava a construção de uma identidade nacional, a civilização e o desejo de conquista do desconhecido - a natureza amazônica. (Souza, 2020, p.148)

Continuando na esteira da análise de funcionalidade de órgãos públicos que após a emergência do golpe militar tiveram um processo fundamental na execução do PIN, chegamos as funcionalidades que o SPI (Serviço de Proteção ao Índio), viriam desempenhar nessa frente do processo.

A imagem dos povos indígenas nesse processo estava atrelada desde o começo, há um processo de visão de povos que precisavam serem integrados de uma forma mais efetiva ao resto do espaço nacional, sempre vistos com o ideário de povos primitivos e não tão civilizados, até mesmo pelo órgão que deveria o proteger a época.

Mesmo compartilhando do ideário do governo com as políticas voltadas aos povos indígenas, em 1967 o SPI foi substituído, nascia assim a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), escrachando ainda mais a posição do governo sob como as populações tradicionais eram vistas e como seriam tratadas já que a mesma incorporou o discurso de desenvolvimento e progresso, atrelado ao regime militar, como assim declarou seu presidente a época:

- Minha tarefa será a de integrar o índio a sociedade nacional porque é impossível deter o processo de desenvolvimento do país com o argumento de que os índios devem ser protegidos e mantidos em seu estado puro.<sup>9</sup>

(General Ismarth de Araújo Oliveira, Presidente da Fundação Nacional do Índio apud. Davis 1978, p.118)

A Funai nascia com um discurso de integração indígena e dando ainda mais força ao imaginário de necessário progresso para esses povos, tornando assim a tomada do “vazio amazônico” uma necessidade não só do Estado, mas dos próprios habitantes da região. Se por hora na visão do governo esses processos iriam urbanizar os povos indígenas e injetar na região dinâmicas em cima dos povos tradicionais também se fariam presentes nos órgãos que iriam fazer gestão nas áreas mais urbanas. Esses rebatimentos territoriais viriam não só das populações, viriam também através do pouco conhecimento sobre o difícil clima da região.

Com projetos divididos pelos territórios amazônicos, e com o entendimento das riquezas compreendidas nesses locais, o ministério da infraestrutura dividiu os objetos que mais se encaixassem nos locais e com maior benefício das riquezas.

As obras se dividiam em Amazônia ocidental e oriental, para o trabalho a parte que nos cabe é justamente a qual o estado do Pará está envolto, justamente a parte que corta o sudoeste paraense, a transamazônica corta o nordeste de leste a oeste, as vilas nasciam a beira da rodovia.

O denominado Programa Integrado de Colonização Marabá (PIC-Marabá), conforme o planejamento proposto pelo Governo Federal, se estenderia por 529 quilômetros entre as cidades de Marabá e Altamira e ocuparia uma faixa de dez quilômetros de cada lado da rodovia Transamazônica. Além da distribuição de lotes, previa-se a construção de agrovilas, agrópolis e rurópolis localizadas em distâncias regulares ao longo da rodovia e a cada cinco quilômetros, uma vicinal, adentrando a floresta, cruzaria a estrada. Segundo o economista Reinkold Stephanis, um dos diretores do INCRA, as agrovilas formariam “um cinturão em torno das agrópolis, comunidade onde

---

<sup>9</sup> DAVIS, Shelton H. *Vitimas do Milagre: O Desenvolvimento e os Índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1978, p.118.

funcionar[i]am alguns serviços essenciais para o agricultor, como instalações para beneficiamento de produtos, armazéns e pequenos estabelecimentos comerciais, sendo que a cada 40 km da Transamazônica haver[i]a uma agrópolis, e a cada três agrópolis surgir[i]a uma rurópolis” (CNBB, 1976, p. 90).<sup>10</sup>

Analisar as concepções político-estratégico do PIN, se fazem necessárias para que o entendimento sobre como esses planos pensados e idealizados dentro do território amazônico, se fariam presentes no território, mas não apenas isso, olhar os rebatimentos que os mesmos gerariam na região contemplada como projeto.

Nesse processo de distribuição de terras o INCRA foi criado em 1970, e se tornaria um dos alicerces de alta importância do regime, com a missão de organizar do processo de posse das “terras sem homem”, o INCRA não teria apenas o dever de redistribuir terras para os migrantes do Nordeste, essa missão se tornaria mais difícil, à medida que a terras amazônicas traçavam-se com uma demarcação diferente da que o órgão trabalhava em sua concepção, os posseiros que aqui moravam, seriam um empecilho para a “reforma de distribuição de terras” que o órgão preconizava.

A previsão do governo era de instalar, sob a coordenação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA),<sup>3</sup> 100.000 famílias de trabalhadores rurais até 1974, em lotes de 100 hectares cada, nos denominados Programas Integrados de Colonização (PIC) Marabá, Altamira e Itaituba (HAMILIN, 1991; HEBETTE, 2004, vol. II). Para tanto, foram constituídas equipes de seleção dos interessados em diversas partes do Brasil, notadamente no Nordeste, num trabalho articulado entre o INCRA e diversas prefeituras municipais. Além do transporte para os núcleos de colonização e de um lote com uma área de 100 hectares, prometiam-se a cada futuro assentado: serviços médicos, ajuda de custo no valor de seis salários mínimos, dois hectares de roça pronta, créditos bancários, estradas, compra da produção e uma casa na agrovila. (Pereira, 2015, p 56).

A região que faz divisa entre o Tocantins e Marabá é um retrato de como as repressões as populações que habitavam aqueles territórios estariam sujeitas, a partir de uma ordem de colonização desigual, tendo naqueles espaços um dos conflitos mais conhecidos no país na região do Araguaia.

Foi um período em que a rodovia, entre as margens do Rio Araguaia e a cidade de Marabá, tornou-se um espaço totalmente controlado pelo Exército e pela Polícia Militar. Barreiras e blitz eram facilmente encontradas nesse trajeto, como aconteceram diversas vezes nos entroncamentos para os povoados de São Domingos do Araguaia e Brejo Grande. Na vila conhecida por Bacaba,

<sup>10</sup> Outra coisa no princípio da colonização aqui tínhamos três tipos de povoamento: nós tínhamos Agrovila, Agrópolis e Rurópolis. Agrovila é um aglomerado de mais ou menos assim de 80 famílias. Agrópolis seria um pouco maior, seria um aglomerado assim de 300 famílias. E Rurópolis, agregado assim de mais ou menos 500 famílias. 500 casas construídas. Então sempre tinha um povoamento. (Soares, 2015, p.117)

localizada nas proximidades desses dois povoados, o Exército instalou parte de suas tropas nos alojamentos deixados por uma das empresas que havia trabalhado na abertura da estrada. Qualquer pessoa poderia ser suspeita de ligação com os supostos guerrilheiros. Nem os padres e as freiras que desenvolviam naquelas comunidades rurais, os trabalhos pastorais da Igreja Católica foram poupados do sistema de vigilância e repressão do Exército. (Pereira, 2015, p.60).

Como o regime militar também propagava, a defesa da Amazônia brasileira se fazia necessária, foi nesse processo de defesa nacional que o exército fez sua parte dentro do governo o ideário de uma invasão vinda da parte das áreas fronteiriças dos outros países que dividem a Amazônia, o Brasil como detentor da maior porção do território amazônico, deveria fazer sua soberania valer, de braços dados com um sistema militar que lhe daria a garantia de uma maior segurança as fronteiras.

É sobre esse traçado e diante de um território inexplorado até então, que os militares montam suas bases de proteção sobre as áreas de fronteira, e também exerciam seu poder de órgão regulamentador da ordem nos espaços em que o projeto de expansão se colocava.

A ocupação da Amazônia em longa escala era considerada pelo governo civil-militar era uma prioridade, tanto em termos econômicos, quanto da perspectiva geopolítica, pois na visão dos militares a ocupação desses espaços serviria para absorver a tensão social, além de fornecer novos recursos e ampliar o mercado interno, mantendo assim a soberania do Brasil, na América do Sul (Filho, 2014, p.146)

Com Exército e o INCRA fazendo o processo de distribuição de terras e a contenção de conflitos nas regiões amazônicas, o governo se via enfim desbravando e tomando conta de um espaço que se fazia desconhecido da maioria do povo brasileiro.

A força do regime se fazia a partir da fixação de novas bases militares dentro da região Amazônica, era necessária que uma das bandeiras levantadas pelo governo, se tornasse também ali vista, já que até então outros processos idealizados para o PIN já se faziam efetivos nesse território.

Sabemos que na geopolítica o território é poder, então obviamente que em um governo militar, se fazer presente em uma área de grande extensão que era vista sem controle, tanto do território nacional, quanto fora dele, e como se faz um controle de uma extensão de terra, que cobre metade de seu território nacional, sem se fazer presente no mesmo?

Por isso os BIS (Batalhão de Infantaria Selva), se faziam mais presentes nestes territórios para conter não só os avanços das nações vizinhas, mas também para fazer o processo de defesa interno, os conflitos por terras na Amazônia aqui se viam de encontro com o plano governamental.

Filho (2017) destaca a anexação dos seguintes BIS como os principais agentes no sentido de contenção de conflitos e nas defesas de fronteira:

Desde modo a ocupação militar se fez presente em vários locais estratégicos para suas pretensões, entre eles podemos destacar a atuação de vários Batalhões de Infantaria Selva-BIS, como por exemplo, em Tabatinga 8º BIS, dividido em dois pelotões, Pelotão Ipiranga e Pelotão Vila Bittencourt, já em Roraima, na cidade de Boa Vista foi implantado o 7ª BIS, que foi dividido em cinco pelotões: Bonfim, Surucucu, Normandia, Pacaraima-BV8 e Auaris.

Em São José da cachoeira, Município localizado ao extremo norte do estado do Amazonas, o comando de fronteira do exército implantou o 5º BIS, também dividido em cinco pelotões: Yauretê, Querari, São Joaquim, Curuiê e Maturacá. No estado do amapá, na cidade de Macapá, instalou-se o 3º BIS, com a companhia Cleverlândia do Norte (Filho 2017, p. 12).

Conter as ações de grupos dissidentes dentro das regiões onde o PIN estava sendo posto também era uma das funções exército no governo militar, as revoltas a partir da chegada em territórios indígenas, e em cidades já estabelecidas, eram de suma importância para o regime, adentrar a floresta amazônica não seria uma tarefa fácil, mas o governo se comprometeu em trazer a tão propagada “civilização” aquela parte do território brasileiro.

O exército fazia sua parte no que tangia a defesa de fronteira se colocando nas extremidades do mapa brasileiro com suas bases, mas sua principal preocupação ainda eram os conflitos por terras, que à época explodiam, principalmente pela forma como os donos de terras nativos estavam sendo tratados.

As revoltas do Araguaia e a forma como as tribos foram tratadas a partir da abertura da transamazônica não são tão desconhecidas assim, a retirada de tribos de seus habitats de origem, assim como outra obra que retirou muito povos de seus locais de origem foi a Construção da Hidrelétrica de Tucuruí, as cidades de Jacundá, Repartimento, parte de Breu Branco, Nova Ipixuna e Itupiranga, tiveram que ser realocadas em outras partes do território, tribos indígenas também foram transferidas para outros locais na região.

O exército fazia assim sua parte como braço direto do regime militar, dando ênfase ao processo de vigilância que tanto propagou que iria fazer diante da abertura para o “vazio brasileiro” que se mostraria não tão vazio assim.

### **1.3 - PIN- A POLITICA DE EXPANSÃO E DOMINAÇÃO DO ‘VAZIO BRASILEIRO’.**

Se a imagem de "espaço vazio" induz à uma simplificação grosseira e distanciada das realidades regionais, a conversão da Amazônia em objeto de investigação científica tem levado ao tratamento da região como uma unidade *em si mesma*, circunscrita e isolada do conjunto das terras brasileiras, ponto de vista dominante entre os cientistas e técnicos estrangeiros, porém adotada, até com certa frequência, pelos nacionais. Por outro lado, quando vista exclusivamente como parte do território nacional, a tendência é de isolar a região do conjunto maior, a Amazônia sul-americana (Machado, 2002, p.1).

Após o golpe militar de 1964 deu-se início a um período de grandes obras na região Amazônica, essas obras continham em si, não só uma visão produtivista de objetos para aquela porção do mapa brasileiro, vinham no choque de um golpe de Estado, a estratégia de chamar atenção para uma gama de obras que visassem melhorar uma porção do país, vista como não desenvolvida, parecia uma ótima forma de mostrar força de governo.

Com o golpe civil militar de 1964 a Amazônia brasileira foi posta na rota de exploração econômica gerada a partir de uma estratégia política de expansão da fronteira agropecuária, concessão de incentivos fiscais, construção de polos minerais e siderúrgicos, rodovias, hidrelétricas, além da exploração de madeiras. No entanto, as estratégias políticas e as tentativas de dominação territorial, não levaram em consideração o modo de vida das sociedades tradicionais da Amazônia (Filho, 2016, p.137).

Neste contexto tem-se um começo de um processo de expansão e agrupamento do território amazônico em massa, o plano inicia-se com a intensa propagação do necessário processo de uma onda de migração para o norte do Brasil, essa onda de migração vinha alojada as grandes obras na região, nesse contexto várias cidades começam a surgir na região, e outras que já existiam também começam a absorver essa massa migratória.

O território Amazônico estava em destaque, mais dessa vez seria necessária uma incursão ainda maior nesse espaço, a Amazônia seria rasgada de leste a oeste, para a criação de uma infraestrutura que condizesse com o projeto pensado para aquela área do território amazônico.

O efeito da colonização que corresponde ao controle dos “conflitos sociais no campo” está atrelado a segurança nacional e a um modelo de desenvolvimento capitalista, objetivo que perpassa a execução de todas as políticas do governo Médici e que mais à frente será apresentado como parte da intenção desse governo em deslocar trabalhadores provenientes do Nordeste e do Sul para ocupar as fronteiras na Amazônia. O povoamento dos “espaços vazios”

corresponde à ocupação da Amazônia. Excluindo os indígenas, os posseiros e a população cabocla, “espaço vazio” é maneira com que historicamente os discursos de cunho regionalista entendem o território amazônico.<sup>11</sup> (Almeida apud. Soares, 2015, p. 97)

O projeto de expansão, crescimento e domínio do espaço amazônico estava em execução, uma política na base do povoamento e controle de fronteiras por parte da cúpula militar no poder, um exercício que aqui se fazia através de um controle maior da ‘região vazia’, só que esse controle vinha de mão dadas com o capital estrangeiro, um processo que sem nenhuma dúvida será um motor de combustão para muitos conflitos.

As noções de nacionalismo e desenvolvimento marcaram as ações de políticas nacionais e dos planos nacionais de desenvolvimento regional, com o plano de desenvolvimento e modernização. A ocupação de terras pela nova colonização, ou pela pecuária, em direção ao norte/oeste ligando os estados do sul e sudeste com do centro e norte do país, foi representada em diferentes programas governamentais, e períodos, como crescimento e progresso, ainda que outros termos associados batizassem as ações do governo. Assim, a partir dos anos 70, o avanço sobre novas terras, com as frentes pioneiras se dará sob a noção de integração. Ideário presente nos atuais governos formulado como crescimento e “visão de futuro” e que pode ser lido nas diretrizes macropolíticas da Amazônia. (Castro, 2016, p.10).

Esses ciclos de povoamento vão se intensificando em direção a região como um todo, em busca da diminuição do mito do “vazio” brasileiro”, principalmente para justificar a capitalização de recurso para aquela área, já que o governo não vinha só nessa empreitada da criação de grandes objetos dentro da região Amazônica.

O rápido aumento de tensões sociais no nordeste brasileiro, causado pela negligência à urgente e necessária reforma agrária, tornou-se ainda maior depois da desastrosa seca, levando em 1970 a um acordo de estratégia geopolítica que combinava programas de exploração da infra-estrutura e econômicos na Amazônia com um projeto de colonização para o assentamento de nordestinos sem-terra. A região amazônica era vista como escape espacial para os conflitos sociais não-solucionados. Novas terras na Amazônia foram colocadas à disposição, como a chamada “alternativa para a reforma agrária” (Kohlhepp, 1979, p.175).

O plano de povoamento estava posto, com uma região do Estado com uma crise sem precedentes afogada em uma das maiores secas já vista e com conflitos de terra, o vislumbre sobre uma maior presença de pessoas na Amazônia se tornava mais real ainda, com isso uma dinâmica de migração se iniciava, mas esse processo passaria por constantes rebatimentos territoriais,

---

<sup>11</sup> ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. *Antropologia dos arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa, 8. PETIT, Pere. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*. Editora Paka-Tatu, 2003.

afinal a região Amazônica era ainda que no fim do século XX uma verdadeira incógnita aos governantes.

Decreto-Lei nº 67.557/70, de 12 de novembro de 1970: "(...)Art. 1º. São declaradas prioritários para fins de Reforma Agrária, as seguintes regiões fisiográficas incluídas nas áreas de atuação do Programa de Integração Nacional, criado pelo Decreto-lei número 1.106, de 16 de junho de 1970: no Estado do Maranhão, o município de Pôrto Franco; no Estado de Goiás, os municípios de Tocantinópolis e Araguatins; no Estado do Pará, os municípios de São João do Araguaia, Marabá, Itupiranga, Jacundá, Tucuruí, Bagre, Portel, Senador José Porfírio, Altamira, Pôrto de Moz, Prainha Santarém, Aveiro, Itaituba e São Felix do Xingú; no Estado do Amazonas, os municípios de Maués, Borba, Nôvo Aripuana, Manicoré, Humaita, Canatuma, Lábrea, Pauini, Bôca do Acre, Envira, Eirunepé e Ipixuna; no Estado de Mato Grosso, os municípios de Pôrto Artur Nobres, Acorizal e Cuiabá; no Estado do Acre, os municípios de Rio Branco, Sena Madureira, Feijó Tarauacá e Cruzeiro do Sul; e no Território de Rondônia, o município de Pôrto Velho. (...) Art. 4º. Os trabalhos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, obedecendo ao Plano Regional Agrária, a ser incluído no Programa de Integração Nacional, para a implantação de Núcleos de Colonização e Projetos de Reforma Agrária, compreenderão: a) a constituição de cem mil (100.000) unidades familiares; b) a organização de até cem (100) cooperativas; c) o estudo das condições sócio-econômica das áreas para elaboração dos programas de promoção agrária e desenvolvimento rural; d) o cadastro técnico da região, na forma do § 1º do artigo 46 da Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964; e) a regularização de títulos de domínio de imóveis rurais em favor de posseiros existentes na área e que satisfaçam às exigências da Lei". (Câmara legislativa, 1964)

Os projetos estavam a todo vapor, a abertura de estradas, a construção de hidrelétricas, o polo de extração minérios seriam a fonte de atração principal para a vinda dos trabalhadores que aqui chegavam, dando mão de obra e uma via de escoamento que não precisasse apenas dos rios da região.

Outrossim, para que fosse possível tornar realidade esse projeto governamental fez se necessário a implantação de uma grande infraestrutura, formada pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a estrada de ferro Carajás e o Porto de Ponta da Madeira, localizado no Porto de Itaqui, em São Luís. Das mediações da serra da madeira até o Porto de Itaqui em São Luís [foi construído uma estrada de ferro com objetivo de facilitar o escoamento mineral (Filho, 2015, p.144)

O plano de trazer uma grande migração ao "vazio brasileiro" se tornou uma forma de conseguir mão de obra para os principais projetos que seriam desenvolvidos pelo governo militar, esse processo logo seria também um motivo de uma dor de cabeça para o mesmo, o tal "vazio brasileiro", não era tão vazio assim, as populações que nestes espaços residiam se fariam resistentes, aos processos demandados pelo Estado.

Destarte, ficaram excluídos da frente de trabalho remuneradas, os povos indígenas que habitavam a região, além de vários camponeses, sob uma alegação de "não adaptação", em decorrência de seus hábitos tradicionais. Todavia é notório que tais medidas foram tomadas em favorecimentos dos grandes latifundiários, ligados ao fortalecimento da macroeconomia (Filho, 2015, p.144)

Esses processos econômicos estariam ligados a um sistema de números de famílias que seriam assentados nesses espaços, esses espaços, eram denominados como: agrovilas, agropolis e ruropolis, esses núcleos citadinos iriam injetar um processo social que deveriam se manter a partir da importância daquelas estradas para circulação de mercadoria, dando a esses espaços dinâmica comercial e econômica<sup>12</sup>.

Além do transporte para os núcleos de colonização e de um lote com uma área de 100 hectares, prometiam-se a cada futuro assentado: serviços médicos, ajuda de custo no valor de seis salários mínimos, dois hectares de roça pronta, créditos bancários, estradas, compra da produção e uma casa na agrovila (Pereira, 2015, p.56).

Os processos de resistência iriam se tornar cada vez mais comuns à medida que os processos de assentamentos se intensificavam território adentro, as formas como a divisão de terras estavam sendo colocadas, também não seria bem vista pelos colonos da região, e os constantes embates com povos tradicionais seriam um empecilho que o regime teria que conter.

Afinal como se colocar como um país soberano diante dos vizinhos de fronteira, se sua própria soberania nacional estava a ser contestada em seu próprio território, as respostas precisavam ser efetivas, controlar as revoltas e monitorar os grupos contrários ao regime militar, se tornou uma questão de segurança nacional.

Esses processos de monitoramento se deram principalmente na parte da região do Araguaia, com os índios da Tribo Parakanã na região que fazia parte da hidrelétrica de Tucuruí, que durante o processo de inserção da UHE de Tucuruí, não foram consultados sobre a forma como a construção da mesma seria posta, o que depois acabou ocasionando a perda de território dos mesmos.

Esses processos de resistência ganhariam cada vez mais força à medida que a marcha para dentro da floresta se intensificassem, ocasionando assim grandes embates entre o regime militar de 1964 e as populações tradicionais

---

<sup>12</sup> O interessante, ao propor essa diferenciação das metrópoles, é o fato de associá-las à diferenciação interna da Amazônia que se fez perceber desde a década de 1980. Cada macrorregião foi configurada em relação a um centro urbano de maior peso na rede urbana regional, tornando-se essas metrópoles regionais não apenas resultados dos processos que aconteceram em seu entorno e em suas áreas de influência, mas, igualmente, condições e meios para a existência e permanência das unidades sub-regionais. Ainda que o fenômeno metropolitano confira similaridades entre elas, chama a atenção a diversidade de formação e sua estrutura, além da maneira como interagem com o entorno; fato este que lhes confere particularidades, ainda que situadas dentro de uma grande região. (TRINDADE JR, 2013, p.98)

dessas regiões, as divisões de áreas nessas regiões que vinham pensadas a partir da distribuição de lotes de terras para as populações migrantes também iriam gerar tensões entre a população local, migrantes e órgãos reguladores, o que seria um empecilho ao governo conseguissem se manter em um espaço econômico e social.

Assim a infraestrutura de transporte, chamada por Backheuser de “elemento circulatório”, estaria a serviço do povoamento do território e emergiria como um “movimento centrípeto na vida política do estado” (BACKHEUSER, 1948, p.74), ou seja, garantia respostas as pressões externas e integraria o território mitigando os riscos de separação. Por fim, a importância de integração é destacada como meio para o país vivificar/habitar a faixa de fronteiras ou regiões próximas; para isso, seria necessário “procurar a valorização desse hinterland já pelo povoamento, já por fáceis comunicação com o resto país” (BACKHEUSER, 1948, p.249)

A verdade é que o órgão responsável pela distribuição de terras, estava mais interessado em fazer o processo de colonização voltado aos grandes proprietários de terras da região Sul, esses colonos foram convidados pelo governo militar para ajudar os migrantes da região Nordeste no cultivo das novas terras que os mesmos receberiam do governo, lembrando que em contrapartida para vinda dos colonos sulistas para a região, as melhores e maiores terras de cultivo da região foram destinadas aos mesmos, além do governo militar usar como um grande atrativo o capital privado, que foi investido no projeto.

O efeito da colonização que corresponde ao controle dos “conflitos sociais no campo” está atrelado a segurança nacional e a um modelo de desenvolvimento capitalista, objetivo que perpassa a execução de todas as políticas do governo Médici e que mais à frente será apresentado como parte da intenção desse governo em deslocar trabalhadores provenientes do Nordeste e do Sul para ocupar as fronteiras na Amazônia. O povoamento dos “espaços vazios” corresponde à ocupação da Amazônia. Excluindo os indígenas, os posseiros e a população cabocla, “espaço vazio” é maneira com que historicamente os discursos de cunho regionalista entendem o território amazônico.<sup>13</sup> (Soares apud. Almeida, 2015, p.97).

A chegada de migrantes vindo de outras regiões para a Amazônia, seria um estopim para conflitos com os posseiros da região, isso porque os povos que aqui viviam já possuíam uma forma de delimitação de terras, isso muda a partir da entrada de um plano político que visava fazer uma espécie de “reforma agrária”. A população aparece como “sujeito de necessidades e aspirações, mas também objetos na mão do governo. Como consciente, diante do governo, do

<sup>13</sup> ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. *Antropologia dos arquivos da Amazônia. Rio de Janeiro: Casa, 8*. PETIT, Pere. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*. Editora Paka-Tatu, 2003.

que ela quer e também inconsciente do que a fazem fazer (Foucault, 2008, p.140).

O INCRA havia estabelecido, durante a seleção dos agricultores para os PICs Marabá, Altamira e Itaituba, uma cota de 70% para os interessados dos estados do Nordeste, 10% para os provenientes do Rio Grande do Sul 20% para os que viessem dos demais estados brasileiros. A preferência pelos agricultores do Nordeste era considerada levando em conta o excedente populacional e a tensão social ali verificada. Contudo, foi dada importância à introdução de tecnologias agrícolas nas áreas de colonização, composta por maioria nordestina. Por isso, buscou-se selecionar agricultores do Rio Grande do Sul a fim de possibilitar o que foi denominado de “efeito demonstração”. Ou seja, para o Governo Federal, os agricultores do Sul ensinariam os nordestinos a trabalhar com a terra na Transamazônica usando tecnologias modernas no trato da lavoura (Contini, 1976, p.144).

O INCRA fazia seu papel como órgão regulador e distribuidor de terras na transamazônica, traçando pela abertura da transamazônica os loteamentos que dariam a mesma um processo econômico e de malha social, fazendo com que o povoamento da mesma fosse um processo dinâmico e otimizado, não só como via de escoação para o que era produzido, mas também produzindo um processo político social a mesma. Medeiros (2015), em sua pesquisa sobre as funções que o INCRA desempenhava na época, detalha que:

É possível perceber que o governo da ditadura civil-militar procurou, nos primeiros anos da década de 1970, não só impor à população dessa parte da Amazônia uma proposta que não fazia parte de seus interesses como buscou discipliná-la. Ou seja, usando o discurso de ocupação dos espaços vazios, além de determinar que aquelas terras, há muito tempo ocupadas por trabalhadores rurais, deveriam ser destinadas a concretizar a sua política de colonização da Amazônia, o Governo Federal, por meio do INCRA, decidiu como seriam os traçados topográficos e os tamanhos dos lotes dos colonos ao mesmo tempo em que buscou identificar e manter sob seu controle os posseiros que ali moravam (MEDEIROS, 2015, p,60)

A grande estrada que finalmente traria progresso, desenvolvimento e povoamento a região amazônica estava cumprindo seu papel, pelo menos na parte em que se cabia ao povoamento e a de definição de proteção de áreas de fronteira.

A ligação da transamazônica que vem de Marabá, vai fazer seu percurso quilômetros adentro e vai desaguar em Altamira e nesse sentido que verificamos que já na década de 1970, já haviam uma discussão sobre como aquela porção da região sudoeste do estado paraense era vista com uma certa importância aos detentores do poder. Tendo isso em mente vamos a porção amazônica deste projeto que nos interessa a parte que aqui culmina na região destinada a parte

paraense do plano que irá culminar exatamente mais em frente na UHE Belo Monte.

A região de Altamira oferecia melhores condições de vida ao colono. E isso não se deve apenas à presença da terra roxa, mas também aos esforços despendidos pelo governo da época. Isso é passível de ser observado até os dias de hoje. A medida que me deslocava pela Transamazônica, partindo de Marabá à Altamira, o cenário pouco produtivo da região de Marabá era paulatinamente substituído pela riqueza das plantações nas proximidades de Altamira. Da mesma forma, as instituições públicas estão mais presentes nos arredores de Altamira do que na zona de Marabá. Nos lugarejos que visitei perto de Marabá, os agricultores sempre se queixavam da falta de serviços básicos na região, como saúde, educação e segurança pública. Além disso, durante a década de 1980, a violência resultante do conflito pela terra na área de Carajás foi uma constante e isso se deu, dentre outras questões, pelo abandono da área por parte das instituições públicas. Por outro lado, vindo de Marabá, o cartão de visitas de Altamira é a construção de Belo Monte. A usina hidrelétrica que está sendo construída pelo governo federal no Xingu é a obra faraônica do governo brasileiro da atualidade. A maior presença governamental na região de Altamira ou a quantidade de investimentos federais na área também é uma herança do privilégio que obteve essa área na política de colonização da década de 1970 (Soares, 2015, p.103).

O olhar para essa porção do Sudoeste amazônico, já era nítido desde o processo de implementação do PIN, Altamira a cidade à beira do rio Xingu já era naquela época vista como um polo central na região do Xingu, assentando a partir desse olhar muitos dos órgãos públicos federais.

Soares (2015) discorre que “o pioneirismo, a qualidade da terra, e a quantidade de documentos oficiais que se referem ao projeto de colonização em Altamira são fatores que indicam que foi nesta região onde o INCRA concentrou seus maiores esforços na política de assentamento. O PIC Altamira foi o projeto piloto da colonização. Segundo a contabilidade realizada por Elísio Contini em pesquisa para a Fundação Getúlio Vargas, em 1974, o governo federal havia assentado 5.717 famílias, das quais apenas 1.422 estavam situadas no PIC Marabá.

A Amazônia era vista como um refúgio há milhares de famílias que saíam do Nordeste em busca de condições melhores em uma região que se propagandeava fornecer essas condições, o PIN era uma menina dos olhos ao “Eldorado” tanto para o governo, quanto para os assentados.

E com o governo comprometido a deixar esse “espaço vazio” cada vez menos “vazio” esforços não seriam poupados e nem gastos, o governo fazia sua parte com relação aos gastos com o trajeto de migrantes, o que era importante era assenta-lo, produzir um escopo social e mantê-los naquele espaço.

Em meados de 1971, a colonização já era um acontecimento. Os ônibus cortavam o interior do Nordeste em busca dos colonos da Transamazônica. Na propaganda, nos discursos, o resgate dos flagelados da seca e a missão de adentrar a Amazônia revestia o empreendimento do governo federal de ousadia e coragem. O PIN era apresentado como um exemplo de comprometimento da ditadura com a população pobre e trabalhadora. O governo federal disponibilizou aviões fretados às pessoas que tinham o costume de viajar em caminhão pau de arara (Soares, 2015, p.99)

O PIN definitivamente fez seu papel quanto ao povoamento da Amazônia, aqueles espaços jamais seriam o mesmo sem a concepção do projeto, as dinâmicas da região que passariam a ser demandadas a partir do plano integrador, com isso o PIN cumpriu em parte sua missão, integrou uma parcela da população há um novo local de morada, quanto a abertura de estradas nesse sentido a dinâmica não é tão dinamizadora assim, isso porque a transamazônica em sua grande parte não foi asfaltada, e a parte que foi asfaltada com o tempo se desgastou.

A abertura da grande estrada visava trazer dinamismo e grande circulação aquele eixo do mapa brasileiro, colocando em evidencia a partir disso uma porção vista por muitos ainda que na metade do século XX, como uma parte do mapa a ser desbravada e conquistada, essas concepções de uma Amazônia ausente de integração ao resto do mapa brasileiro sempre se colocarão presente nos demais ciclos econômicos que o Estado demandará aquele território.

.....

## **CAP 2 - A chegada da Hidrelétrica de Belo Monte e Seus aspectos históricos-geográficos no Município de Altamira-Pará**

### **2.1--30 Anos depois um novo grande projeto na Amazônia ou será um revival do que não se teve?**

É incrível como a Amazônia ainda pode ser um território incógnito aos olhos de quem vive fora da região, como suas vastas áreas florestais ainda no século XXI, mesmo após um olhar tão grandioso do capital para a região como foi o PIN, e isso pode ser um imenso contratempo aos planos do capital, a região que definitivamente foi nos últimos períodos históricos a que mais passou por transformações dentro do território nacional, parece possuir um constante momento de lentidão a demanda desses processos, pelo menos é o que parece ser visto por quem está fora, já que as outras regiões com o tempo mais acelerados continuam a demandar com uma forte dinâmica, processos que exigem certa rapidez de uma região considerada lenta.

Santos (2002) p. 45, ao analisar as constantes injunções temporais demandadas a alguns territórios denominados de territórios lentos comenta que:

“O tempo rápido não cobre a totalidade do território nem abrange a sociedade inteira. Em cada área são múltiplos os graus e as modalidades de combinações. Mas graças a globalização e a seus efeitos locais, os tempos lentos são referidos ao tempo rápido, mesmo quando este não se exerce diretamente sobre lugares ou grupos sociais”.

A região amazônica em sua totalidade ainda neste século parece ter conseguido imprimir o seu ritmo mesmo de fronteira anti-capital, mesmo com sua frequente participação nos ciclos econômicos mundiais, a Amazônia sempre esteve como uma das principais fornecedoras de matérias primas para os maiores períodos de ciclos econômicos existentes.

Quando os processos de desenvolvimento pensados para o território amazônico se dão, parece que a moção orientadora é a de sempre o mostrar como um território que precisa constantemente ser recolonizado pelas populações de outras regiões, sempre mostram a região amazônica como um local que precisa urgentemente integrado ao processo de desenvolvimento que o restante do país já passou, incrível pensar que as infraestruturas mais modernas desenvolvidas para a região datam de meados do século XX.

“Até meados do século XX a urbanização permaneceu nos níveis do século anterior, isto é, numa situação de relativa estabilidade estrutural. Visto pelo prisma da temporalidade dos “objetos” – as vilas e as cidades –, a paisagem urbana era de estacamento e degradação na maioria delas” (MACHADO, 1995, p.15).

Neste contexto seria a região amazônica a grande vilã dos processos pensados de forma exógena a região, processos esses que deveriam pautar um desenvolvimento para a região que parece sempre regressar no tempo a cada ciclo de grande chamariz pela qual passa. BRAUDEL (1983) considera a história do tempo geográfico quase imóvel na compreensão entre os homens e o meio que o rodeia “... uma história lenta, de lentas transformações, muitas vezes feitas de retrocessos, de ciclos sempre recomeçados, quase fora do tempo, de relação com as coisas inanimadas”...

Parece que o gigantismo de sua extensão territorial foi sim um dos grandes motivos pelo qual a Amazônia acabou por ser tornar essa fronteira para o capital e também ao mesmo tempo o chamariz para ele, o que soa como um processo contraditório a falta de percepção pelos gestores quanto ao ambiente e território amazônico, suas imbricações territoriais, sua população e suas paisagens sempre pensadas como estáticas por quem idealiza esses objetos.

No que se refere ao território amazônico isso parecer ser cada dia mais verídico, parece que os constantes ciclos econômicos pelo qual a região passou, e os próprios processos que visavam o *desenvolvimento*, não foram capazes nem de desenvolvê-la economicamente e nem infraestruturalmente, pelo contrário a região só é revisitada com um novo plano com fins de trazer o *progresso* quando um dos seus recursos se faz necessário aos processos demandados pelo capital.

A falta de conhecimento sobre o território amazônico parece de alguma forma ser um dos principais empecilhos para o tão sonhado e propagado desenvolvimento da região Amazônica como um todo, ou seria apenas o desenvolvimento pensado de forma exógena a região que se coloca como um errático, trazendo consigo um processo de rebatimentos que não parecem possuir uma inerência ao processo demandado.

Nestes processos que visam o ‘progresso’ da região como um todo, nossos gestores esquecem-se das peculiaridades que a região traz consigo, parece que todo o conhecimento da Amazônia se torna um tanto quanto

dispensável, e esses planos recomeçam cometendo os mesmos ‘pecados’ que os do passado, pecados esses que de uma visão mais avançada pode ser visto como um ato falho pensado.

Essa ideia de que a região amazônica perpassa ou necessita se integrar ao resto do país através dos planos de desenvolvimento desencadeados por outrem, acaba por ser a grande responsável pelos processos às vezes desiguais que se desencadeiam dentro da mesma

Pensar modelos que integrem a Amazônia ao restante do Estado-Nação tem sido um dos processos mais longínquos dos últimos tempos, desde que esta porção do nosso país foi mapeada e estudada mais a fundo suas riquezas sempre foram exploradas, comercializadas e gestadas com a ideia de que ao utiliza-las como mercadoria o “progresso” da região viria automaticamente acoplado ao mesmo.

Ao longo de sua história após a colonização, a Amazônia tem sido ocupada e povoada em surtos associadas às grandes inovações da expansão da economia-mundo. Especiarias, borracha, fronteiras em movimento e a própria agropecuária e as próprias áreas protegidas, são marcos de processos e políticas associadas a transformação inovadora. Trata-se, portanto, de uma região extremamente sensível as mudanças que ocorrem no planeta. Se tais mudanças pouco beneficiaram o desenvolvimento regional, há, contudo, que registrar o fato da Região ter tido, continuamente, contatos com adaptações aos processos mais avançados da economia mundo (Becker, 2001, p.40).

Ao analisarmos os períodos históricos e fazendo a ligação com a economia mundial a Amazônia sempre esteve inserida aos processos de dinâmica do capital, muitos deles inclusive com demandas que dependeram exclusivamente da região como produtora primária, principalmente no circuito inicial deles, não seria errático afirmar inclusive que esses processos só se consolidaram por causa da Região Amazônica.

E depois de um longo período que podemos chamar de estático se comparado com os processos anteriores de desenvolvimento para a Amazônia (levando em conta em que o último grande chamariz para a região foi o processo do Plano de Integração Nacional), a região voltou a se pauta de um grande plano de crescimento nacional, aqui desta vez pensada como grande fonte de recurso hídrico, e assim acaba por ser tornar a grande menina dos olhos do projeto de construções de hidrelétricas dentro do espaço nacional.

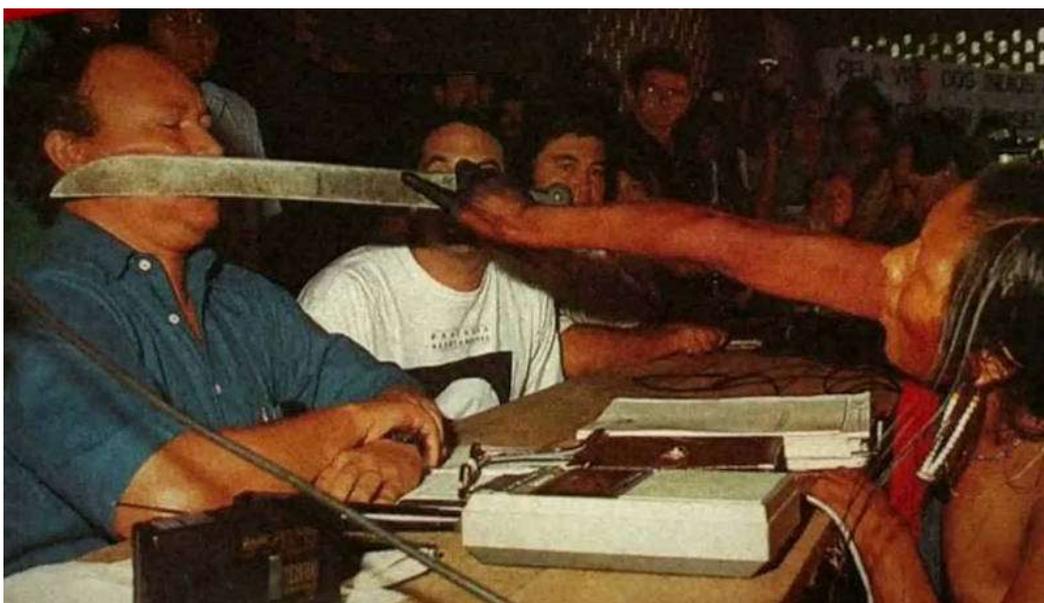
Talvez por isso esses conflitos entre o empreendedor e a população nos locais em que estes projetos são desenvolvidos, sejam tão constantes, talvez a

ideia de que aquela região possua um atraso em relação ao resto do país, seja o grande precursor desses conflitos, essa ideia de que o povo amazônida possui certo atraso também é muito latente na cabeça de quem vem para região no bojo desses projetos que visam integrar a Amazônia ao resto do país.

No ano de 1989 o encontro de povos indígenas foi um marco no ativismo na luta contra a implementação da UHE Belo Monte, nele o encontro organizado pelos povos tradicionais indígenas do Xingu deram origem a uma imagem que até hoje é uma das mais emblemáticas já captadas.

Na ocasião, o projeto previa a construção de um complexo de sete hidrelétricas ao longo do Rio Xingu, o que levaria a inundação de grandes áreas situadas em terras indígenas. A partir dos anos 2000, com as ameaças de crise energética, o projeto foi retomado com a argumentação de que havia sido reformulado, que seria construído apenas uma hidroelétrica e que os impactos seriam reduzidos. A viabilidade econômica e energética da usina de Belo Monte é contestada por diversos autores e segmentos sociais, bem como os impactos negativos provocados pelo empreendimento vem sendo debatido ao longo desses últimos 30 anos. (SENA, 2016, p.43)

Nela a indígena Tuíra coloca um facão no rosto do então diretor da Eletronorte (figura 1), dando um significado da resistência dos povos diretamente atingidos pela obra já naquela década. Esse ato de revolta de Tuíra na época deu margem para um ganho nas lutas de resistência contra belo monte e maior engajamento na luta por ONGs e povos tradicionais que fizeram parte do encontro



Fonte: Museu de Imagens, 2017.

Levou-se cerca de três décadas e meia para que os discursos sobre hidrelétricas dentro da Amazônia volta-se a cena de discussão tanto acadêmica, quanto pauta de discussão da própria população atingida (principalmente se olharmos esse discussão dentro do estado do Pará), ao olharmos esse certo desdém com que a discussão sobre hidrelétricas dentro do estado foram tratadas, deixa transparecer que o Plano de inserção de Belo Monte viesse a ser algo recente (o que definitivamente, não é), a Usina Hidrelétrica de Belo Monte data do mesmo período que a Hidrelétrica de Tucuruí foi implementada no estado, entre as décadas de 70 e 80.

A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte está envolta em muitos conflitos sociais e é reconhecida como paradigmática no campo dos movimentos sociais, os de natureza trabalhista, *clássicos*, e na esfera dos novos movimentos sociais, relacionados a conflitos ambientalistas de natureza em parte *pós-material*. Os denominados novos movimentos sociais, embora possam contemplar demandas materiais, não estão diretamente ligados aos conflitos capital x trabalho e são normalmente tidos como formas de organização alternativas aos sindicatos e partidos. Mas não há porque descartar a possibilidade de fusões/associações entre movimentos sociais de natureza trabalhista e os novos, de fato é desejável que ocorra. (Souza, 2014, 14)

Com isto posto esse movimento de defesa e enfrentamento contra a implementação da UHE Belo Monte foi bastante longínquo levou-se cerca de 30 anos até que a licença ambiental da UHEBM fosse aprovada, essa aprovação veio dentro de um governo de esquerda e que em 1989 fez campanha contra a construção de Belo Monte, o próprio PT (Partido dos Trabalhadores) fez coro junto com os movimentos sociais na época, o que ajudou no adiamento da obra naquele período.

A eminência de uma crescente crise elétrica como a ocorrida em 2001, fez com que Belo Monte viesse carregada como uma das soluções para crise energética que o país poderia vim a ter, trazendo consigo a ideia de que ela seria a única hidrelétrica pensada para a região do sudoeste amazônico.

Em 2009 o plano de construção da UHE Belo Monte foi retomado com mais engajamento, com intuito de resolver os problemas de abastecimento elétrico do país e a diminuição no uso de usinas termoelétricas para suprir o abastecimento de e geração de eletricidade. No final do último mandato de Luiz Inácio Lula Silva o Plano Básico Ambiental da UHEBM foi aprovado com

condicionantes<sup>14</sup> que visavam uma melhora nas condições dos povos diretamente atingidos pelo empreendimento, dando a Presidente Dilma Rouseff a missão de levar a obra incorporada ao PAC 1 (Programa de Aceleração do Crescimento), ao seu estágio de início e finalização do empreendimento.

Ao trazer esse “novo objeto” para a região, era obvio que a questão mais enfatizada seria a de levar aquela porção da região do sudoeste paraense de encontro ao “progresso”. As condições para que a hidrelétrica fosse assentada as margens do Rio Xingu, foram várias, principalmente ao se focar nas populações atingidas pela então implementação do projeto, o Governo Federal entrou como órgão regulador principal dentro do desenvolvimento do projeto, alicerçando seus interesses neste quesito principalmente a pauta de maior produção de energia, para que assim não precisássemos ficar reféns da produção de energia por usinas termelétricas, que tem uma produção energia, muito mais cara e não geradora de uma “energia limpa”.

Nos últimos 30 anos, a Amazônia tem sido palco de construção de obras de infraestrutura energética, como as hidrelétricas: a de Tucuruí foi iniciada em 1975, no estado do Pará; a de Balbina começou em 1989, no estado do Amazonas; Jirau e Santo Antônio foram iniciadas em 2009, no estado de Rondônia; e a mais polêmica de todas, Belo Monte, começou a ser construída em 2011, próximo a cidade de Altamira, no estado do Pará. A expectativa é que pelo menos mais 10 usinas serão construídas em pelo menos 20 anos. (SENA, 2014, p 16)

Lembrando que a construção de hidrelétricas não retira do processo a utilização de usinas termelétricas na produção de energia, muito pelo contrário, elas continuam em pleno funcionamento e serão acionadas sempre que a produção de energia for comprometida pelo menor desempenho das hidrelétricas

---

<sup>14</sup> As condicionantes são uma série de compromissos que o empreendedor e o Governo Federal assumiram com o órgão ambiental federal (Ibama) para obter e manter a autorização do empreendimento, garantindo a sustentabilidade ambiental do empreendimento.

São 23 condicionantes. É importante destacar dois temas:  
**1º. grupo:** mitigação e compensação de impactos = implementação de 45 programas e 87 projetos chamados de Projeto Básico Ambiental (PBA); atender o cronograma de implantação das obras de infraestrutura social; identificação e garantia de direitos aos atingidos. Implantação do PBA indígena, com programas e compensações específicas e diferenciadas para a população indígena.

**2º. grupo:** monitoramento de impactos = monitoramento da qualidade da água do Rio Xingu e das condições socioambientais da região da Volta Grande do Xingu (VGX). A VGX é o trecho onde o Xingu faz uma curva de 100 km. É justamente ali que o rio será barrado, portanto, o fluxo de água que irá passar por ali deve ser reduzido em 80%. Monitorar as condições socioambientais da região significa monitorar a qualidade da água e condições do meio ambiente e das pessoas que vivem neste trecho do rio. (ISA, 2014)

o que acontece em períodos de seca dos rios em que as mesmas estão instaladas.

A partir de 2010 se inicia o processo de instalação da UHE Belo Monte, no rio Xingu, que caminha para ser a maior usina hidrelétrica inteiramente brasileira e a terceira maior hidrelétrica do mundo, com potência instalada de 11.233 MW. O lago abrange uma área de 516 km<sup>2</sup> e inunda áreas municipais de Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo. (Neto et al. 2016, p.13).

E é nessa efervescência que Belo Monte explode, trazendo prós e contras para alguns, cercada de críticas atreladas a sua construção principalmente em relação as condicionantes ambientais e sociais, e no meio da região Amazônica então as lutas de aumento sobre conflitos, violência e a falta de políticas públicas a partir de grandes projetos é uma constante que não deixa de acontecer e nos surpreender ao mesmo tempo.

Nesse contexto, ressalta-se o envolvimento e posicionamento do MPF no processo de embates judiciais durante os períodos de 2009 a 2011 e mais recentemente após o licenciamento da obra da usina de Belo Monte. Apesar disso mesmo com a ausência de estudos e documentos considerados relevantes para a análise (estudo da qualidade da água, espeleologia e levantamento das populações atingidas), o estudo de impacto ambiental (EIA/RIMA) foi aceito pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) (FAINGUELERNT, 2013. p.67).

E a partir daqui vamos descobrir que “booms” a explosão da construção da UHE Belo Monte trouxe a essa porção do estado do Pará, seja para o bem ou para o mal, evidenciando os principais efeitos dinamizadores de impacto ligados a concessão da obra da UHEBM.

## **2.2 - 1º “Boom de Belo Monte”: Migrações em massa: A explosão da UHE Belo Monte e seus efeitos no urbano de Altamira-Pa.**

Adaptar-se é um processo demorado e geralmente difícil, soma-se a rapidez com que isso foi demandado a região do Sudoeste e temos uma receita de um processo que encontrará rebatimentos territoriais em seus mais avançados níveis, problemas esses que poderiam não ser tão sentido se a construção da UHE Belo Monte não fosse tratada como uma obra vista como urgente, para solucionar problemas de gestão energética no país.

Altamira é uma cidade em que está definida neste período da história como uma cidade em processo urbano misto<sup>15</sup>, a imbricação do tempo rural com

<sup>15</sup> Dessa forma, os diferentes tipos de cidades que aqui foram particularizados, inspirados em Becker, assumem configurações espaciais decorrentes de processos por meio dos quais a-

o tempo urbano é uma constante na cidade, de um lado a produção rural da região e do outro o processo dinâmico que começava a se instalar na cidade e que se consolidou com a inserção de Belo Monte.

A região afetada pela construção da hidrelétrica parece que se concentrou apenas em uma área de abrangência o município de Altamira, que naquele momento tinha toda a atenção envolta a sua dimensão territorial e aos conflitos que Belo Monte lhe trouxe e acabou se somando aos que já existiam.

O município de instalação da usina é Vitória do Xingu (PA) que, apesar de abrigar grande parte do complexo estrutural relacionado à barragem, não é o grande impactado do ponto de vista da densidade populacional, situação que fez de Altamira o principal lócus de absorção dos problemas relacionados à hidrelétrica. (Neto, 2015, p.7)

Como a ordem para a construção da UHE Belo Monte foi uma decisão do Governo Federal e não uma demanda da região afetada, o município que mais recebeu recursos derivados da construção da mesma foi o município de Vitória do Xingu, onde a sede da Hidrelétrica está localizada (figura 2), esse talvez também seja o motivo da administração municipal não gostar muito de falar sobre o processo que culminou na implementação da mesma.



Fonte: Norte Energia, 2014.

florestas e seus recursos (materiais e simbólicos) adquirem significados e importâncias particulares e singulares. Isso ocorre em razão da maior ou menor presença de frentes econômicas e migratórias e de lógicas de circulação e de reestruturações socioespaciais impostas à região amazônica em períodos mais recentes. (Trindade Jr.2013, p.105)

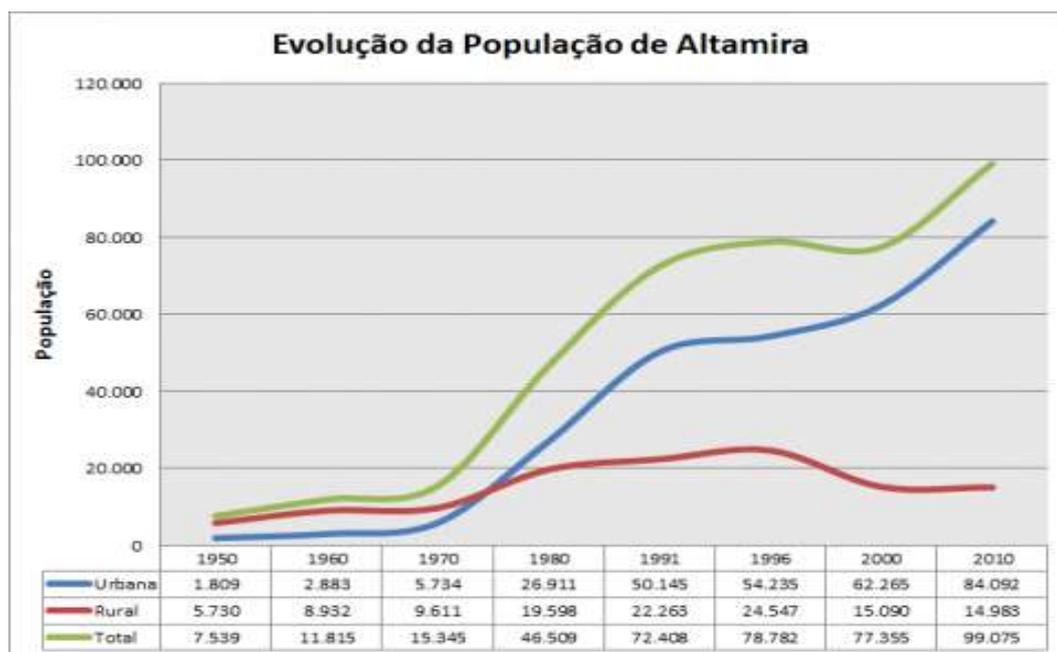
Com o intuito de evidenciar esse “grande objeto” como um resgate de novos projetos de desenvolvimento dentro da região do sudoeste paraense, não soa errado questionar que esses processos de desenvolvimento alicerçado ao plano do capital para a Amazônia, deveriam ser mais bem trabalhados, principalmente na fase inicial do mesmo, fingir que alguns problemas enfrentados pela construção da UHE Belo Monte não eram esperados, não é uma questão que pode se defender.

A verdade é que a UHE Belo Monte trouxe uma nova dinâmica econômica a região do sudoeste paraense, com seus mais demasiados efeitos para prover o que o sistema necessitava naquele momento, se os efeitos hoje ainda sentidos do objeto Belo Monte, irão se desertificar é uma resposta que descobriremos com o tempo, a mim no momento só cabe descrever que até aqui esses efeitos ainda são sentidos pelo município.

A estimativa do IBGE para a população urbana de Altamira em 2010, de 76 mil habitantes (considerando os situados no perímetro urbano), estaria em muito subestimada nos anos seguintes. Em 2012, a Secretaria de Planejamento do Município avaliou a população total do município em 148.224 mil com base no acesso aos serviços de saúde, o que representaria para área urbana um contingente próximo de 127 mil. A dificuldade em se obter uma estatística oficial reside na própria velocidade nos fluxos de admissões/demissões de trabalhadores, bem como a inexistência de um registro das migrações espontâneas em direção ao núcleo urbano. (Neto, 2015, p.12)

Nesse ponto a cidade de Altamira já tinha incorporado em seu escopo demandas que a região não estava preparada para suprir, era o que faltava para ocorrer uma efervescência nos aumentos dos preços de imóveis e serviços dos mais variados setores.

Quando um grande projeto é anunciado, migrações em massa se iniciam em várias regiões para a região aonde o mesmo será implantado, com Belo Monte então, não foi diferente, nos seus primórdios lá em 2010, já houve um salto populacional considerável na população de Altamira naquele ano segundo o IBGE a população estava estimada em 99.075 habitantes (Gráfico 1), fazendo a junção das áreas rurais e urbanas do território que compreende o município.



Fonte: IBGE, 2010. Elaborado por Neto et. all.

É notadamente que as grandes migrações para essa região remontam a época em que grandes empreendimentos estão sendo propostos para essa região na década de 1980 com o chamariz das aberturas das estradas em decorrência do PIN e após isso uma nova horda de crescimento em 2010 essas migrações primeiro se dão das áreas mais próximas, a cidade polo da obra.

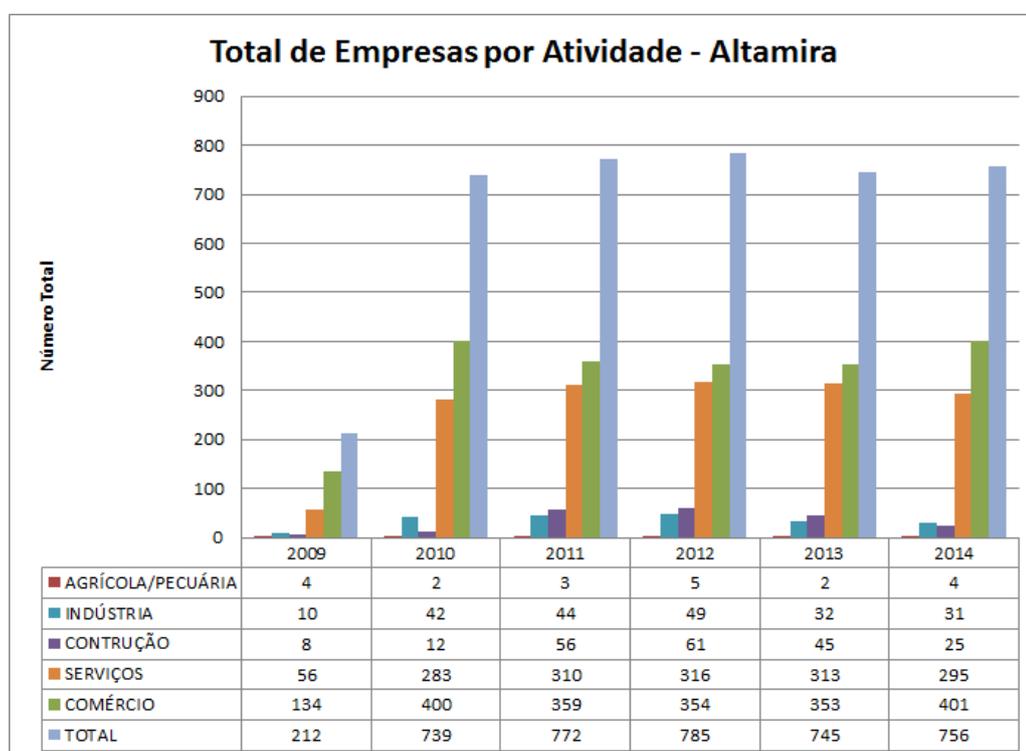
A partir deste processo, verificou-se o rejuvenescimento da cidade de Altamira, que passou a adquirir um importante papel de centralidade em relação aos novos núcleos urbanos ao longo da rodovia, como Uruará, Medicilândia, Anapú e Pacajá, mas também em relação às localidades situadas no baixo curso do rio Xingu, como Porto de Moz e Senador José Porfírio. Nesse novo contexto, os fluxos de pessoas, mercadorias e serviços se ampliam na região e dão o contorno de uma rede urbana complexa e integrada, embora que não completamente, aos lugares centrais do capitalismo atual. (NETO et. Al, 2016, p. 43).

Esse crescimento populacional em primazia irá desencadear problemas que cidades com o porte da cidade de Altamira não estavam acostumada, com o aumento populacional em tão pouco tempo, os impactos dessa nova dinâmica habitacional, terá consequências em serviços públicos que já não conseguiam suprir as demandas dos habitantes da região.

No processo de implantação de um grande empreendimento hidrelétrico, a mobilidade populacional está para além da quantidade de trabalhadores diretos e representa um contingente populacional muito maior. Estima-se que, para cada trabalhador direto ou indireto relacionado à construção de uma usina hidrelétrica, afliu para a Área de Influência Direta (AID) da UHE Belo

Monte cerca de cinco pessoas a mais. Por esta razão, os estudos de impacto da usina hidrelétrica de Belo Monte estimam que, pelo menos, “96 mil pessoas cheguem à região, incluindo aquelas que estarão trabalhando nas obras, o que deverá causar outros impactos” (ELETROBRÁS, 2009, p.14).

Há uma nova roupagem incorporada a cidade de Altamira com a idealização da UHE Belo Monte, com ondas de migrações e geração de empregos na cidade (Gráfico 2), chegadas em massa todos os dias em direção ao posto de admissão da empresa responsável pela obra de construção da UHE Belo Monte, a chegada de novas empresas na cidade também fez parte dessa onda que invadiu a cidade de Altamira, dando uma característica de crescimento a mesma.



Fonte: IBGE. 2014. Gráfico elaborado por Neto et. all.

Com a UHEBM como chamariz houve um aumento nos mais variados segmentos, a indústria e os setores de serviços foram os mais beneficiados com a gama de demandas desencadeadas pelo cursor Belo Monte, se a indústria e comércio cresce, as vagas de emprego surgem, com isso o número de migrantes sobe, e em uma cidade sem transporte público para suprir essa demanda, o que

resta é comprar seu meio de transporte, e em Altamira as motos são os mais usados.

Barragens hidrelétricas são exemplos de projetos de desenvolvimento de grande escala que trazem influxo repentino de pessoas e capital. Representam um evento de grande magnitude que afeta a curto e longo prazo as trajetórias de uma região, cujas especificidades e profundidade são ainda pouco entendidas. O processo de planejamento pode levar muitos anos (23 anos no caso de Belo Monte), envolver múltiplos reajustes ao projeto original em resposta às pressões políticas e interesses locais e nacionais (incluindo, neste caso, mudanças na localização da barragem e do reservatório), provocar impactos durante os vários anos de duração da construção, e as contínuas consequências ao meio ambiente, às condições de vida da população no sentido geral e na sua saúde em particular, por décadas após o término da construção (MORAN, apud. GRISSOTI 2016).

Os índices de acidentes de trânsito e violência explodiram (Gráfico 3), e expuseram as fragilidades de uma cidade, que tinha grandes processos e rebatimentos internos em incorporação no seu novo cotidiano, essas novas demandadas a “cidade polo de Belo Monte” perdurariam por muito tempo ainda no urbano da cidade, dando início não só há vários acidentes ligados motos, como também aos carros da empresa construtora de Belo Monte.

“Houve um aumento de motos na região urbana, a falta de monitoramento dos departamentos de trânsito da cidade faz com que as pessoas cometam muitas infrações de trânsitos, é nítido que o número de pessoas andando sem capacetes ou mesmo sem carteira nas ruas da cidade, a verdade é que parece que Altamira virou uma enorme pista de corrida para alguns condutores”. (Entrevista feita em janeiro de 2018)

“A empresa que constrói Belo Monte está colocando seus caminhões nas ruas e parece que a gente que é pedestre ou ciclista não existe, sem falar no aumento no número de Pop 100 nas ruas, eles andam sem habilitação na cidade para cima e para baixo, não adianta estarmos na faixa ou o sinal fechado, eles não respeitam”. (Entrevista feita em fevereiro de 2018).

As mortes no trânsito em Altamira no período inicial da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, mais que triplicaram no período, a verdade é que o DEMUTRAN à época, não havia se preparado para o número de contingente de automóveis que seriam absorvidos pela cidade.

Os números de acidentes de carro também aumentaram, as ocorrências de acidentes envolvendo os automóveis ligados a CCBM, também se tornariam constantes, a via de regra nesse período era de uma cidade sem órgãos fiscalizadores, o que acarretavam principalmente nesses problemas urbanos (Gráfico 3).

**GRAFICO COM OS INDICES DO CRESCIMENTO DA VIOLÊNCIA EM ALTAMIRA DE 2006 A 2015.**

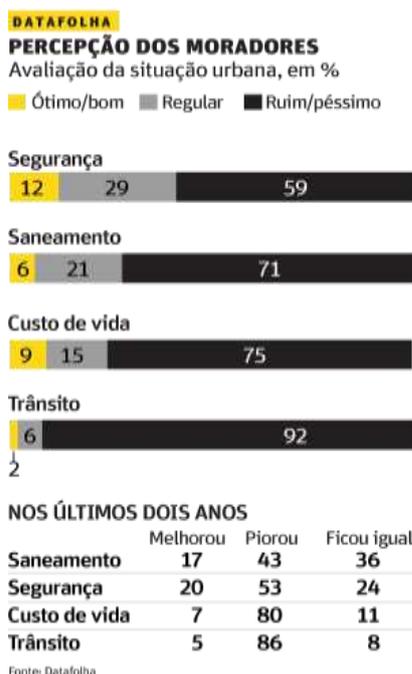


Fonte: SINAM e SIM. Elaborado por Grissoti, 2016.

O trânsito caótico da cidade, era perceptível à medida que se andava pela mesma, com um novo contingente populacional (Gráfico 4) se espalhando pela cidade, as obras se intensificaram, as ruas eram interditadas sem aviso prévio, o que culminava em um caos urbano.

A partir de 2011, com a aprovação da licença de instalação da usina hidrelétrica de Belo Monte, tem-se um marco para o novo período de expansão urbana em Altamira, marcado pela forte especulação de terras e pela atuação das empresas de cunho imobiliário. Em vários pontos da franja rural-urbana se instalam grandes empreendimentos imobiliários com vistas a obter vantagens com a migração em massa de trabalhadores. (Neto et. all. P.44)

Essas construções de melhoria que transformaram a cidade em um típico canteiro de obras, não eram só de cunho urbanístico, as obras estavam nas casas a área central, essas casas se as tornariam as principais moradias dos migrantes que chegariam a região.



Fonte: DataFolha, 2013.

Outro fator que chamará a atenção será o mercado imobiliário, que teve um grande aquecimento nesse período de infusão de Belo Monte, principalmente no que tange aos preços dos aluguéis, pois estes tiveram um aumento considerável na época, aluguéis de imóveis que custavam 600 reais em 2009 praticamente triplicaram em menos de um ano (Figura 3).

*Ação de grandes empreendimentos imobiliários:* é um dos fatores de maior importância no contexto atual. Até 2010, o mercado imobiliário em Altamira não apresentava grandes diferenças em relação às demais cidades de porte médio da Amazônia oriental. Porém, com a liberação das licenças de instalação da UHE Belo Monte, os anos subsequentes se mostraram bem atrativos para esse tipo de negócio. Entre 2011 e 2013 a cidade atingiu o pico dos preços de aluguéis e valores para aquisição de imóveis integrados à malha urbana da cidade, fator este que esteve relacionado à presença de mão-de-obra especializada de outras regiões do país para atuar nas primeiras etapas da obra. No mesmo período, proliferaram-se vários loteamentos urbanizados situados na franja rural-urbana da cidade, muitos dos quais localizados em antigas fazendas, sítios e lotes rurais localizados em áreas estratégicas para o capital extralocal de grande monta. (Neto et. all, 2017, p.46)

De um lado migrantes vindos em busca de emprego, do outro uma cidade que não estava preparada para efervescência que a obra da UHE Belo Monte viria acoplar ao município de Altamira, com isso os preços em locais na área central da cidade subiram mais de 60%.

→ C ↻ Não seguro | g1.globo.com/economia/noticia/2011/08/obra-de-hidreletrica-faz-triplicar-preco-de-aluguel-na-regiao-de-belo-monte.html

2011/08/17 12:43 - Atualizado em 2011/08/17 11:47

## Obra de hidrelétrica faz triplicar preço de aluguel na região de Belo Monte

Usina em construção no Pará será segunda do país em geração de energia. Além de bolha imobiliária, obra trouxe progresso e alta na criminalidade.

Mariana Oliveira  
Do G1, em Altamira



Quem anda pelas ruas de Altamira, cidade-sede da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, não tem dúvidas de que a obra da usina já trouxe desenvolvimento para a região. Em pouco mais de um ano, proliferaram novas construções e estabelecimentos comerciais, além de reformas para ampliação. Mas, junto com o desenvolvimento, veio um problema comum aos locais nos quais a demanda cresce rápido demais em tão pouco tempo: a especulação imobiliária.

De acordo com entidades de empresários do ramo imobiliário em Altamira, os preços das

O técnico Eduardo Yamada tenta procurar imóvel em Altamira e diz que, em pouco mais de um ano, a mesma casa que encontrou por R\$ 600 custa atualmente R\$ 3.000. (Foto: Mariana Oliveira / G1)

**Economia**  
veja tudo sobre >

- Bovespa fecha em alta no último pregão da semana
- Brejo Santo tem concurso com 179 vagas e salário de até R\$...
- Mulheres ganharam 21,5% menos que os homens em 2018, diz...
- Imposto de Renda 2019: Receita recebeu 376 mil declarações...

Fonte: G1, 2011.

Na minha visita em janeiro de 2018, mesmo após os picos de migração da obra terem diminuídos, quando fiz o campo na área central da cidade as casas da área estavam custando de 800 a 1000 reais, esse excedente se deu pelo processo de chegada de pessoas a região a procura de locais para aluguel, para se instalarem na região, os números não baixaram mesmo após o início das obras.

“Os proprietários das casas na área central, estão achando que todo mundo que vem para região vem com cargo de executivo em Belo Monte, isso não é verdade, em sua grande maioria as pessoas vêm trabalhar na barragem, como operário”. (Entrevista feita em fevereiro de 2018)

“Eu trouxe minha família para a cidade, não imaginava que os preços estavam esse preço, quando viemos com um dinheiro reserva, eu vim para tentar conseguir uma vaga na obra, coloquei a família numa casa no centro e vou para frente do empreendimento todos os dias”. (Idem)

Segundo uma série de reportagem feitas pelo G1, esse aumento se deve ao aquecimento da chegada de pessoas a cidade, que deu início a uma busca exacerbada por imóveis para alugar, dando ao mercado de imóveis uma valorização que não se via dentro da região.

Outro fator preponderante relacionado à cidade de Altamira é a presença de novos sujeitos econômicos provenientes da construção da UHE Belo Monte, com destaque à atuação da empresa Norte Energia, que representa o novo papel concedido ao setor privado no território brasileiro, que detém o poder de

planejar, comandar e executar ações que antes seriam apenas de competência do Estado. Os grandes empreendimentos hidrelétricos são movidos pela lógica da reprodução das relações de produção à escala local e, por isso, “demandam grandes mobilizações de capital, força de trabalho, recursos e energia para sua construção, assim como a urbanização do território como uma condição essencial” (TRINDADE JÚNIOR & ROCHA, 2002, p. 17-18).

A partir de Belo Monte, Altamira se renovou do ponto de vista de imobiliário, novas lojas e imóveis para alugar começaram a emergir no centro e nas regiões próximas as áreas centrais da cidade, essas construções são bem mais avidas e sentidas na orla, nas praças e nos esgotos sanitários que foram aprovados em condicionantes para aprovação da licença de construção do empreendimento.

A obra de Belo Monte é a maior em andamento no Brasil. A usina será a segunda do país em capacidade de geração de energia, atrás apenas da binacional Itaipu. O governo diz que Belo Monte é essencial para suprir a demanda energética do país em razão do crescimento econômico. Mas entidades e movimentos sociais afirmam que os impactos socioambientais são prejudiciais para o Brasil. (G1, 2011).

A UHEBM ainda traria uma nova gama de redes de serviços para cidade, atraindo indústrias, novas lojas, empresas de construção civil entre outros, esse chamariz econômico causado por essa construção vai ter um efeito significativo na instalação de outras empresas que no embojo desse processo também começariam a fornecer produtos e serviços tanto a população quanto a Norte Energia, o que também contribuiria a geração de emprego e renda na região.

E assim a cidade começa a incorporar não só a sua população ao mercado de trabalho, mas vai conseguir por um período dar emprego aos migrantes das cidades próximas, e de outras que vieram em busca de uma melhoria de vida e viram em Belo monte a chance que precisavam.

### **2.3- 2º Boom Empregos a Plenas Turbinas**

As populações dos municípios atingidos também se levaram pela ideia da grande oferta de emprego que Belo Monte traria para a Região, colocando este processo derivado da implementação da UHE Belo Monte como um dos carros chefe para que o projeto fosse então viabilizado na região, que estava completamente dividida entre protestos prós e contra Belo Monte.

Com base nas estimativas apontadas pelo EIA de Belo Monte, a previsão é que “ao todo e ao longo do período de obras, 96 mil pessoas cheguem à região, incluindo aquelas que estarão trabalhando nas obras, o que deverá causar outros impactos” (BRASIL, 2009, p. 85). Nesse caso, o fluxo de trabalhadores

diretos é grande, porém não são apenas estes que chegam à região de instalação da usina hidrelétrica, que funciona como um polo de atração populacional para os trabalhadores de todo país, com especial destaque para regiões onde é maior a insegurança na oferta de emprego. (Neto, 2015, p.12).

A eminência de uma crescente crise elétrica como a ocorrida em 2001, fez com que Belo Monte viesse carregada como uma das soluções para crise energética que o país poderia vir a ter, trazendo consigo a isso a ideia de que ela não seria a única hidrelétrica pensada para a região do sudoeste amazônico e para os rios amazônicos, mas essa questão não será levantada neste tópico.

Sobre a atratividade exercida pelas áreas de projetos hidrelétricos, a realidade aponta sempre um deslocamento maior que a capacidade de absorção da mão-de obra efetiva dos empreendimentos. Para as que não conseguem empregos diretos nas atividades relacionadas à usina, resta a ocupação no comércio local ou em atividades urbanas sub-remuneradas. Essa tendência produz efeitos críticos sobre as condições de vida nessas áreas urbanas, especialmente com a proliferação de assentamentos irregulares ao longo da cidade. (Neto, p.6)

É nesse âmbito que chegamos há mais um “boom de Belo Monte”, com a obra sendo anunciada em 2009 (figura 4), já era de se imaginar também um prelúdio de novos ares aquela localidade, e é a partir de entender os processos dicotômicos da região que rebatimentos ressurgem ou são incorporados na mesma.

← → ↻ 📄 revistaoê.com.br/dispara-o-numero-de-trabalhadores-em-busca-de-emprego-em-belo-monte/

Home / Destaques / Dispara o número de trabalhadores em busca de emprego em Belo Monte

Destaques

## Dispara o número de trabalhadores em busca de emprego em Belo Monte

1 min. 2009

10/09/2009

Dispara o número de trabalhadores em busca de emprego em Belo Monte

A licença de instalação ainda não saiu para o Consórcio Norte Energia, que venceu o leilão para operar a obra, começar a construir a usina. No entanto, a procura por emprego na cidade sede de Belo Monte subiu 61,5% neste ano. Os dados são do Sine, agência de emprego do governo federal, em Altamira, que mostram um aumento de 61,5% de pessoas que se cadastraram na cidade para trabalhar na Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu (PA). Mais da metade dos interessados em vagas veio de outras regiões do país.

Fonte: Estadão

Tags: [Estatual](#)

**LIEBHERR**

Versatilidade e alta tecnologia

Reciclar - notificação

**INDÚSTRIA IMOBILIÁRIA**

Fonte: Revista Oê. 2009.

Com o início da obra os holofotes se viraram para a região do sudoeste paraense, e uma nova era migrante para a região amazônica, mas não é só isso que vem na bagagem de quem migra para a região, há coisas que vem dentro ou que já existem no local quem são maximizadas com um novo ciclo de reprodução continua.

A partir de então se iniciam os deslocamentos de trabalhadores para a cidade de Altamira, a começar pelos técnicos responsáveis pelo gerenciamento dos trabalhos. Como ainda não havia sido criada uma área específica para abrigar a população no perímetro do projeto, a cidade de Altamira, localizada a 54 km de Belo Monte, passou a absorver esses migrantes pioneiros. Nesse período, o crescimento do preço dos aluguéis chega a superar a taxa de 300% (Portal G1, 2011). Grande parte das residências disponíveis para locação passou a servir ao projeto Belo Monte entre 2010 e 2013, quando ainda não haviam sido concluídas as obras dos alojamentos coletivos e as residências para trabalhadores. O primeiro impacto da imigração é, portanto, a pressão sobre a oferta de bens e serviços na cidade, com destaque para aluguéis e alimentos. (Neto, 2015, p.8)

Quando a UHE Belo Monte deu início ao seu processo de contratação, não eram raras imagens em veículos de mídia da sede da empresa com pessoas acampadas em busca de empregos, esse processo gerava um colapso social na cidade, justamente porque muitas pessoas só vinham com a passagem de vinda para a região, mesmo sem saber se seriam contratadas (Figura 5).

A mão de obra para UHE Belo Monte, ao menos nesse processo inicial não seria um problema, já que literalmente a porta da obra estava cheia, o problema seria como a cidade iria absorver essa massa populacional.

“Eu trabalhava na roça em Uruará, quando soube que na cidade estava havendo vagas de emprego, larguei a roça e vim em direção a sede do empreendimento, vim com meus primos e desde então estamos aqui na cidade, a obra está no fim, e a gente ainda não sabe como vai ser depois que acabar”. (Entrevista feita em fevereiro de 2018)

“Estava desempregada há um bom tempo aqui na cidade, quando soube que a Hidrelétrica ia ser construída, fiz meu currículo e levei na sede, consegui um emprego de serviço gerais, em uma empresa que se tornou prestadora de serviços da Usina”. (Idem)

A vinda de pessoas direção a cidade sede em busca de empregos no empreendimento, seriam um processo constante durante todo o processo da obra de Belo Monte, elas seriam absorvidas não só pela obra, como por empresas prestadoras de serviços a mesma, ou mesmo por empresas que iriam abrir filiais na região.

20/02/11 10h13 - Altamira em 20/02/11 10h14

## Emprego em região de Belo Monte cresce 150% neste ano, diz governo

Empresa responsável por obra da hidrelétrica fez 40% das contratações. Usina no Rio Xingu, no Pará, será a segunda maior do país.

Marina Oliveira  
Co-G1 em Altamira

**Economia**  
veja tudo sobre >

- Dólar fecha em alta no último pregão da semana**
- Brasão tem concurso com 173 vagas e salário de até R\$...**
- Mulheres ganharam 28,5% menos que os homens em 2010, diz...**
- Imposto de Renda 2010: Receita recebeu 976 mil declarações...**

A geração de emprego com carteira assinada na região da futura usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, aumentou 150% nos primeiros sete meses deste ano na comparação com o mesmo período do ano passado, de acordo com informações da unidade de Altamira (PA) do Sistema Nacional de Emprego (Sine), espécie de agência pública de emprego do Ministério do Trabalho.

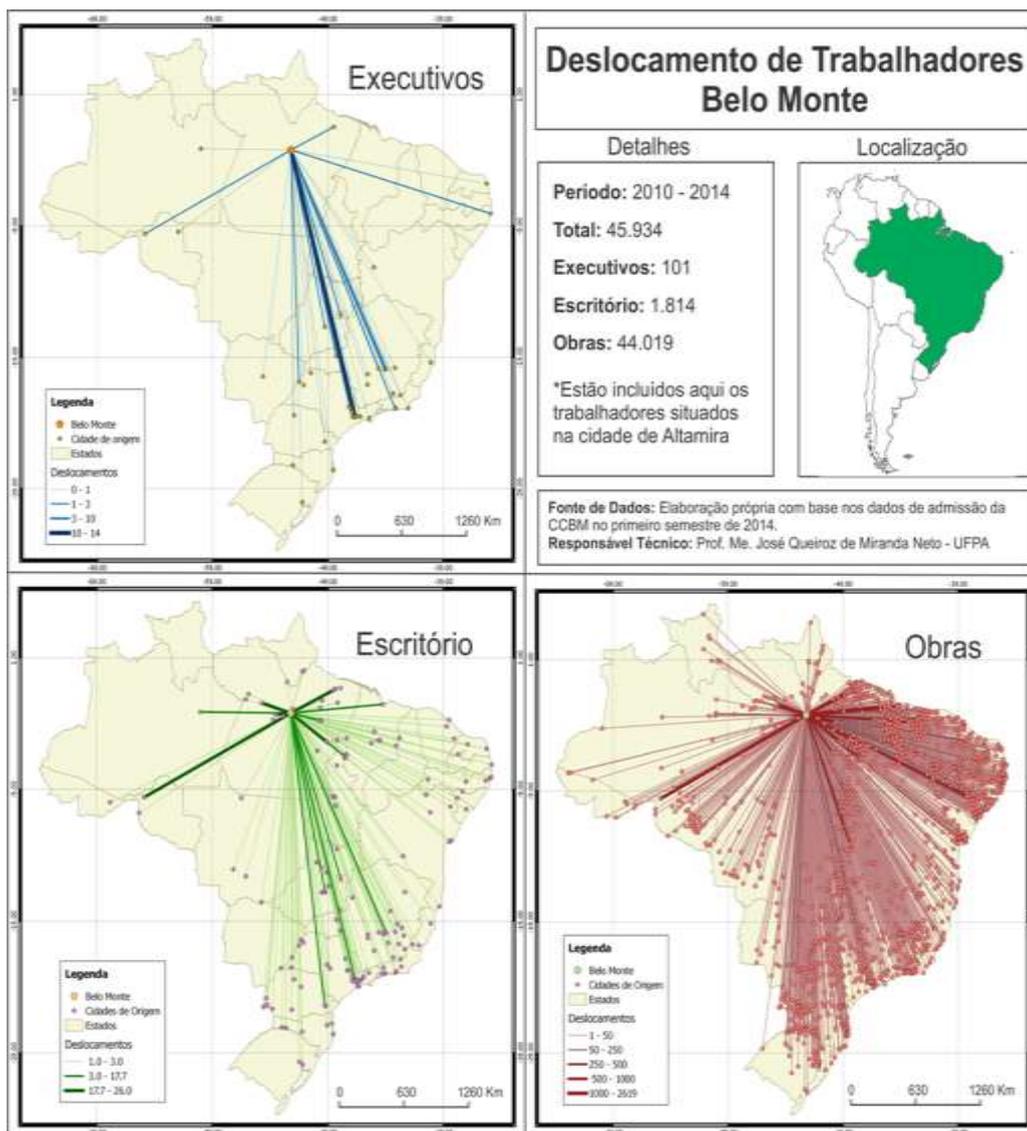
Entre janeiro e julho deste ano, foram contratados por meio do Sine de Altamira

Carlos Augusto Aguiar Rocha, de 28 anos, ficou sete meses desempregado antes de conseguir, em julho, um emprego de motorista na obra de Belo Monte.

Fonte: G1, 2011.

A obra teve uma grande parte dos cargos de emprego destinado a região, em sua maioria os cargos do mais alto escalão foram preenchidos por profissionais das regiões Sul e Sudeste do país, sobrando para os migrantes das cidades próximas a Belo Monte e das outras regiões os cargos de nível mais baixos dentro do empreendimento (figura 6).

As cidades atingidas tiveram uma intensa contribuição da mão de obra ligada a Belo Monte, na figura a seguir podemos ver como as migrações foram absorvidas pelo empreendimento na região e podemos destacar que apenas Manaus, Belém e Rondônia que fazem parte da região norte, tem pessoas no cargo executivo da empresa.



Fonte: Neto, 2014.

Este aumento da geração de empregos na região de Belo Monte começou a tomar contornos e desencadear várias transformações nas cidades que estavam em seu entorno, esses efeitos iniciais seriam incorporados principalmente de uma forma mais efetiva em Altamira e Vitória do Xingu (cidade sede da UHE Belo Monte).

A construção de Belo Monte tem impacto sobre 11 cidades, mas Altamira, principal polo urbano da região, é de longe a mais afetada. Como 92% da obra fica no município vizinho de Vitória do Xingu, com um décimo da população de Altamira, há uma distorção: nos últimos dois anos a prefeitura de Vitória recolheu R\$ 121 milhões de ISS, enquanto a de Altamira ficou com R\$ 12,7 milhões. (Datafolha, 2013)

Com a UHE Belo Monte devidamente liberada para construção, as cidades do sudoeste do Pará que definitivamente faziam linha de frente ao projeto (Altamira e Vitória do Xingu), foram as primeiras afetadas, esses efeitos

serão sentidos em Altamira na forma do aumento nos mais variados setores de serviços, tanto públicos quanto privados.

Era a reefervescência do território Amazônico, e observar como se dar esse novo processo de desenvolvimento na região e como o território do sudoeste paraense absorve esse novo processo de “integração” ao território nacional era sem sombra de dúvidas um fato sem igual e de suma importância, essa porção do espaço muitas vezes vista com uma porção do território atrasada mesmo no século em que informações são disseminadas como se fosse vento, estaria a ponto processar um fluxo de vendaval.

Fazer uma análise de como esses territórios, irão reagir aos planejamentos pensados a partir das construções desses grandes objetos no espaço amazônico, além de observar como seus efeitos tanto a curto quanto a longo prazo quase sempre não são levados em conta se tornam bastante necessários, principalmente quando acabam por condicionar a aparição de conflitos ou desencadeando o aumento de conflitos já existentes na região.

As ruas de Altamira a partir de Belo Monte se tornaram um corredor ainda mais dinâmico de pessoas, com um inchaço populacional que durante um grande momento não conseguia ser absorvido em seus entornos, era muito comum ver pessoas dormindo em cantos de rua, na área central, isso se dava principalmente aos finais de semana ou feriados, quando pessoas que não eram da região saíam em direção a área central da cidade.

Ao notarmos as primeiras impressões que a incorporação do processo de construção da UHE Belo Monte trouxe principalmente a cidade mais afetada neste processo que é Altamira, verifica-se que planejamentos precisam ter um sistema que consiga conter falhas previsíveis. Principalmente se colocarmos que o projeto inicial da UHE Belo Monte vem desde a década de 1970 sendo discutido de forma mais efetiva.

A UHE Belo Monte deixou de ser um projeto no papel em meados de 2011, com alguns grupos ainda contrários ao processo de construção, as obras foram interrompidas algumas vezes, durante o resto do ano, e começando com todo vapor em 2012.

Na época do início das obras de Belo Monte, ainda em meados de 2011, a fundação Xingu Vivo, fez vários atos em defesa da paralisação das obras,

colocando a obra da UHE, como prejudicial aos povos tradicionais da região e uma ameaça a algumas espécies nativas do Rio Xingu.

No âmbito de geração de emprego a UHE Belo Monte foi um marco para a região, o enorme número de vagas disponíveis de emprego foi um grande atrativo para a região, a empresa conseguiu atingir um contingente de contratados para obra em grande escala, incluindo em cadastro reserva.

Em 2011, desembarca em Altamira uma grande quantidade de trabalhadores, tanto de forma conduzida pelo sistema de recrutamento da UHE Belo Monte quanto de forma espontânea, sem qualquer garantia de alojamento e subsistência. Nos primeiros meses, era comum a presença de famílias circulando pela cidade à procura de uma atividade sub-remunerada, apenas para garantir um dia de alimentação. Próximo à rodoviária se instalou um acampamento improvisado de migrantes espontâneos, os quais se abrigavam durante vários dias sob as árvores, os quais se abrigavam durante vários dias sob as árvores na esperança de serem absorvidos por um posto de trabalho formal. Essa área chegou a ser nacionalmente conhecida como “hotel calango”, como referência à grande quantidade de redes instaladas entre as árvores. (Neto, 2015, p.13)

Apesar de atingir suas perspectivas na adição de mão de obra, durante um tempo a empresa que administrava a inserção da UHE, enfrentou no âmbito trabalhista grandes atos de paralisações em seu funcionamento, algumas dessas com usos excessivos de força como coloca Sena (2016):

No campo trabalhista marcada por greves e paralisações, com vitórias significativas para os trabalhadores. É certo que as mobilizações foram duramente reprimidas, com inúmeras denúncias de abusos (demissões, prisões, tortura, restrições à liberdade de ir e vir, presença da Força Nacional), mas as condições de trabalho foram melhorando a partir de 2013, seguramente em razão das rebeliões trabalhistas, do apoio de movimento sociais diversos, da repercussão internacional e atuação de ramos do Judiciário. Ademais, deve ter pesado a proximidade das eleições presidenciais de 2014. (Sena, 2016, p.45).

Segundo Sena (2016) até novembro de 2013 as obras da UHEBM foram paralisadas 09 vezes num período que compreende de novembro de 2011 a novembro de 2013, como mostra na tabela abaixo:

Tabela 1- Greve dos Trabalhadores da UHE de Belo Monte nos anos de 2011,2012 e 2013		
Ano	Período	Nº de trabalhadores em greve
2011	12 de Novembro	Não Informado
	25 a 30 de Novembro	1.800 operários

2012	29 de março a 04 de abril	5 mil trabalhadores entraram em Greve geral.
	06 a 12 de abril	6 mil operários em greve
	23 de abril a 04 de maio	7 mil trabalhadores decidiram cruzar os braços
	09 a 16 de novembro	8 mil funcionários pararam os canteiros de obras
2013	05 a 06 de abril	5 mil operários no canteiro de obras Pimental.
	09 a 15 de novembro	14 mil operários ficaram de braços cruzados
	26 a 28 de novembro	27 mil trabalhadores de todos os canteiros de obra.

Fonte: Sena, 2016.

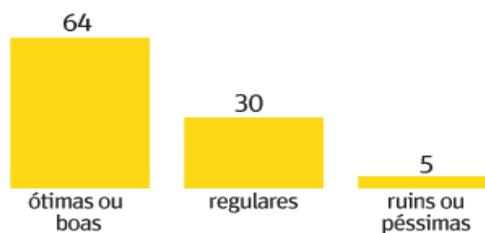
Após essas sucessivas greves e brigas por direitos trabalhistas, a CCBM finalmente acertou seus problemas com seus funcionários e já no ano seguinte durante uma pesquisa feita com os trabalhadores, o nível de satisfação já havia melhorado entre os trabalhadores e o contratante (gráfico 5).

Isso se deu porque em 2014, após as greves e sucessivas denúncias por parte dos trabalhadores sobre as condições de trabalho, houve uma melhora significativa na forma como a empresa gestava o relacionamento com os trabalhadores da obra, reestabelecendo á eles os direitos as visitas as famílias estipulado em contrato, e fornecendo há eles na vila de trabalho montada em Belo Monte uma gama de serviços à disposição dos mesmos, alguns serviços inclusive que nem as cidades sedes possuíam antemão Belo monte.

“As visitas as nossas famílias estavam acertadas em contrato, quem não possui residência e familiares na região, tem uma semana de direito há visitas, não estamos exigindo nada que já não tivesse acertado, nós temos direito a ir ver nossos filhos”. (Entrevista feita em 2013 por Sena para sua dissertação)

**DATAFOLHA****OPINIÃO DOS TRABALHADORES**

Avaliação das condições de trabalho, em %

**SATISFAÇÃO COM O TRABALHO, EM %**

Fonte: Datafolha

Fonte: Datafolha, 2014.

A região as Margens do Rio Xingu jamais seria a mesma desde então, inseridas em um processo muito mais dinâmico, a cidade começou a se moldar a um padrão que não estava adaptada, alicerçados ao rápido impacto econômico que a construção da UHE Belo Monte trouxe, os moradores das cidades começaram a adaptar seus modos e casas, a fim de tirar um proveito do fluxo econômico que se inseria naquele momento ali.

#### **2.4- 3º “Boom de Belo Monte”: Novas Dinâmicas em Construção: A orla em transformação e a Gestão Sanitária “em cheque”.**

As obras nas estruturas municipais de Altamira, algumas gestadas pela hidreletrica em parceria com a prefeitura, outras por gestão do Consorcio Construtor de Belo Monte (CCBM) e Norte Energia, e as obras de intervenção da propria prefeitura, se espalharam pela cidade, essas intervenções se dão em sua maioria nas reformas das praças, quiosques de venda da orla, remanejamento da feirantes para um novo mercado, criação das praias artificiais, do Parque Igarapé Altamira e o complexo museológico a partir da remoção dos moradores das palafitas e que foram realojados nos Reassentamentos Urbanos Coletivos (Rucs) e a tão sonhada rede de tratamento sanitário.

O empreendimento Belo Monte teve que se adequar a uma linha de condicionantes para que sua implementação na região a margem do Rio Xingu fosse aprovada, condicionantes essas que foram adequadas a cada um dos municípios afetados pela obra da UHE, no município de Altamira, a empresa responsável pelo empreendimento traçou um plano de Requalificação urbana, nesse planos estavam traçado as seguintes bem feitoria por parte da empresa, a construção de habitação para a população atingida, a criação e implementação da rede de saneamento municipal e tratamento de esgoto, escolas, postos de saúde, todas essas camadas urbanísticas foram estipuladas em contrato com a federação e o município.

As redes de esgotos e dejetos da maioria das cidades brasileiras para não dizer todas tem um único destino certo, as nascentes de rios mais proximas a região, em Altamira não seria diferente, todos os dejetos e lixos que caminham por seus esgotos acabam no Rio Xingu. Porém com a chegada de Belo Monte esse problema finalmente seria resolvido na cidade, sim o municipio do sudoeste paraense seria o primeiro e único do estado a contar com uma rede de tratamento de esgoto.

A Norte Energia em parceria com a GEO Engenharia ficaram a cargo de proporcionar essa rede de saneamento ao municipio, mas a teoria, é diferente da pratica, e nesses conflitos de gestão haviam obras em que a Prefeitura Municipal e a Norte Energia estavam de acordo e em outras não, e sobrou justamente para a obra do saneamento o primeiro grande embate entre gestores municipais e o Consorcio Construtor de Belo Monte (CCBM).

Essa questão entre CCBM e gestão municipal vai ser uma queda de braço que vai perdurar durante um bom tempo, e ela vai ser um grande problema que irá afetar justamente os moradores reassentados, uma briga que não passa apenas, pelo processo de uma richa Norte Energia x Gestão, ela vai tem um cunho politico bem definido.

E como as obras referentes via Norte Energia tem sua parcela Estado como principal financiador, a gestão municipal usaria isso sempre que lhe coubesse, adicionando alguns conflitos as obras da CCBM.

A Geo engenharia, empresa prestadora de serviços para CCBM, ficou responsável pela gestão e todo o processo de execução ligados ao projeto de

saneamento básico da cidade de Altamira, só que ao fazer as obras nas ruas da cidade para que o sistema de esgoto fossem ligados as casas, a empresa prestadora de serviço e a prefeitura não entraram em acordo, o que ocasionou uma obra sem fins beneficiários para a população.

“A geo engenharia teve que cavar além da rua, dentro da parte interna da minha casa, eu tinha acabado de fazer uma obra e acimentado o chão da frente da minha residência, a empresa veio quebrou disse que tinha que colocar uns canos, depois foram embora”. (Entrevista feita em fevereiro de 2018)

O problema é que nesse ponto do processo a GEO Engenharia já havia começado a cavar a área urbana de Altamira para a colocação dos tubos de ligações que seriam destinados ao tratamento de esgoto, mas quem poderia imaginar que no meio do sudoeste do Pará as casas não tinham a tubulação necessária para fazer a ligação com a nova rede de tratamento sanitário que estava sendo implementada no município.

“A norte energia cumpriu com sua parte no que diz respeito as obras vinculadas ao tratamento sanitário da cidade, não podem nos culpar por um problema que gestão municipal criou a partir do momento em que a contrapartida deles não foi executada”. (Entrevista feita em julho de 2018)

Segundo reportagem feita pelo programa Profissão Repórter feita em 2013 “Estudos ambientais apontam que, com a barragem do rio Xingu, o nível do lençol freático vai subir, fazendo com que as fossas tenham contato com os poços artesianos das casas, contaminando a água que as pessoas ingerem”.

A Norte Energia e a Geo Engenharia realmente cumpriram com seu papel neste ponto, eles realmente fizeram toda a ligação para rede tratamento de esgoto, mas infelizmente nenhuma casa em Altamira possui ligação com a rede de tratamento de esgoto porque caberia a esfera municipal fazer essa ligação, e a prefeitura além de alegar na época que essa era uma esfera da competência da Norte Energia, disse não haver recursos para fazer a ligação, resultado Altamira continua despejando seu dejetos no rio Xingu (Figura 7).



Foto lixo no Rio Fonte: Cruppe, 2017.

Em compensação as mudanças nos pontos de lazer da cidade de Altamira são um dos fatores que mais evidenciam a instalação do empreendimento dentro do município, nesses locais de encontro da população as obras de reestruturaração fizeram mudanças significativas em maior demasia, trazendo novas roupagens e novas estruturas a esse local.

A cidade andava de mãos dadas com a construção civil, suas ruas sempre com placas de obras ou por parte da prefeitura municipal ou por parte da Norte Energia, gestora e principal empresa dentro do Consorcio Construtor de Belo Monte (CCBM), nesse processo de construção de novos ambientes focalizados principalmente no lazer da população, e sempre ligadas aquela ideia do que é belo aos olhos disfarça as mazelas da população.

E para iniciar esse processo de mudanças ligadas a UHEBM novos constructos foram importados a cidade, trazendo a antigos espaços, processos de mudanças significativa e por vezes tão bruscas que esses locais se tornaram apenas memórias longínquas na cabeça de quem viveu naqueles espaços agora remodelados pelos agentes gestores do município.

A praça da independência (Figura 8 e 9), é um dos primeiros locais que foi reformulado a partir de Belo monte, e por reformulado, quero deixar claro que a praça foi apagada por completo e uma nova foi construída no local, essas novas praças a partir de sua reformulação vão seguir um padrão que são as

laterais com grades em seu entorno e com um portão que fecha as 23 horas, ceceando o acesso a esses locais após esse horário.



Fonte: Altamira100, 2013.



Fonte: Conceição, 2016.

A orla de Altamira sem sombras de dúvidas é um dos principais carro-chefe quando o quesito são as mudanças ocorridas no período que compreende as obras iniciadas a partir de Belo Monte, para começar a chamada parte inicial da Orla de Altamira recebeu quiosques (figura 10) para venda de comidas, adaptando assim uma parte da área para vendedores que já desempenhavam essa função em barracas de lona.

“Eu vendia aqui na orla, antes aos domingos, montava minha barraca e vendia, quando lançaram o cadastro para venda nos quiosques me inscrevi, mas infelizmente não consegui um ponto, então continuo montando minha barraca agora mais distante do início da orla porque lá só pode os vendedores que possuem vagas nos quiosques”. (Entrevista feita em julho de 2018)

“Consegui essa vaga nos quiosques, mediante a prefeitura, eu já era comerciante de comidas aqui na orla, montava a barraca e vendia, quando o sorteio do quiosque saiu, fiquei bastante feliz, a gente paga uma porcentagem do lucro para a prefeitura, mas a segurança nos quiosques é maior”. (Idem)

Alguns vendedores dessa área não conseguiram vagas nesses quiosques instalados pela prefeitura, essa distribuição foi feita através de um cadastro feito pela prefeitura municipal da época, que estendeu esses processos

para todos os quiosques destinados a vendedores que atuavam tanto na área referente a orla, quanto aos feirantes que foram removidos da antiga feira.



Foto Orla de Altamira Fonte: Conceição, 2016.

As mudanças na área referente a orla não param por aí, com o barramento para o início da construção da UHE Belo Monte foram criadas uma praia artificial nesse perímetro (figura 11), dando um espaço para os banhistas curtirem as margens do Rio Xingu, a praia também foi o palco de polêmicas devido à enorme perda de espécie nativas a partir das mudanças feitas em seu curso hidrográfico.

Alguns pesquisadores da UFPA e alguns comerciantes de peixes ornamentais era veemente contra a mudança no curso hidrográfico do Rio Xingu, isso porque além de levar para baixo do Rio a famosa ilha do capacete, perdendo espécies mamíferas daquela região, haveria uma perda significativa de uma espécie de peixe nativo daquela região o Acari Zebra, quando o curso do rio fosse transposto.

Foram criadas três praias artificiais as margens do Rio Xingu servem, praia do macenório, que fica há alguns quilômetros da área central, praia do Pedral, e a praia da orla de Altamira (figura 11), que foi criada para que os moradores da cidade tenham um local para seu lazer, seja contemplar o pôr-do-sol, tomar um banho de rio, jogar bola nas areias, ou só simplesmente para sentir o Xingu como alguns dizem.

“Eu já vinha tomar banho no Xingu antes da praia, ficava lá no cais, e tomava banho lá, utilizava a estrutura como todo mundo, com a praia criada, a gente senta na área, brinca de bola, eu gostei da criação da praia”. (Entrevista feita em julho de 2018)

“A gente costumava ficar lá no caisinho eu e meus amigos dia de domingo, a gente vinha tomava banho, trazia um vinho, as vezes uma cerveja e ficávamos a tarde lá, depois que veio a praia agente começou a vim pra cá, ai a gente fica aqui até de noite, porque aqui embaixo se você ficar depois de um horário você pode ser assaltado”. (Idem)

A cidade de Altamira tem um processo diferente de outras cidades com rios a sua margem, em outras localidades do estado o Rio que o banha é sempre visto como algo a se contemplar, em Altamira se observa exatamente o contrário, os bancos da orla são voltados ao asfalto e não para o Rio Xingu, a maioria das pessoas não iam aquele local para ver o Rio, ou para sentir o Rio, mas tem pessoas que faziam isso, utilizavam o Rio, como meio de sobrevivência e lazer, essas pessoas serão o grande alvo da reestruturação urbana<sup>16</sup> em Altamira

---

<sup>16</sup> Longe de se estabelecer uma relação mecânica, os processos de mobilidade da força de trabalho e de reestruturação urbana representam uma parte importante da literatura sobre a dinâmica espacial do Brasil, notadamente com intensificação da produção industrial. De um lado, o ciclo de acumulação de capital necessitou explorar os excedentes de mão-de-obra de regiões decadentes e, portanto, com estoque de força de trabalho para a expansão da atividade produtiva. De outro lado, a produção industrial concentrada nas metrópoles também produziu seu próprio estoque de superpopulação relativa: trabalhadores urbanos sub-remunerados do terciário, integralmente aptos para serem absorvidos em novos movimentos de expansão do capital. É necessário, contudo, estudos sobre como as cidades médias se comportam diante do rápido incremento demográfico, especialmente no caso de surtos industrializantes ou de instalações de projetos de grande escala. Adiante, será possível entender como se dá essa dinâmica de reprodução da força de trabalho para as barragens, bem como as implicações urbanas nas áreas em que se instalam, com destaque para as transformações recentes na cidade de Altamira. (Neto, 2015, p.2)



Praia da Orla de Altamira. Fonte: Junior, 2015.

As mudanças na extensão da orla não param apenas em construção de quiosques ou na praia artificial, elas vão ainda desaguar no processo de reestruturação urbana que Altamira passará. Esse plano aprovado dentro das condicionantes de Belo Monte, também consta a criação dos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs), que seriam a solução para o problema de moradia da cidade.

A orla da cidade ganha em sua extensão ainda mais três principais complexos que vale ressaltar aqui um deles é uma das bases desse trabalho, as três novas construção são um cais para que os barqueiros coloquem suas embarcações, um complexo museológico e o Parque Igarapé Altamira (figura 12), esses complexos tem algo em comum, eles foram assentados justamente no local que antes tinham as casas de palafitas como seu principal componente visual, da qual falaremos mais à frente.



Parque Igarapé- Altamira Fonte: desconhecido, 2016.

Vê o espaço se moldar e se agrupar ao que é inserido no mesmo é um fenômeno que nos encanta e nos amedronta à medida que seus contornos vão tomando forma e com isso desencadeando novas nuances no território, trazendo uma dialética entre o espaço e o objeto.

A UHE Belo Monte trouxe exatamente o que se esperava dela para o município de Altamira, fluxo econômico alto e de pessoas também, índices já esperados de aumento de crimes, acidentes e demais demandas sociais esperadas pela inserção de uma obra desse porte em uma região que em sua primazia é povoada por ribeirinhos, produtores rurais e tribos indígenas.

#### **2.5- 4º “Boom de Belo Monte”: Novos, velhos conflitos.**

Quando a UHEBM foi anunciada novamente muitos conflitos internos foram resgatados novamente, principalmente pelo fato de que um projeto que todos acreditavam está fora de cogitação foi reavivado, trazendo lembranças de lutas e conflitos até então vencidos há 30 anos atrás, nessas lutas e modos operandi de se viver povos lutaram para se manter em seu modo de vida simples e pacato.

Não obstante disso, foram várias vezes que os indígenas se colocaram contra o empreendimento chegando a fechar o canteiro de obras, pelo qual os

trabalhadores tinham acesso a mesma, principalmente nas várias vezes que o empreendimento falhou na viabilização referentes às condicionantes que teria que oferecer nos municípios e populações atingidas.

Essas constantes negativas a construção da UHEBM por parte das populações indígenas, está ligada principalmente as mudanças em seu modo de vida e mudanças no curso, alterando assim a atividade da pesca, que é uma das principais atividades tanto para autoconsumo para a comercialização, quando os mesmos se destinavam a área urbana do município.

"Os povos indígenas da região do empreendimento tiveram livre e amplo acesso ao projeto e aos seus impactos, por meio de mais de 30 reuniões, documentadas em áudio e vídeo. (...) isto garantiu o livre arbítrio desses povos indígenas, quanto à decisão de apoiar a implantação da UHE Belo Monte, preservando seus direitos fundamentais, a sua qualidade de vida e a busca de proteção para os referidos povos", diz a Norte Energia. (G1, 2013)

A UHEBM a partir de sua inserção em sua base local, acabou trazendo também aquele lugar além de uma nova dinâmica do capital, um processo que até hoje seria um dos principais embates entre a CCBM e a Sociedade Civil Organizada, a questão indígena dentro desse processo como um fator inicial e primordial, tendo em conta a extensão de áreas indígenas pela extensão do leito do rio Xingu e na mesma gama a realocação de moradores ribeirinhos que viviam as margens do mesmo.

Mas nesse primeiro momento vamos nos debruçar sobre a lógica indígena, eles aqui são povos diretamente atingidos pela construção da barragem, e nesse cerco são a principal ponta de lança contra o empreendimento, que a eles estabelece condicionantes para a construção da UHE, essas condicionantes se baseiam em a previsão de mantimentos que receberam o nome de "Plano emergencial" e ao oferecimento de cursos nas aldeias baseado na melhora do plantio e aperfeiçoamento da coleta a partir do extrativismo praticado pelos indígenas entre outros.

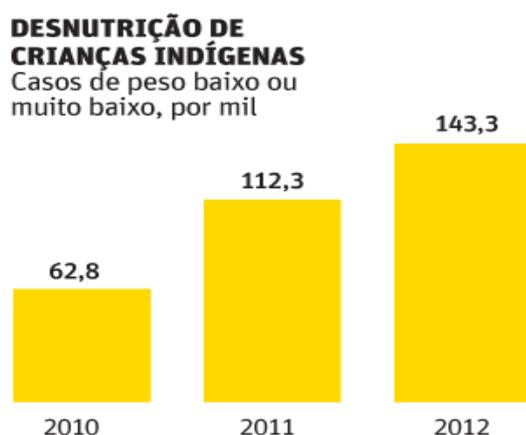
A Norte Energia assumiu outras obras civis previstas no PBA indígena, como pistas de pouso, saneamento, atracadouros, estradas, poços artesianos, postos de saúde e escolas. Mas a maioria dos programas em que se desdobra o plano será gerenciada por uma empresa contratada, a Verthic, que conta com remanescentes do grupo chefiado por antropólogos encarregado de estudar os impactos sobre as populações indígenas. (Folha de São Paulo, 2013)

Mas nem mesmo a Norte Energia fazia ideia de como essas gestões e incorporações na vida dos indígenas iria afetar o cotidiano deles e da cidade de

Altamira a partir do momento em que o contato mais direto e contínuo fosse estabelecido, a partir desses contatos os indígenas começaram a criar vícios que não estavam impregnados anteriormente em sua cultura.

A mesada do Plano Emergencial, além de estimular a proliferação de aldeias (havia duas dos arauetés, agora são seis), originou as chamadas “listas de compras”, que incluíam de motores de popa a iogurte, de rádios a camas box. “Apareceu um caminhão de índio”, conta Elza Xipaia, coordenadora técnica da Funai que ficou encarregada de administrar as listas. “Desandou nossa estrutura, não tinha mais sossego. Hoje a Funai está aí, um caos. Tudo depende da Norte Energia. (Folha de São Paulo, 2013)

O “Plano emergencial” foi excluído em 2012 após diversas críticas tanto da Funai, quanto de estudiosos, dando ênfase que a intervenção no modo de vida indígena, estavam alterando os costumes alimentícios dos mesmos, trazendo grandes consequências principalmente na base nutricional (gráfico 6) dos povos indígenas, pelo aumento do consumo de produtos industrializados.



Fonte: Dsei de Altamira

Fonte: Disei de Altamira. Elaborado pela Folha de S. Paulo, 2013

Outra atividade que chamou atenção a partir das condicionantes estabelecidas exclusivamente para os povos indígenas foram as diversas trocas feitas pelos indígenas, de embarcações que a empresa destinava aos mesmos, dando início há um mercado de venda e troca de produtos destinados a esses povos na região.

Com a implementação da UHEBM, era obvio imaginar essas mudanças no cotidiano dos indígenas, principalmente pela rapidez e fluidez com que essas mudanças tiveram que ser administradas por esses povos, mudanças essas que mexem na escala de sobrevivência deles.

Com essa dinâmica de mais presença nas cidades, pela facilitada locomoção para o centro urbano, com os barcos a motor (voadeiras), eles começaram a adquirir costumes e hábitos mais próximos dos habitantes das áreas urbanizadas, mas mantendo hábitos de sua área de vivência (figura 13).



Índios nas ruas Fonte: G1, 2013

O povo indígena que lutou bravamente pelo seu modo de vida, foi acoplado a essa dinâmica e lógica de produção da geração de energia através da utilização do barramento do Rio Xingu, aonde desempenhava suas funções de autoconsumo, levado a um processo de aprendizagem de novas formas de apropriação e consumo.

“O problema é que eles, não tem onde ficar na cidade, ai eles ficam pela UFPA, a universidade não consegue comportar todos no campus, ai eles ficam andando pelas ruas da cidade, outro fator que contribui para que eles fiquem andando pelas ruas e o fato da casa do índio ainda está em reforma”.  
(Entrevista feita em julho de 2018)

A população indígena não havia se preparado para enxurrada de dinâmicas que seriam impostas a elas, as condicionantes da UHE Belo Monte lhes propunham uma forma de vida, que eles ainda não estavam acostumados, uma troca cada vez maior com a parte urbana da cidade, mesmo com as proibições da FUNAI, que extinguiu a venda e comercialização de bebidas aos indígenas não era raro encontra-los embriagados pela área central da cidade.

O ministério público várias vezes foi acionado para resolver o problema dos indígenas na sede da UFPA, a FUNAI quando era intimada dizia que a sede do órgão estava em reforma, e não tinha para onde encaminhar os mesmos.

Não obstante disso outros habitantes também foram apresentados a um novo modo de vida, e de percepção do seu modo de viver, produzir e consumir a cidade em que se vive, os moradores ribeirinhos tiveram que se adaptar a essa constante produção do modo de vida em que foram inseridos.

## **2.6- 5º “Boom de Belo Monte”: Removendo e Remodelando.**

As populações diretamente afetadas pela UHEBM foram os principais alvos de ação de destino do plano de reestruturação urbana criado para o município de Altamira a partir da incorporação da mesma na localidade, e justamente na porção da população que desenvolve ações ligadas tanto ao rio quanto a área central de Altamira que falaremos agora, a população moradora das palafitas, os ribeirinhos citadinos do município.

É justamente nessa população ribeirinha que vamos nos desdobrar nesse tópico analisando como a remoção e o remodelamento do seu antigo local de habitat se tornou um local de contemplação ao belo e a natureza, aonde antes diziam só haver casas que “enfeivavam” a entrada da cidade (figura 14).

Ao se chegar em Altamira a primeira coisa que se via ao passar de ônibus ou carro, eram as palafitas a margens do Rio Xingu que se estendia ao longo do curso do Igarapé-Altamira essas casas destinadas a moradia de pessoas com menor poder aquisitivo, era também o local conhecido como a área de risco da cidade devido a venda de produtos ilegais que acontecia nesses locais.

E é claro que com um plano de reestruturação urbana em curso, as casas que traziam desvalorização a área central da cidade, teriam que ser removidas, e foi justamente isso que aconteceu, a retirada dos moradores da parte central da cidade de Altamira, os moradores das palafitas do Igarapé-Altamira, foram remanejados.



Palafitas sobre o Igarapé Altamira. Fonte: Desconhecido, 2016

Talvez por isso algumas famílias que foram remanejadas tinham a esperança de mudança de ares e de uma melhor comodidade no novo local em que seriam realocados, após a retirada das áreas de palafitas estariam em um local com acesso ao centro e próximo de onde desempenhavam as suas funções.

No caso de Altamira, a área central continua sendo aquela de concentração das atividades do terciário, onde grande parte dos chefes de família da área interferida desenvolviam suas atividades enquanto assalariados. Desse modo, se entende que a instalação inicial dessas pessoas junto ao leito do Igarapé permitia alguns benefícios do ponto de vista da acessibilidade o que não se repete com as novas residências situadas nos RUCs (NETO, 2015, p. 13).

A área central de Altamira como a de qualquer cidade concentra a principal função de bens e serviços, onde o comércio está instalado e onde grande parte dos moradores dessas áreas mais abastadas desempenham suas funções trabalhistas, seja como empregados nos comércios ou como vendedores de mercadorias nas feiras que também se instalam no entorno dessa localidade.

“A mudança de local, das palafitas, para uma casa de alvenaria, é muito boa, a gente não tinha banheiros com encanamento lá na beira do rio, e quando era época de cheia do rio, a gente sempre tinha que sair das nossas casas, e nos levavam lá para o centro de exposição morar em barracos de lona improvisados”. (Entrevista feita em julho de 2018)

“Eu vivia nas palafitas, vivi boa parte da minha vida ali, gostava de morar ali porque era perto de tudo, agora aqui no ruc, a casa até que é boa, tem problemas também, o problema que aqui é mais longe do centro onde tem as coisas para comprar”. (Idem)

No início esses reassentamentos seriam em construídos em áreas próximas a área central, dando a população uma locomoção próxima da área que antes habitavam e assim conseguir desempenhar as funções a que estavam inseridos antes da remoção. Com isso, os terrenos que estavam mais próximos da área central do município, tiveram um aumento significativo nos preços, o que

alterou o plano inicial dos gestores das empresas responsáveis pela compensação das condicionantes de Belo Monte.

A retirada dos moradores das margens do Igarapé-Altamira foi um processo que perdurou durante muito tempo, até que todas as famílias fossem completamente realocadas nos novos bairros construídos pela Norte Energia para os mesmos. Principalmente após a descoberta que os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs) não ficavam mais nas proximidades das áreas centrais da cidade, e muitos mesmo depois de terem recebido a ordem de despejo insistiram em continuar no local aonde residiam, sendo muitos retirados pela força policial, outros ao saírem para trabalhar quando voltavam, eram impedidos de entrar no local pela polícia.

Os reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs) foram construídos para serem os novos bairros onde os moradores do Igarapé Altamira e outros moradores que também tiveram seus antigos locais de moradia desapropriados, foram pensados com a ideia de trazer qualidade de vida aos moradores, principalmente os que viviam em locais insalubres, que não possuíam uma infraestrutura tão boa para se viver, ao menos era o que determinava uma das condicionantes previstas no Plano Básico Ambiental da obra.

Os reassentamentos urbanos coletivos (RUCs), poderiam ser um sistema com um funcionamento completamente viável, se fosse implementado com todas suas condicionantes atendidas, a verdade é que o viés da urbanização moderna, a retirada de pessoas com menor poder financeiro e muita das vezes sem voz é muito mais comum do que imaginamos.

Os RUC's enfrentam o desafio de serem comparados a uma situação anterior de habitação consolidada, em que a estrutura existente via de regra precária em relação a moradia, era compensada por elementos típicos da consolidação dos bairros ou aglomerados urbanos com a oferta de serviços e equipamentos sociais. Os dados coletados nos RUC's demonstram que há satisfação em relação a casa e algumas estruturas que colocam a casa em funcionamento, como abastecimento de água. Porém, há desequilíbrio quando isso não vem acompanhado dos serviços como transporte, escola, posto de saúde ou centro de referência em assistência social (FVPP, 2017, p. 46)

Com a finalidade de resolver um problema de habitação os reassentamentos acabaram culminando em outros vários problemas, entre eles a tão propagada e cada vez mais presente em muitos centros urbanos exclusão socioespacial.

Com o crescimento das cidades se tornando cada vez mais comum um crescente aumento da malha urbana se torna comum, as cidades são obrigadas a fazer um aumento de seu território urbano, quando novos bairros são criados a partir desses processos de socioespacialização espalhada.

O povo menos abastado como sempre desprovido de serviços que são essenciais e que o Estado enquanto órgão gestor tem a obrigação de fornecer, acaba sendo levado a aceitar acordos para se ver amparado pelo menos a um desses direitos, no caso dos moradores dos RUCs, esses serviços viriam através unicamente da moradia em que estão colocados.

“Quando saímos das palafitas nos disseram que os Rucs iriam nos proporcionar um atendimento melhor do que os que tínhamos na cidade, isso não aconteceu assim, algumas vezes tínhamos que sair daqui para o centro, e só se sai dos Rucs de carro, por causa da distância”. (Entrevista feita em julho de 2018)

“Nós fomos deixados de lado aqui nos RUCs, a Norte energia vem mensalmente faz uma reunião com moradores a gente diz o que está faltando e eles dizem que vão dar um jeito, mas até agora a gente tá sem postinho de saúde”. (Idem)

Os moradores dos RUCs fazem parte de um processo excludente e focado em apagar aquilo que não lhe salta os olhos como forma de lucro, a ideia de tirar proveito dos mais simples, é o que mantém esse sistema em movimento, trazendo consigo processos que tem como principal característica a exclusão dos menos favorecidos, tendo estado como principal agente modelador do mesmo.

Constrói-se um consenso pautado pela existência de elementos que desvalorizam uma área (desde prédios abandonados ou degradados até a presença de população de baixo poder aquisitivo, ou mesmo sem poder aquisitivo) para, em nome da requalificação, projetar estratégias, que ainda que no discurso se coloquem em nome do bem social, tendem a favorecer grupos privilegiados economicamente, buscando afastar a população que, na mesma visão, "desqualifica" o local. É nesse sentido, da mudança do uso social que se faz nas áreas centrais, que podemos afirmar que existe, sim, uma estratégia de repulsão das camadas populacionais de mais baixa renda. Tendo como referência Smith (2006), pode-se dizer que está dada uma estratégia de gentrificação da área central e das centralidades da cidade de São Paulo, em especial aquelas onde estão previstas as novas Operações Urbanas (SMITH 2006 Apud ALVES 2010, p. 12).

Quando a reestruturação urbana de Altamira foi começada a se pensar a ideia da retirada dos moradores daquele local insalubre, era vista com bons olhos pela maioria da população do município, e também como a área de palafitas era visto como um local perigoso, a retirada dos moradores dali teve um grande apoio de uma parcela da população.

Com isso as famílias reassentadas estão mais a margem de um processo excludente agora, do que quando viviam de forma insalubre nas palafitas, tendo em vista que a ideia da assistência a serviços básico que foi lhes acordada, também lhes foi negada neste processo.

Soma-se a esse processo excludente a total remodelação do espaço em que estes viviam antes, hoje sobre o julgo de ter uma finalidade de apreciação da orla da cidade, trazendo signos ao espaço que nada remetem aos antigos signos que preexistiam as margens do Igarapé-Altamira (figuras 15 e 16). Transformando o espaço antes visto como um local que “enfejava” a cidade, no completo oposto do que era, e com direito a uma exclusão completa de tudo que ali existia, pelo menos por enquanto completamente.



Igarapé Altamira Revitalizado. Fonte: Desconhecido, 2017.



Complexo museológico de Altamira. Fonte: Norte Energia, 2017.

O espaço das palafitas a beira do Igarapé-Altamira foi completamente modificado, as áreas do entorno da orla da cidade que chamavam atenção na entrada do município com suas casas de madeira, o lugar que saltavam os olhos justamente por ser a primeira imagem da cidade quando chegávamos, não está mais ali, as palafitas semeavam o contraste entre a dinâmica de agilidade que Belo Monte imprimia, ali mesmo no centro da cidade, parecia que essa dinâmica só havia atingido atrás das palafitas, não seria assim por muito tempo a dinâmica de readequação que a cidade passou, iria “inundar” as palafitas.

E é nesse processo de remodelação da área urbana, e em meio uma simbiose de mudanças que os RUCs surgem como o novo habitat dos moradores do Igarapé-Altamira, mas os RUCs, de novo mesmo só traria aos seus moradores o espaço em que foram colocados.

Parece que os vários rebatimentos que a Amazônia impõe dentro dos processos que se colocam a ela, na maioria das vezes conseguem se sobressair num primeiro momento, parecem como uma forma de resistência daqueles que residem em um habitat tranquilo e pautado por uma dinâmica completamente diferente do que se espera de uma região urbanizada, seria mesmo a região amazônica uma fronteira urbana? Ou são só os planejamentos para a região que não pensados de uma forma que realmente a desenvolva?

Então vamos a elas, os personagens que mais foram afetados com a dinâmica Belo Monte, os moradores das áreas atingidas, vamos adentrar no espaço dos RUCs, para isso vamos passar antes pelas palafitas de Altamira.

### **CAP 3.- Hidrelétrica de Belo Monte e o processo de desterritorialização dos moradores do Igarapé Altamira.**

#### **3.1- “Grande cidade ou cidade grande”?**

As obras estavam por todos os lados do município de Altamira, iniciando pelas que visavam à restauração dos bens públicos, depois as destinadas a resolver os problemas de saneamento da cidade, e que culminariam depois nas retiradas e recuperação da margem do Igarapé- Altamira.

Em meio a isso as construções dos novos bairros destinados aos moradores atingidos, também seguia a todo vapor, essas moradias seriam uma compensação a partir da mudança do curso do Rio Xingu, que culminaria em um acréscimo no nível de vazão de seus afluentes, e conseqüentemente o aumento do perímetro de cheia, colocando as casas construídas sobre as palafitas ainda mais embaixo d'água.

A retirada dos moradores das margens do Igarapé-Altamira foi um processo que perdurou durante muito tempo, até que todas as famílias fossem completamente realocadas nos novos bairros construídos pela Norte Energia, muita água passou por debaixo da ponte.

Os novos bairros aonde os reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs) foram construídos, e onde os moradores do Igarapé Altamira e outros moradores que foram atingidos pela barragem iriam vir a ocupar, foram pensados com a ideia de trazer qualidade de vida aos moradores, principalmente os que não eram conhecidos por viver em locais que não possuíam uma infraestrutura tão boa para se viver assim, ao menos era o que determinava uma das condicionantes previstas no Plano Básico Ambiental da obra.

Garantia de infraestrutura de serviços essenciais - As moradias a serem disponibilizadas deverão ser providas dos serviços de água, luz e esgoto, condições de iluminação e ventilação conforme normas da ABNT. Os reassentamentos serão dotados também de Centro Comunitário, escola até 2º grau, caso haja demanda, Posto de Saúde, espaço para a Associação de moradores e outras benfeitorias utilizadas pela comunidade, tais com Centros de Lazer, Igrejas, Posto, telefônico, etc. (PBA, 2011, p. 75).

Os Rucs construídos para conter um problema social da cidade acabariam por criar novos, quando se levou em conta a retirada dos moradores para os RUCs, se pensou em locais que ficassem mais perto do centro da cidade, justamente pelo fato de que essa população desempenhava funções nas

localidades próximas a seu local de antiga morada, e também pela oferta de serviços públicos que se concentravam principalmente naquela área.

Sabíamos que a vida da população que vivia sobre as palafitas não era uma vida fácil, e de muito de longe uma vida que fosse considerada em um ambiente saudável, os processos que visavam sanar esses problemas eram legítimos e de certo modo até louvável, há população que ali estava realmente precisava de um local com melhor infraestrutura e condições sanitárias para se viver.

Era um processo que se fosse mais bem executado pelos gestores teria sim, sido de melhor fácil solução, mas a verdade é que quando se olhavam para os moradores das palafitas, coloca-los debaixo de um teto com uma infraestrutura melhor do que a que eles possuíam para os gestores era o que importava.

Quando o planejamento de retirada dos moradores começou a ser pensado, teria se projetado a compra de terrenos o mais próximo do local aonde os mesmos residiam, o grande obstáculo que eles encontraram, foi a efervescência do “*boom Belo Monte*”, como citei no capítulo anterior o mercado de imóveis e terrenos teve um crescimento no anuncio de que a hidrelétrica finalmente havia sido liberada.

Com isso, os terrenos que estavam mais próximos da área central do município, tiveram um aumento significativo nos preços, o que alterou o plano inicial dos gestores das empresas responsáveis pela compensação das condicionantes de Belo Monte ou não.

Os RUCs tiveram como modelo de planejamento os residenciais do *minha casa, minha vida*, projeto do governo federal que ganhou mais força a partir do governo de Dilma Rouseff, apoiado no modelo de casas do projeto do governo federal, os Rucs acabaram por incorporar um mesmo problema pelo qual os bairros criados pelo programa também enfrentam a distância das áreas centrais das cidades em que foram desenvolvidos.

Thery (2017, p. 9), ao analisar o programa *minha casa, minha vida* faz a seguinte consideração a partir da criação desses bairros em alguns municípios:

O efeito do programa é tão forte que ele é sensível até nas periferias de algumas capitais, que receberam grandes conjuntos habitacionais. Ao viajar de avião é frequente observa-los na proximidade de muitas delas, eles são bem

visíveis na paisagem porque são geralmente construídos em áreas até então não urbanizadas. A substituição do vermelho da terra nua ao verde da vegetação e a geometria rígida de centenas de casas alinhadas salta aos olhos dos viajantes.

A análise sobre o programa do governo federal se faz necessária justamente pela adoção deste mesmo sistema a partir do momento em que os terrenos mais próximos do centro urbano da cidade, ficaram “inviáveis” de serem utilizados para a construção dos novos bairros, criando assim uma nova paisagem no município.

Inspirado pelo texto e análise feita por Thery (2017), copilei imagens no google Earth (figuras 17,18,19,20) para sistematizar o crescimento de Altamira desde 2012 (pulando um ano a cada imagem), quando as obras de Belo Monte se iniciaram até o ano de 2018.



Altamira 2012. Fonte: Google Earth, 2018. Elaborado pelo autor.

A Imagem acima mostra a cidade de Altamira em 2012, início definitivo das obras da UHE Belo Monte, reparem que na imagem, a mancha urbana se concentra apenas na área central da cidade, os círculos com estrelas no centro da imagem marcam o local aonde serão instalados os reassentamentos Urbanos coletivos, continuando minha análise sobre a mancha urbana saltei um ano, em

2013 há um crescimento muito tímido na faixa urbana da cidade por isso fui direto para o ano de 2014.



Altamira 2014. Fonte: Google Earth. Elaborado pelo autor em 2018.

Já se nota como a mancha urbana da cidade tem um aumento para faixas que antes eram predominantemente verdes e cada vez mais distantes da área central, que concentra os bens e serviços da cidade. Os círculos na imagem que pertencem as reassentamentos vão se tornando cada vez mais preenchidos, e a faixa onde estão as setas, irão mudar de verde para outras cores.



. Altamira em 2016. Fonte: Google Earth. Elaborado pelo autor em 2018.

Em 2016, a macha urbana da cidade já se multiplicou 3x mais, com uma rapidez e fluidez gigante, há poucos espaços que ainda não foram modificados

na área central, o forte na área acima da ilha do capacete que possuía uma área verde vasta, começa a ficar cada vez mais próximo da mancha urbana.

Há parte do lado esquerdo também que em 2012, era um mato descampado, já se repara que tem um conjunto de construções uniformes, igual as que They (2017) observa em seu artigo.



Altamira 2018. Fonte: Google Earth. Elaborado pelo autor em 2018.

Em 2018 não a sombra de dúvidas sobre como a dinâmica da faixa urbana de Altamira cresceu, a cidade se espalhou para as áreas verdes que possuía, uma dinâmica de crescimento puxada sem sombra de dúvidas pela implementação da UHE Belo Monte, essa marcha de mancha urbana que se formou na cidade, além de chegar de mão dadas com as criações dos novos bairros destinados aos moradores atingidos, junta-se aos bairros planejados que a partir do contexto de Belo Monte se tornam mais comuns na cidade de Altamira.

A UHE Belo Monte trouxe uma agilidade para a região do sudoeste amazônico que não se via desde a abertura da transamazônica, e injetou a cidade uma estrutura que a fez se espalhar pelo grande território que o município possuía em um pouquíssimo espaço de tempo.

E nesse curto espaço de tempo os moradores das palafitas que ficavam sobre os rios viveram uma mudança significativa no seu modo de vida e de percepção de produzir um território, o empreendimento estipula que 3,6 mil foram realocados nos novos bairros construídos durante a inserção do empreendimento:

Em seu relatório socioambiental de 2016, a empresa afirma que realizou a construção de cinco novos bairros em Altamira e que estes estavam previsto no PBA e foram concluídos em 2015. Os bairros Jatobá, São Joaquim, Casa Nova, Laranjeiras e Água Azul abrigam 3,5 mil famílias reassentadas (Estadão, 2018).

Como todo processo de adaptação a um novo local, os moradores de Altamira tiveram que fazer suas adaptações ao novo espaço de moradia em que foram inseridos, as dinâmicas do seu processo de modo de vida, e suas funções tiveram que se readaptar ao novo local

Era a chegada de uma nova roupagem para Altamira, a hidrelétrica trouxe consigo uma grande gama de processos que sim, os moradores daquela região não estavam acostumados, na ebulição de coisas chegando, a cidade não conseguia absorver tudo ao mesmo tempo, mesmo que o território da mesma se enchesse de novos fixos para da conta, igual Rio Xingu.

### **3.2- De pau a pique à Palafita.**

O município de Altamira passou por muitas transformações desde que a UHE Belo Monte foi finalmente liberada para construção as margens do Rio Xingu, apesar de não ser o município sede do empreendimento Altamira contabilizou bastantes dos ônus que a obra trouxe para a região do sudoeste paraense.

A região sudoeste do Pará, não foi a mesma desde então, com uma nova dinâmica de fluidez tanto de informação, quanto de mobilidade tomaram conta da cidade de Altamira no contexto Belo Monte, processos que dinamizam o contexto social também, chamam a atenção para os problemas, que não era tão “visualizados” anteriormente pelos gestores.

As construções de casas nas margens de rios são um marco do processo de moradia do território Amazônico, famílias se criam e se formam nas beiras de rios, traçam seus cursos de vidas diante dos rios, em Altamira o Rio Xingu traça uma dinâmica diferente frente ao rio, as casas de palafitas em sua maioria não são de pessoas que tiram seus sustentos do rio, até há pessoas que desempenhavam essa função entre os moradores, mas não em suma maioria.

“Eu cheguei em Altamira há bastante tempo atrás, haviam poucas moradias na área do Rio Xingu, e como não havia um controle, sobre a construções das casas, eu vim e depois trouxe a minha família, aí minha filha também casou e fez casa aqui na beira do rio”. (Entrevista em julho de 2018)

“Moro aqui na área do Açaizal desde que cheguei, na época a gente vinha atrás de melhores condições para família, quando não consegui eu soube que tinha

lugar pra fazer casa na beira do Rio, pra mim que não tinha nada, um pedaço de telhado estava bom demais. (Idem)

As histórias de migração e de chegadas a beira do Rio do Xingu são quase sempre idênticas, vindo de outros locais, atrás de trabalho, acharam na beira do rio o abrigo que buscavam, e pelo menos um teto em cima de suas cabeças eles tinham.

As palafitas eram o endereço que sobrara para migrantes que vinham atrás de uma melhora de vida e não conseguiam, viver sobre o Rio Xingu foi o destino que lhes coube, de gerações passadas as novas gerações, a dinâmica híbrida de uma cidade em mudança.

O olhar de salvação que os migrantes viram nas palafitas não seriam o olhar que a gestão e a população de fora desse território veria sobre as mesmas, as palafitas que para alguns tinha a visão de salvadora, para uma grande parcela da população era vista como a principal culpada dos problemas ligados a segurança e a questão sanitária da cidade.

“A gente aqui no centro fica à mercê dos ladrões que vivem nas casas de palafitas, eles roubam a gente e entram nessas pontes e somem no meio das casas de madeiras, é um verdadeiro labirinto, quanto mais rápido tirarem essas pessoas daqui, mais rápido os assaltos diminuem”. (Entrevista feita em julho de 2018)

“Tem que tirar as palafitas dali mesmo, elas deixam a entrada da cidade com uma visão feia, parece que Altamira toda é só aquilo, eu não gosto de passar ali na ponte e ver aquelas casas de madeiras, algumas que a gente ver que tão caindo”. (Idem)

Os moradores do Igarapé- Altamira (figura 21) foi à primeira imagem que tive quando cheguei a cidade de Altamira em Março de 2013, as casas sobre as palafitas tomavam conta do Igarapé-Altamira, durante os meses de cheia os moradores das palafitas eram retirados e colocados em casas de lona no centro de exposição da cidade, isso acontecia sempre durante os meses de cheias do Rio Xingu, eles eram retirados porque suas casas enchiam e eles não tinham como continuar nas mesmas, passavam pelo menos dois meses morando em lonas que a prefeitura construía no parque de exposição da cidade, outros iam para casas de parentes que ficavam em locais que não alagavam.

Os meses de cheia do Rio Xingu demandava uma verdadeira operação de guerra aos gestores, isso por que uma grande parte dos moradores residentes

nas casas de palafitas tinham muitas vezes que serem retirados às pressas, pois quando se davam conta o Xingu já se fazia presente dentro de casa.

A partir daí era uma correria sob as palafitas, para salvar seus pertences, a perda de coisas materiais eram enormes, colchões principalmente era o que mais se perdia durante os meses em que o Rio Xingu se elevava, as cheias do Rio Xingu, seriam utilizadas como um dos principais efeitos a ser consideradas para a retirada dos moradores da palafita.

Essa crescente exposição dos moradores das palafitas a dejetos e os lixos despejados nas águas do Rio Xingu serão usadas como uma das principais bandeiras levantadas para a retirada dos habitantes das palafitas, junto com as condições das casas, o discurso de uma melhor estrutura de moradia junto com um acesso a saneamento serão o grande apoio da Norte Energia.



Igarapé Altamira. Fonte: desconhecido, 2016.

### **3.3- A saída do Rio Xingu: Casas sem homens, para homens sem casa?**

Com metade da cidade caminhando em obras, faltava uma parte importante do plano de requalificação urbana da cidade de Altamira entrarem nos ritmos de reforma, justamente as moradias as margens do Rio Xingu, com isso posto as incursões dos gestores para as retiradas de moradores das palafitas começou a ficar mais frequente.

Não havia mais como adiar a saída dos moradores da margem do rio, os planos de requalificação da orla estavam caminhando e iam desaguar ali no final do cais, nos moradores de ambos os lados da ponte, à medida que o projeto

caminhava mais próximo das palafitas eles chegavam, isso culminava também com uma parte de moradores que não queria sair dali.

Com o tempo os últimos moradores das áreas as margens do Rio, eram convidados a ser retirados coercitivamente, não havia mais espaço para as palafitas, era necessário que o centro da cidade se tornasse convidativo e a imagem das casas de madeira definitivamente não eram convidativas

“eles deram um prazo pra gente sair das casas da beira do rio, quando o dia chegou foi um verdadeiro Deus nos acuda, porque algumas pessoas saíram para trabalhar e quando voltaram a polícia tava na entrada das palafitas, ninguém podia mais voltar, só se fosse para buscar as coisas que tinha deixado e eles ainda acompanhavam”. (Entrevista feita em julho de 2018)

“ Sai das palafitas antes de dizerem que tinha data para sair, me senti aliviada quando percebi que não precisei ser escoltada para sair de lá, o dia em que eles tiraram as últimas pessoas das palafitas, a polícia foi chamada e muita gente nem entrou mais em casa para pegar suas coisas”. (Idem)

Era o fim das palafitas, as casas de madeira que fizeram parte da área central da cidade durante um bom tempo viriam abaixo, seriam levadas a baixo, o centro da cidade não comportava mais as palafitas, e assim como começaram a surgir na beira do Rio Xingu, elas foram retiradas, com um silêncio de tratores.

“Eu sai da casa de madeira feliz, eu sempre quis uma casa com banheiro bom, com uma sala boa, com quarto pros meus filhos, vivia nas palafitas porque o que eu ganhava não dava para alugar uma casa, era casa ou comida e com criança ainda, eu não via a hora de vir pra minha casa de alvenaria.”. (Idem)

“Eu sai, lá do final da sete, nas palafitas, mas não queria sair não, passei a maior parte da minha vida ali naquele lugar, tava acostumada com o rio, mesmo quando a polícia entrava, pra pegar gente que fazia besteira lá pro centro dava medo, mas ao mesmo tempo me sentia segura ali”. (Idem)

Com o deslocamento dos últimos moradores do Igarapé-Altamira, para os seus novos locais de moradia, vamos de encontro as casas dos Rucs, um dos principais pilares do nosso estudo, adentremos ao Reassentamentos urbanos coletivos, para mitigarmos quais são os prós e os contras das novas moradias dos antigos habitantes das palafitas.

“Vim das palafitas, mas não queria sair não, a gente só passava aperto nas cheias, mas fora isso, eu gostava de viver ali, perto do rio, perto de tudo, mas tem que ir né, já colocaram as casas no chão, agora e ir”. (Idem)

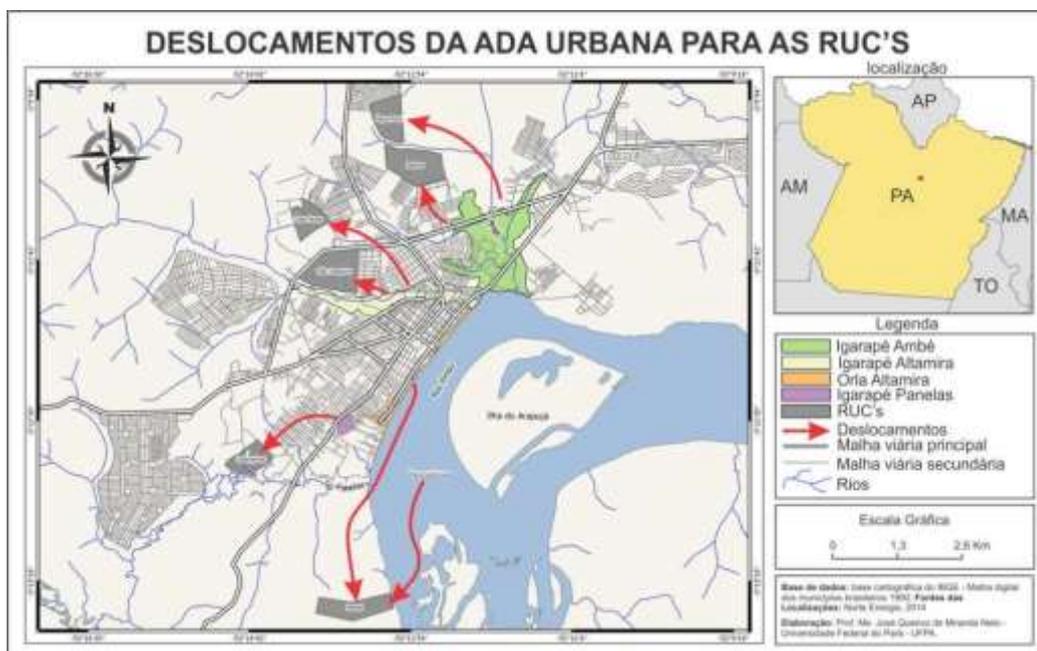
“Sai porque disseram que vai ter tudo no Ruc, vai ter escola, uma área para as crianças brincar, postinho, e mais segurança também, a gente se preocupa de deixar os meninos em casa aqui no bairro”. (Idem)

Os novos bairros construídos estavam recebendo seus novos moradores (figura 22), os cinco bairros criados para absorver os moradores atingidos pela

construção da hidrelétrica estavam com as casas prontas, então entremos, vamos colocar pessoas nas casas vazias, e descobrir quais dinâmicas permanecem e quais se modificam mediante o novo território que os atingidos irão ocupar.

Nos próximos tópicos vamos entrar pelos RUCs, e aqui analisar a inserção dos mesmos, os números de seus moradores, as notas que cada morador viria a dar para cada funcionalidade que os RUCs deveriam oferecer e ter, por estarem nas condicionantes do projeto Belo Monte.

### 3.4 - Do rio aos RUCs: Altamira e os novos bairros da cidade.



Fonte: Neto, 2015, p.17.

Com o fim das palafitas e a remoção de alguns bairros que ficavam próximos à beira do Rio Xingu, Altamira, ganhou novos cinco bairros destinados aos moradores atingidos pela construção da UHE Belo Monte, esses novos bairros virão com a missão de sanar problemas antigos que os moradores tanto das palafitas, quanto dos bairros que foram extinguidos, passavam.

Quando o projeto dos RUCs foi desenvolvido, havia a esperança de que os novos bairros se mantivessem próximos as áreas centrais de Altamira, possibilitando o tráfego dos moradores dos novos bairros com o comércio e os demais serviços que aquela área da cidade fornecia.

Como dito, anteriormente alguns moradores desempenham funções no centro da cidade nas mais diversas atividades econômicas da região, então

também havia essa preocupação para manter a fácil locomoção dos trabalhadores para os locais de trabalho.

No caso de Altamira, a área central continua sendo aquela de concentração das atividades do terciário, onde grande parte dos chefes de família da área interferida desenvolviam suas atividades enquanto assalariados. Desse modo, se entende que a instalação inicial dessas pessoas junto ao leito do Igarapé permitia alguns benefícios do ponto de vista da acessibilidade o que não se repete com as novas residências situadas nos RUCs (NETO, 2015, p.14).

A partir desse momento os assentados nos novos bairros estavam tendo que se adaptar aos novos locais em que foram colocados, trazendo consigo seus hábitos e seus modos de vidas e significados que com certeza irão se misturar com o novo bairro.

Sabemos que as retiradas dos moradores atingidos não foi um processo que fluiu com facilidade, obviamente que as inserções dos mesmos também gerariam conflitos sociais e culturais, imprimindo novas dinâmicas e colocando os reassentamentos urbanos coletivos como um território de lutas, exclusão e de uma intensa nova queda de braço entre gestores da cidade e a empresa responsável pelo Consorcio Construtor de Belo Monte.

Para podermos entender como os RUCs se tornariam um novo problema entre os gestores municipais e a Norte energia, precisamos entender a dinâmica entre Norte Energia e a Prefeitura de Altamira, a UHE Belo Monte foi uma obra que veio de uma esfera acima das esferas governamentais e das esferas municipais, a ordem federal da construção da UHE Belo Monte se tornaria uma briga política, e essa briga de gestores iria respingar justamente nos moradores dos novos bairros, assim como já havia respingado nos outros moradores da cidade na obra do tratamento sanitário.

Assim como as obras ligadas ao tratamento sanitário da cidade, os RUCS é um projeto que é todo gestado pela norte energia, então qualquer problema que os RUCs possuam os gestores do município se eximem da responsabilidade.

Para que os moradores das margens do rio e bairros da área atingida por Belo Monte tivessem suas remoções aprovadas pelos órgãos fiscalizadores da obra da UHEBM, foram aprovadas algumas condicionantes, essas condicionantes que haver dentro dos reassentamentos estruturas que condicionassem a essa população uma melhor qualidade de vida.

A própria criação dos reassentamentos vinha carregada nesse discurso da melhor qualidade de vida dos moradores atingidos, o discurso sobre a melhora de infraestrutura das casas, com melhor encanamento, melhor instalação de rede elétrica, e os equipamentos sociais que tornariam a vida dentro dos reassentamentos melhor.

Os equipamentos sociais como posto de saúde, posto de monitoramento policial, quadra de esportes e lazer, foram os pontos que foram colocados como principais dentro das condicionantes e visto como cruciais para trazer uma melhora significativa na vida das pessoas atingidas.

Sabendo que as casas dos reassentamentos era uma das principais condicionantes para a instalação da UHE Belo Monte, vamos ver como os RUCs são vistos pelos principais interessados os moradores que foram assentados e “contemplados” com as casas nos novos bairros

Nos tópicos seguintes em que falarei dos reassentamentos um a um colocarei tabelas com as notas dadas aos principais elementos disponíveis nos RUCs, os elementos de análise que vou elucidar são os que mais foram usados como motivos para a retirada dos moradores de seus antigos locais de habitação.

#### **3.4.1- RUC Jatobá.**

Começarei pelo RUC Jatobá (figura 19), porque nesse RUC se concentra o maior número de assentados 1.154, dados da Norte Energia empresa gestora das habitações e de todos os serviços referente aos reassentamentos, os dados que escolhi analisar dos reassentamentos são os que foram utilizados como principais motivos para a retirada dos moradores, como moradia, segurança e acesso a equipamentos sociais.

Para fazer uma comparação com nossa pesquisa de campo utilizo como parâmetro de análise a pesquisa feita pela FVPP, Fundação Viver, produzir e Preservar que desempenhava o acompanhamento dos moradores dos reassentamentos através do projeto “ A voz dos atingidos de Belo Monte: Desafios e Direitos.

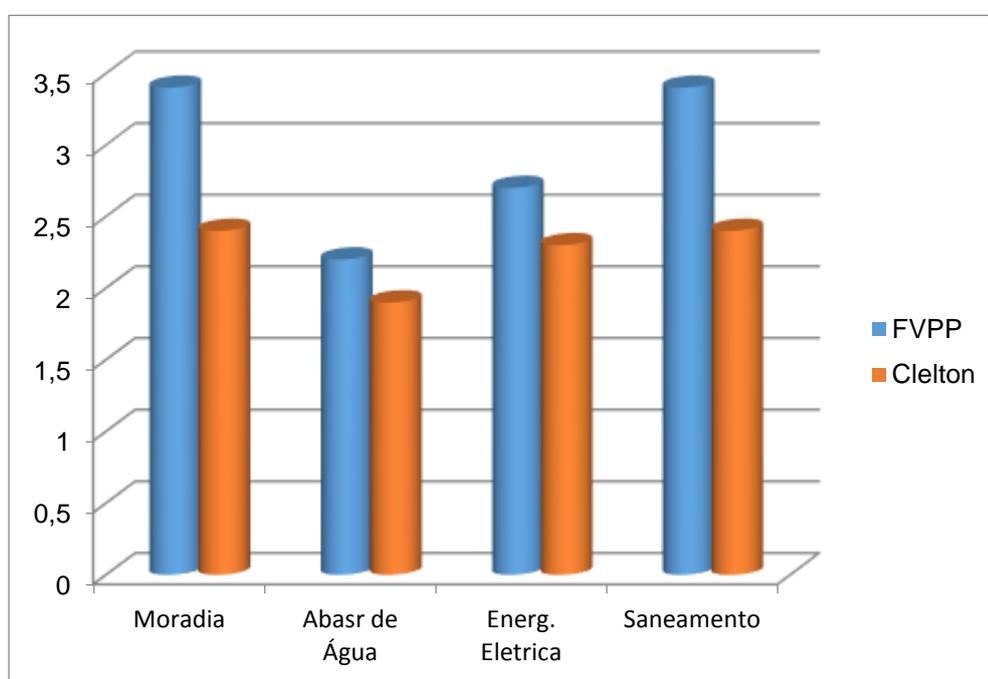
Com o maior número de assentados dentro do processo de remoção de Belo Monte o RUC Jatobá será nosso primeiro local de avaliação comparando as

notas da pesquisa feita pela FVPP em 2016 sobre os principais equipamentos sociais e as condições de moradia, com o campo que fiz em 2019.

Os dados são tabulados e colocados a quesito de comparação (Gráfico 7,8,9,10), para entendermos como o não cumprimento das ações acertadas com os moradores dos reassentamentos só escancara ainda mais o sentido de exclusão socioespacial dos moradores frente aos outros espaços da cidade.

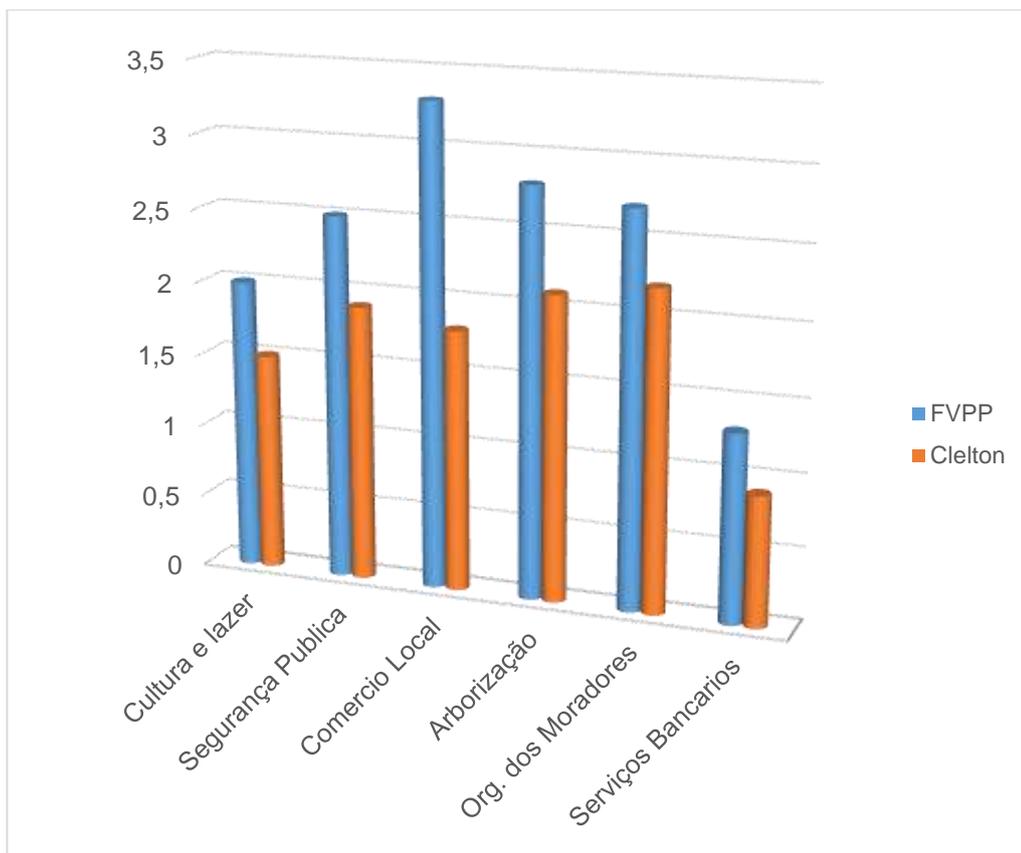
### **Notas de avaliação referente a infraestrutura da moradia e equipamentos sociais.**

- **Infraestrutura e Moradia.**



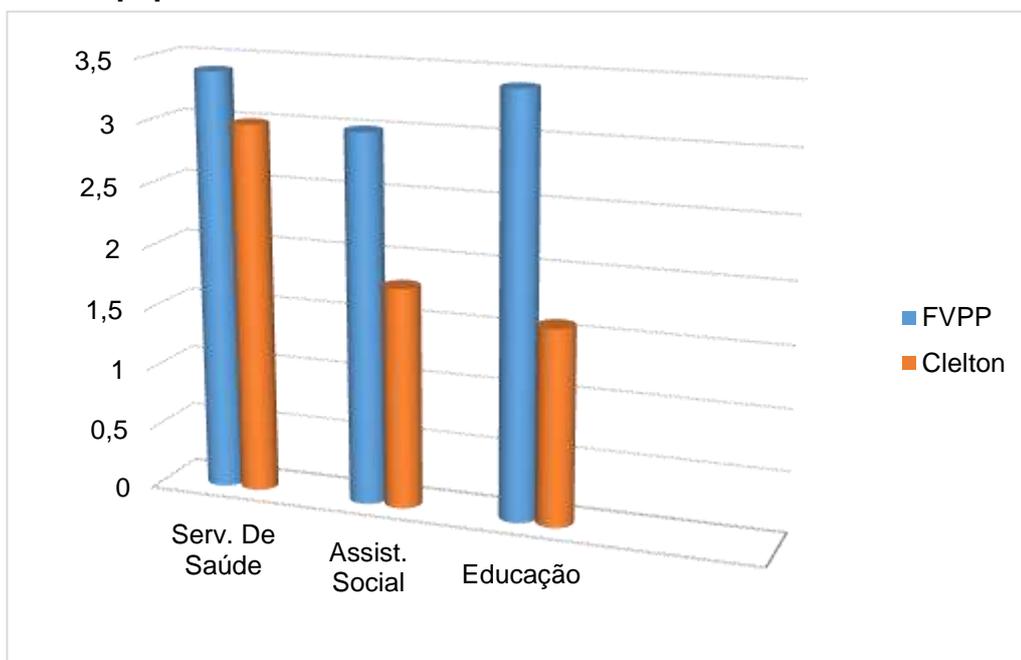
Elaborado por Conceição, 2021.

- **Organização, Segurança e Urbanização.**



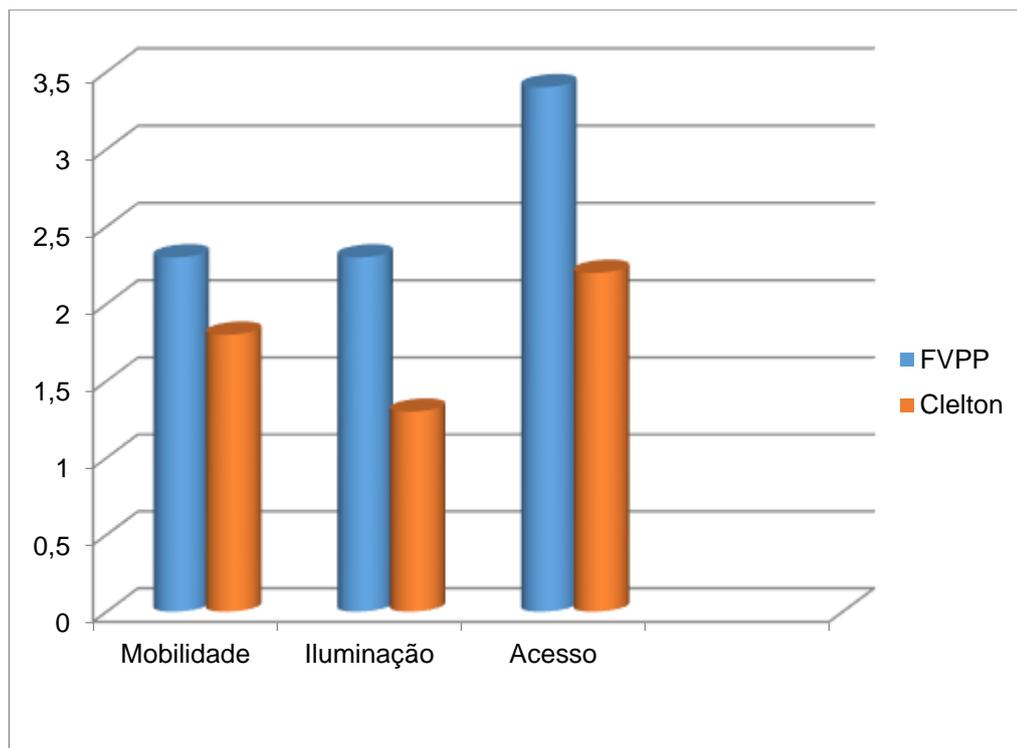
Elaborado por Conceição, 2021.

- **Equipamentos Sociais.**



Elaborado por Conceição, 2021.

- **Acessibilidade pública.**



Elaborado por Conceição, 2021.

É notória que as notas maiores aos componentes pesquisados estão ligadas a estrutura de moradia, assim como também se nota que o acesso aos outros serviços que são necessários para um cotidiano com mais qualidade de vida também está em falta.

A falta desses componentes que citamos como necessários para a manutenção e o bem-estar dos moradores reassentados, foram bastante usados como principais motivos para a retirada dos morados atingidos, foi justamente a falta de acesso a alguns desses componentes que também estão deixando a desejar dentro do RUC que foi utilizado como sendo uma vantagem desses novos espaços.

Em 2017, o MPE-PA junto com a Norte Energia S.A, empresa que licitante da UHE Belo monte fizeram uma vistoria de checagem nos Reassentamentos, após algumas denúncias dos moradores sobre uma diminuição no abastecimento de água entre outras queixas.

Ressaltamos que o transbordamento recorrente na elevatória ocorre devido a danificação, pelos próprios moradores, das caixas de esgoto que se encontram nas residências, fazendo com que as águas pluviais que deveriam ser direcionadas para a rua e ser coletada pela rede de drenagem como projetado, entrem na rede de esgoto, fazendo com que, assim, a capacidade de bombeamento da elevatória, projetada para bombear o volume somente de esgoto, se torne insuficiente, provocando o transbordamento na elevatória. O

mesmo problema é observado em período de chuvas nas outras elevatórias dos RUC's. Observa-se que, mesmo com o intenso trabalho de conscientização ambiental prestado pela equipe da Norte Energia S.A., no sentido de esclarecer aos moradores o funcionamento dos sistemas e o dano ao meio ambiente causado pelo ato de danificar essas caixas exclusivas para o esgoto, ainda não se conseguiu sanar este problema, considerando a cultura local e as características das habitações comuns na região. (Norte Energia S.A, 2017).

A vistoria do MPE-PA acontece depois de muitas denúncias dos moradores acerca da falta de serviços dentro do espaço do reassentamento (figura 23), esses serviços foram embutidos nas condicionantes envolvidas nas negociações de retirada dos mesmos dos seus antigos locais de moradia.

Como ponto positivo a questão da infraestrutura das moradias é sempre um fator louvável para se apontar, mesmo que algumas dessas unidades tenham sido entregues com algumas avarias em sua estrutura de fundação.

" Viemos para os RUCs porque disseram que o lugar ia ser melhor e que íamos ter aqui uma melhor condição de vida nas novas casas, as casas são boas, mas tem um monte de coisa que está faltando, a gente precisa das outras coisas aqui também" (Entrevista feita em 2018)

"As casas aqui são boas, são de tijolo, mas lá onde a gente morava antes tinha tudo perto, aqui no RUCs a gente está longe das coisas, para sair daqui também é difícil, se tiver carro sai rápido, mas se não tem, que ir lá pra beira da rua pegar". (Idem)

Os RUCs como novo território de moradia vai imprimindo em seus habitantes uma nova política de cotidiano, essas novas dinâmicas que os moradores atingidos, se deparam vão de encontro com seus costumes cotidianos, processos de choque que vão achar uma forma de representação.



Casas do Ruc sendo construídas. Fonte: Lizardo, 2016.

As reproduções de vivências em novos ambientes (figura 24), são uma forma de reproduzir o lugar de origem, dentro dos RUCs esse choque entre o novo local de vivência e o novo ambiente de morada serão expressos em muitos locais dentro dos reassentamentos, trazendo signos referentes ao antigo local de pertencimento.

Trazer componentes que remetem o local de origem evidencia nos seus moradores o sentido de lugar, os processos de construção de um lugar também veem para os moradores atingidos na forma das partes que sobraram do que era o seu antigo lugar.

Transformar um território em um lugar, é um processo difícil, por isso a importância de trazer consigo signos que lhe tragam lembranças do lugar aonde você pertenceu, se torna importante, para que seu novo lugar se torne o seu pertencer também.



Foto do Ruc Jatobá, nas laterais madeiras retiradas da antiga moradia e a frente a caixa d'água com o nome do Rio Novo 2015. Fonte: Lizardo, 2016.

### 3.4.2- RUC São Joaquim.

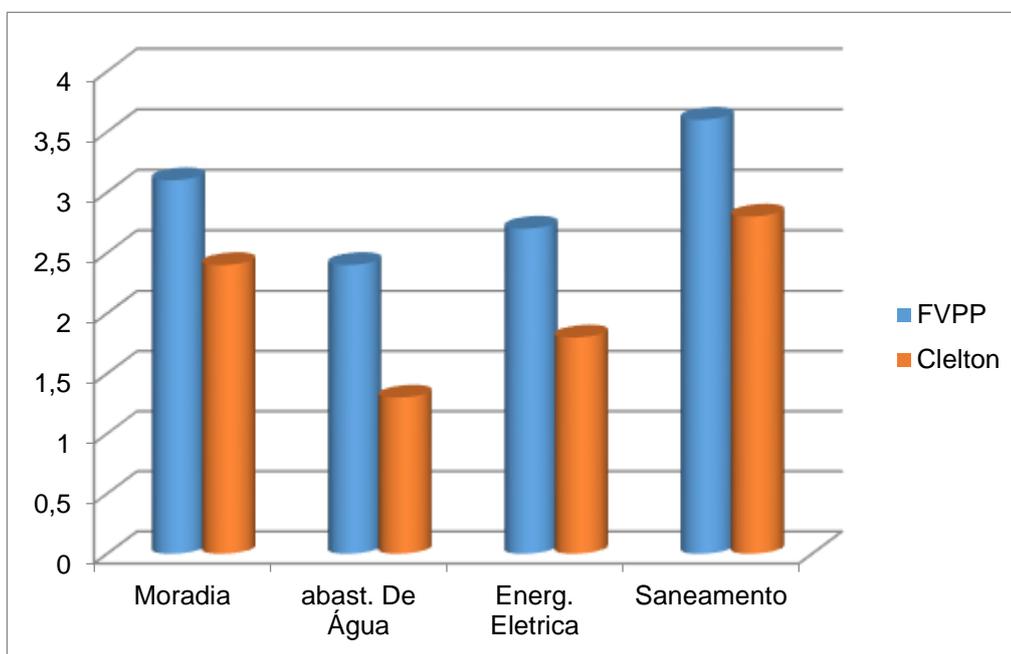
O RUC São Joaquim conta com 827 moradores, possui o segundo maior número de moradores e também traz à tona um dos grandes problemas dentro dos RUCs, o frequente problema de abastecimento de água, que mesmo ligado ao componente de moradia, sempre é visto como um elemento problemático na maioria dos reassentamentos, se tornando um dos principais motivos de denuncia da visita de vistoria do MPE-PA em 2017.

O que chama bastante atenção nessas notas é como os outros elementos da cadeia social, que deveriam dar aos RUCs, uma funcionalidade em conjunto com elemento moradia, não se integram ao mesmo, e isso porque esses dispositivos ainda não estão disponíveis nos mesmos.

Tanto a pesquisa feita pela FVPP, quanto a visita do MPE-PA e o meu campo comprovam isso, se os outros componentes estivessem em consonância com o resto do território Ruc, essas queixas seriam cada vez menores ou talvez nem existissem, os RUCs foram projetados com uma funcionalidade dentro do

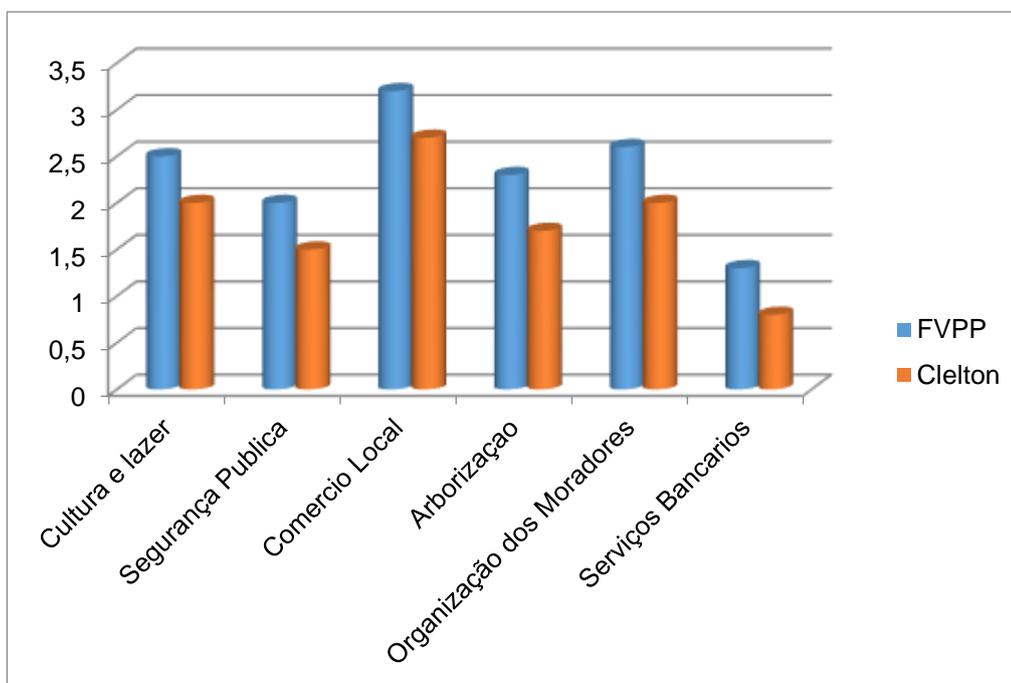
território da cidade, que infelizmente pela não disposição de elementos que o compõe, acaba por não ajudar na sua funcionalidade (Gráficos 11,12,13,14).

- **Infraestrutura e Moradia.**



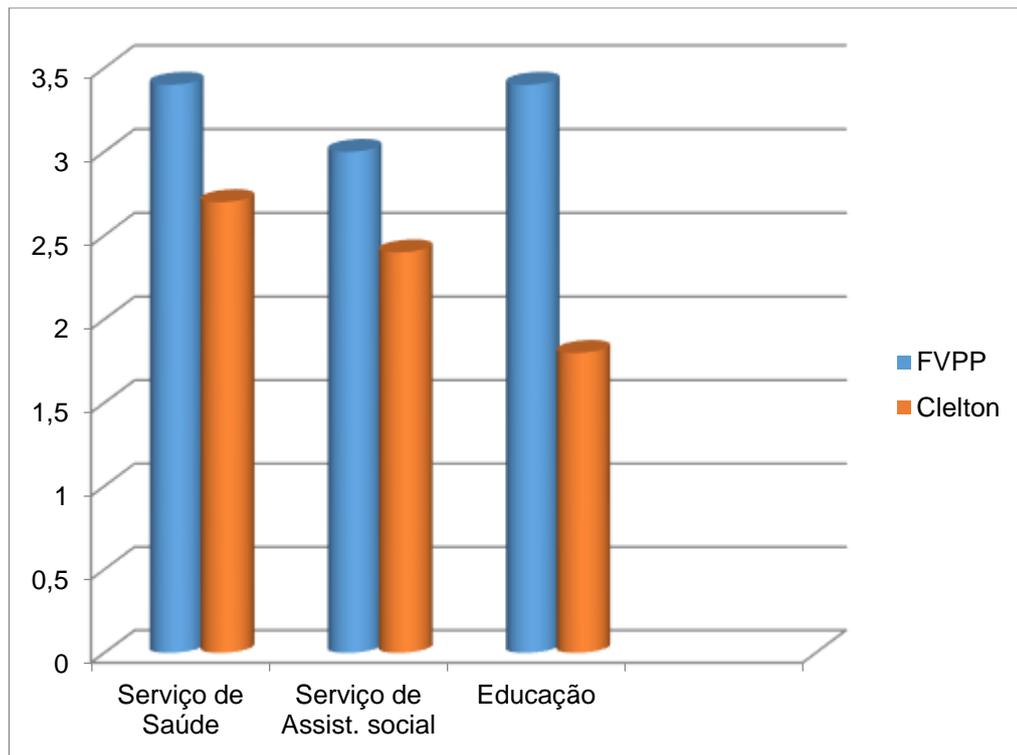
Elaborado por Conceição, 2021.

- **Organização, segurança e Urbanização.**



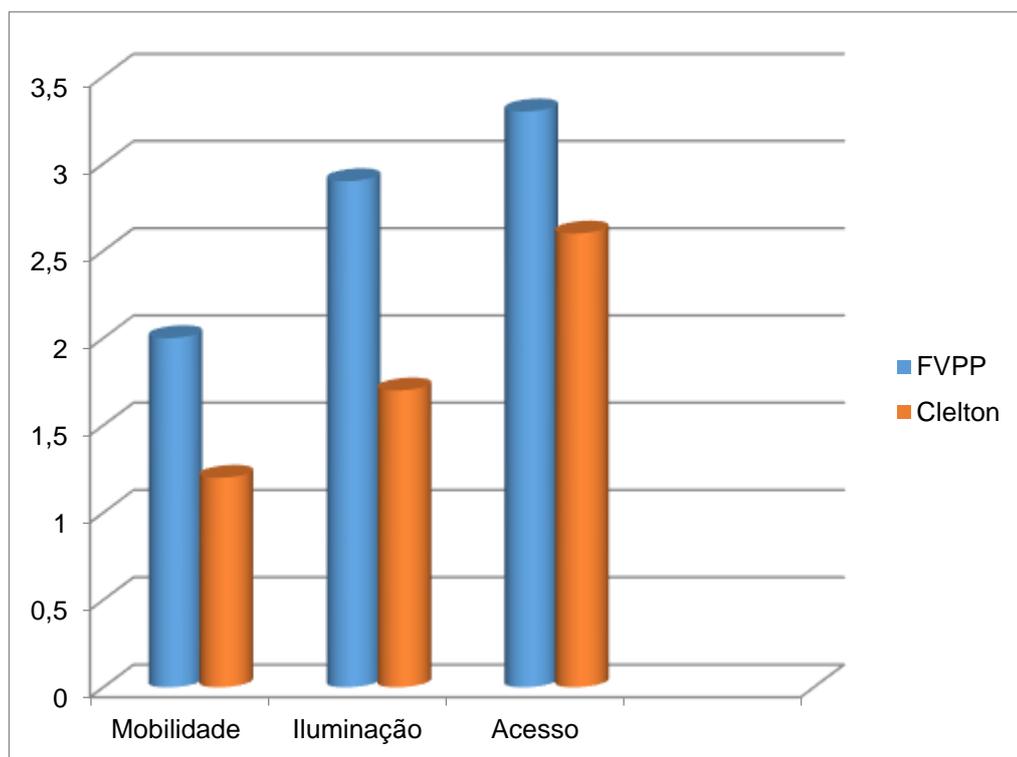
Elaborado por Conceição, 2021.

- **Equipamentos Sociais.**



Elaborado por Conceição, 2021.

### • Acessibilidade



Elaborado por Conceição, 2021.

Na visita do MPE-PA em parceria com a Norte Energia para vistoria, essas são as queixas mais frequentes da população assentada nos RUCs junto com a

questão da segurança, além do aumento em despesas a partir do novo local de morada.

O RUC São Joaquim (figura 25), assim como o RUC anterior possui uma nota alta no quesito moradia, mas quanto aos outros componentes que deixariam a funcionalidade do território mais dinâmica e fluida, as notas são sempre abaixo da média 3,0, dando assim uma margem para a análise dos elementos dispostos para uso da população atingida pela UHE Belo Monte

Quando somos inseridos em um território novo, da forma como os atingidos pela UHE Belo Monte foram, procuramos por elementos que nos façam sentir que estamos em um território que possamos vir a pertencer, para que a nossa funcionalidade social, seja atingida. Quando colocamos pessoas em território, privadas de vários elementos que compõem o cotidiano das mesmas, ainda que mínimos, tiramos dos mesmos uma parte de suas vivências.

As queixas ao MPE-PA não se resumem apenas ao abastecimento precário de água, elas veem envoltas em reclamações da falta de acesso ao lazer, as escolas, a saúde, os RUCs também sofrem com uma constante sensação de insegurança, por causa da falta de policiamento militar.

As notas baixa de avaliação dos RUCs justamente nos quesitos em que eles deveriam vir para resolver chama atenção, além das constantes queixas aos serviços de cunho de atendimento público (como bancos, comércio e etc..), que deveriam ser nos reassentamentos problemas de menor impacto, já que esses serviços dentro dos RUCs deveriam vir embutidos em primazia.

O primeiro reassentamento vistoriado foi o São Joaquim, onde os técnicos do MPE-PA solicitaram inicialmente informações sobre os poços artesanais que abasteciam o RUC, como número de poços em operação, vazões, qualidade da água abastecida e número de caminhões pipas utilizados, tendo sido respondidas todas as perguntas e explicado que os poços seguem todos os padrões normativos executivos, de manutenção, preservação e potabilidade, e que os caminhões pipas são uma complementação até que se implantasse um novo poço já licitado. Além das explicações descritas, foi informado ao MPE-PA que o abastecimento da forma que está sendo feito em todos os reassentamentos – exceto o Laranjeiras, que já é abastecido pela rede de abastecimento do município da Coordenadoria de Saneamento de Altamira - COSALT – é provisório. O sistema de abastecimento de água tratada municipal passa por correções nas pressões mínimas de abastecimento, e deverá chegar em breve aos demais reassentamentos, eliminando assim o abastecimento por meio de poços e caminhões pipas (Norte Energia, 2017)

Além de enfrentar problemas nas estruturas que dentro do sistema dos reassentamentos deveriam ser contidos com a presença de serviços essenciais, outra coisa chama a atenção nos Rucs, é a dificuldade para o acesso as consultas médicas, durante o campo em 2018 ficou claro que havia uma dificuldade em conseguir consultas no postinho, e que não havia atendimento diário.

“Vim para o Ruc, porque disseram que íamos viver melhor, em relação a casa até que isso é verdade em parte, a gente tem dia que não tem água, a Norte energia diz que vai resolver toda vez e nada, as galerias de esgoto estão transbordando e as ruas alagam”. (Entrevista feita em 2018)

“A gente pelo menos no centro tinha as coisas mais próximas, o pronto socorro ficava ali perto, aqui o posto só funciona algumas vezes por semana, e ainda assim só pelo período da manhã, se você ficar doente a noite tem que ir lá na UPA, que ficava distante demais daqui”. (Idem)

Os problemas dos RUCs se tornam maior ainda pela quebra de braço entre a Prefeitura Municipal de Altamira e a Norte Energia, a gestão municipal sempre usa de sua “não obrigação” com os RUCs para demorar a fornecer ajuda, e às vezes não fornecer, tornando assim a vida dentro desses espaços ainda mais complicada.



Casas em construção no Ruc. Fonte: Lizardo, 2015.

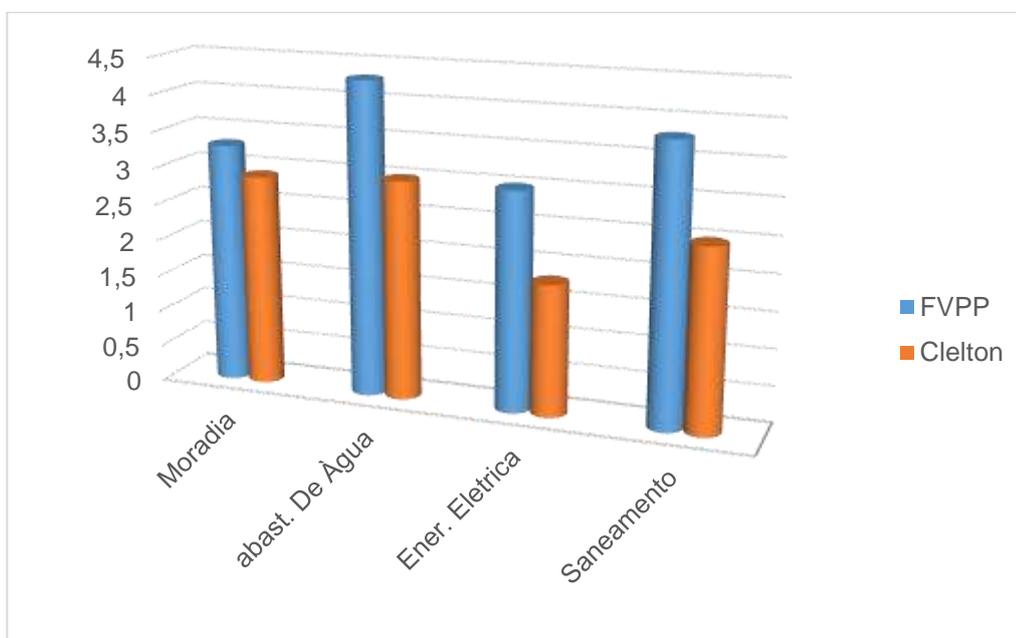
### 3.4.3. Ruc Casa Nova.

O RUC Casa Nova, assim como os demais ruc apresenta problemas justamente nos dispositivos que transformariam há vida dentro dos reassentamentos mais confortáveis, os equipamentos externos a superfície da morada, também é tão importante quanto o teto para morar.

Esses dispositivos aliás que foram defendidos e assegurados pelos desenvolvedores dos reassentamentos, eram utilizados para a defesa da retirada e realocação dos atingidos pela construção da UHEBM, então como justificar a falta dos componentes antes vistos como fatores extremamente necessários.

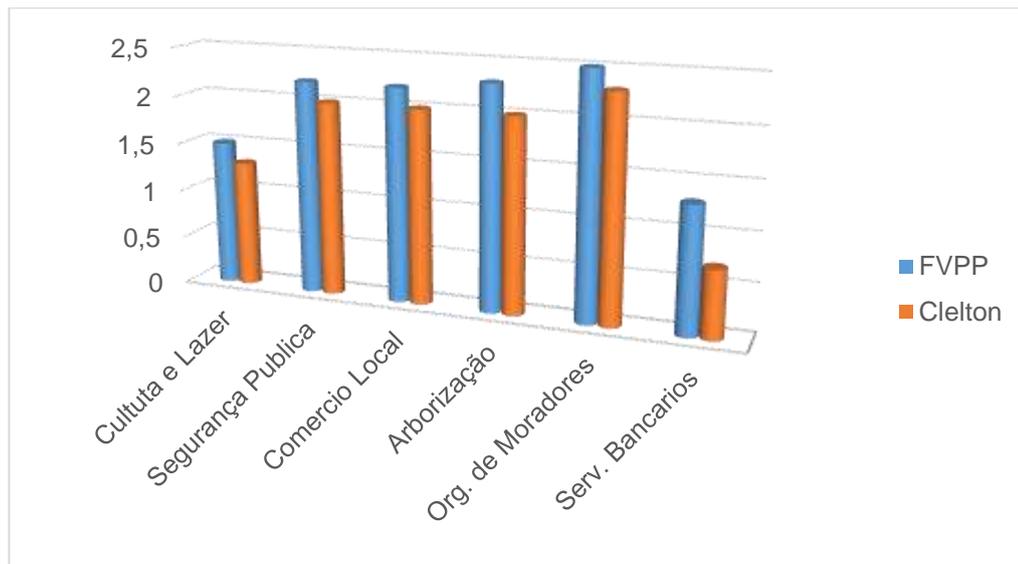
Levantar atenção sobre esses pontos é bastante importante, para deixar registrado que a empresa não cumpriu com uma grande parte das condições que foram acordadas, essa falta de acesso dentro dos RUCs á equipamentos que dinamizam os afazeres do dia a dia, vão ser constantes em todos os reassentamentos (Gráficos 15, 16, 17, 18).

- **Infraestrutura e Moradia.**



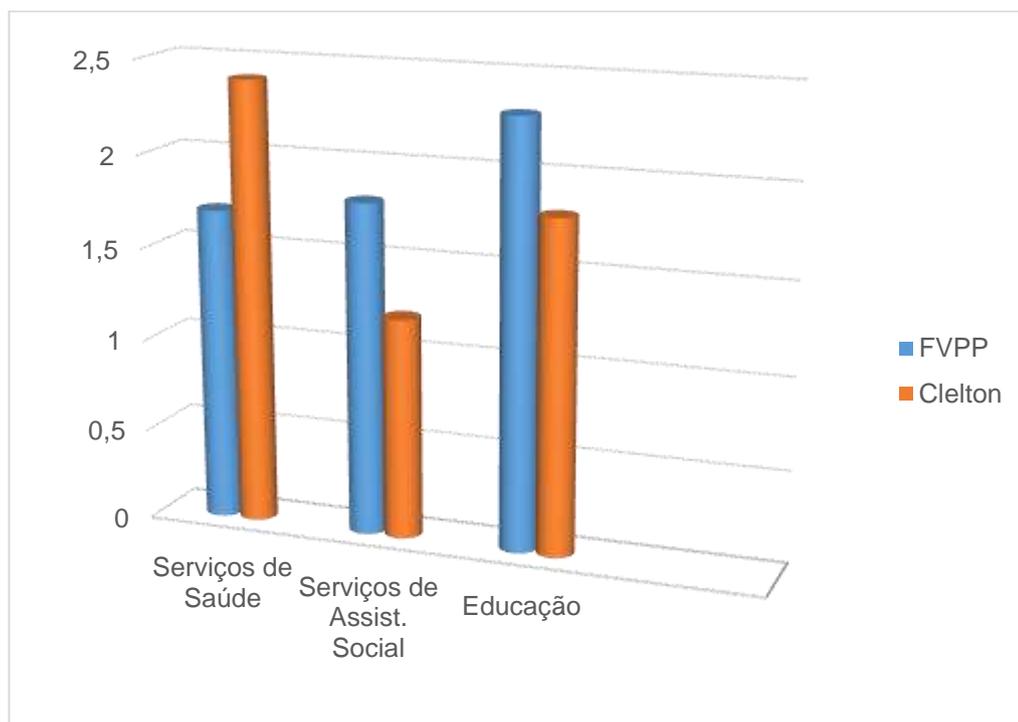
Elaborado por Conceição, 2021.

- **Organização, Segurança e Arborização.**



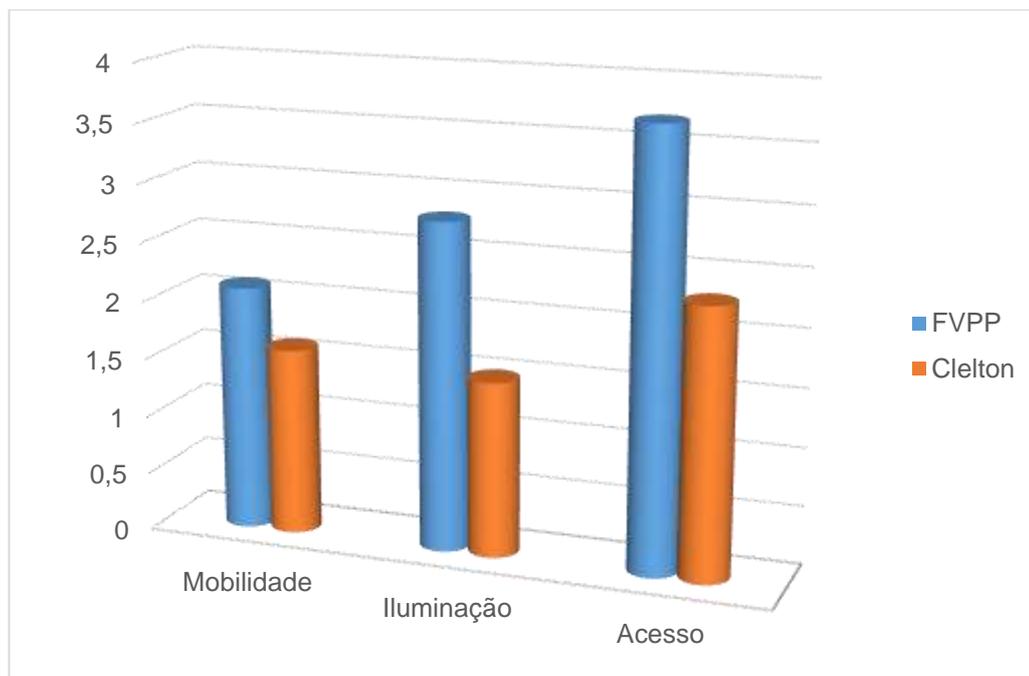
Elaborado por Conceição, 2021.

- **Equipamentos Sociais.**



Elaborado por Conceição, 2021.

- **Acessibilidade pública.**



Elaborado por Conceição, 2021.

O RUC Casa Nova (Figura 26), se destacava no primeiro momento nas pesquisas da FVVP, por possuir as notas mais altas no quesito de moradia, elas são as mais altas em comparação com outros RUCs, mas também se equipara quando chega nos demais equipamentos sociais que deveriam ter nos RUCs.

As avaliações ligadas aos serviços bancários também chamam atenção, os serviços bancários se concentram principalmente no centro da cidade, outra questão que chama atenção são as notas referentes aos dispositivos de cultura e lazer, sempre com notas abaixo da média 3,0.

O segundo reassentamento vistoriado foi o RUC Casa Nova. Seguindo o roteiro básico de vistoria do MPE-PA, foram verificados os poços, sistemas de drenagem, esgoto, iluminação e demais infraestruturas urbanas, e respondidos todos os questionamentos. Foi pontuado pelo próprio órgão vistoriador o mau uso dos equipamentos urbanos, praticado pelos próprios moradores dos reassentamentos, como já verificado no RUC São Joaquim (Norte Energia, 2017)

A palavra da Norte energia sobre os moradores do RUC Casa Nova se repete, eles mantem a retórica de que tanto as avarias e os problemas apontados pela população são na verdade causados pela própria população, sobre a falta dos outros equipamentos necessários para o funcionamento do reassentamento a empresa não se pronuncia.

“Aqui no ruc é até bom de viver, mas se a gente precisa ir no banco e no hospital, precisa ir para o centro, eu não consigo comprar nada aqui no ruc sem dinheiro, sem falar que os preços aqui dentro são absurdos, eles falaram para gente que aqui ia ter banco e tudo que a gente precisasse, mas aqui só tem as casas, tem

gente que é barqueiro que vai andando daqui até o rio levando o barco porque não tem como deixar lá no cais”. (Entrevista feita em janeiro de 2019)

“Viemos para cá para os Rucs, dizendo que a gente ia ter um acesso a uma moradia melhor e continuar íamos tendo os serviços que tem no centro aqui, falaram que também ia ter um espaço de lazer, um lugar para as crianças brincar, mas não tem nada disso não, fora que a escola ainda nem foi inaugurada, então os meninos têm que ir lá para o centro da cidade”. (Idem)

Essa falta de acesso ao lazer da população dos RUCs deixa claro uma grande exclusão das áreas centrais da cidade que foram ou revitalizadas ou reconstruídas a partir da UHE Belo Monte, justamente nos locais que aquelas pessoas ocupavam ou próximo aqueles locais aonde aqueles locais estavam situados antes.



Casas do RUC já em uso pela população. Fonte: Lizardo, 2015.

#### **3.4.4- Ruc Laranjeiras.**

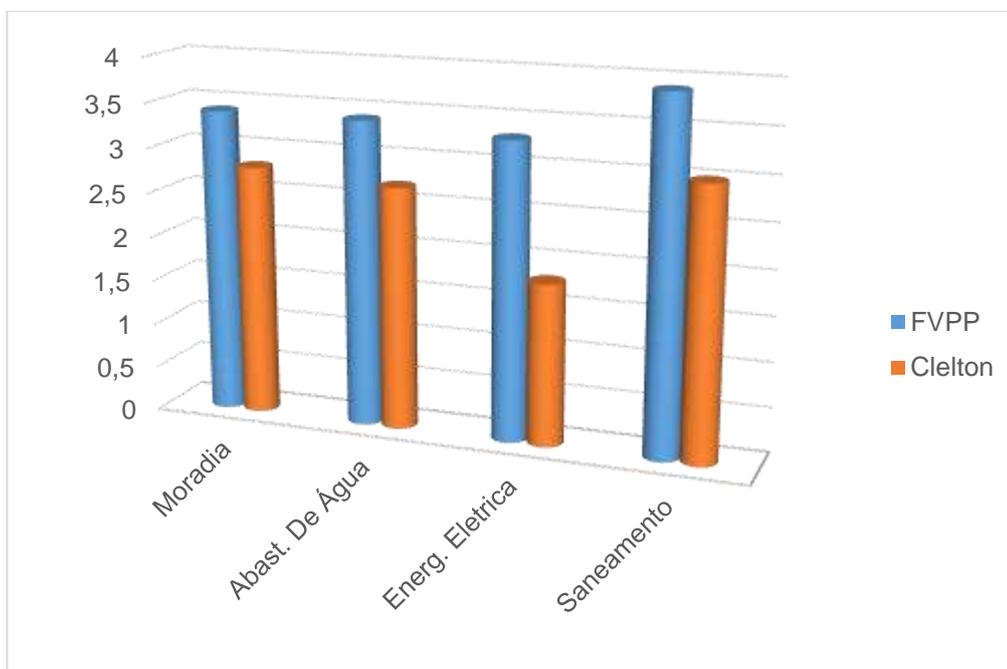
O RUC Laranjeiras é o reassentamento que fica ao lado oposto aos que os outros RUCs foram construídos, as notas iniciais também são elevadas no quesito de moradia infraestrutura na pesquisa da FVPP, e nas demais as notas não chegam nem a nota 3,0.

O RUC Laranjeiras passa pelos mesmos problemas que os demais reassentamentos, mas aqui no Laranjeiras vale ressaltar principalmente a questão das vias de locomoção que dão tanto aos moradores quanto a outras pessoas o acesso ao RUC, as vias que ainda não foram pavimentadas e os enormes buracos nas mesmas tornam o acesso ao RUC “difícil”.

Como o RUC, mais oposto a rota dos demais, o Laranjeiras está situado em uma área que possui em suas vias de acesso muitas avarias o que dificulta tanto a chegada quando a saída do reassentamento, se nos outros espaços em que foram assentados apesar das vias estarem em melhor estado, o acesso já era avaliado com notas baixas, aqui no RUC Laranjeiras fica nítido o isolamento dos moradores do centro da cidade (Gráficos 19, 20, 21, 22).

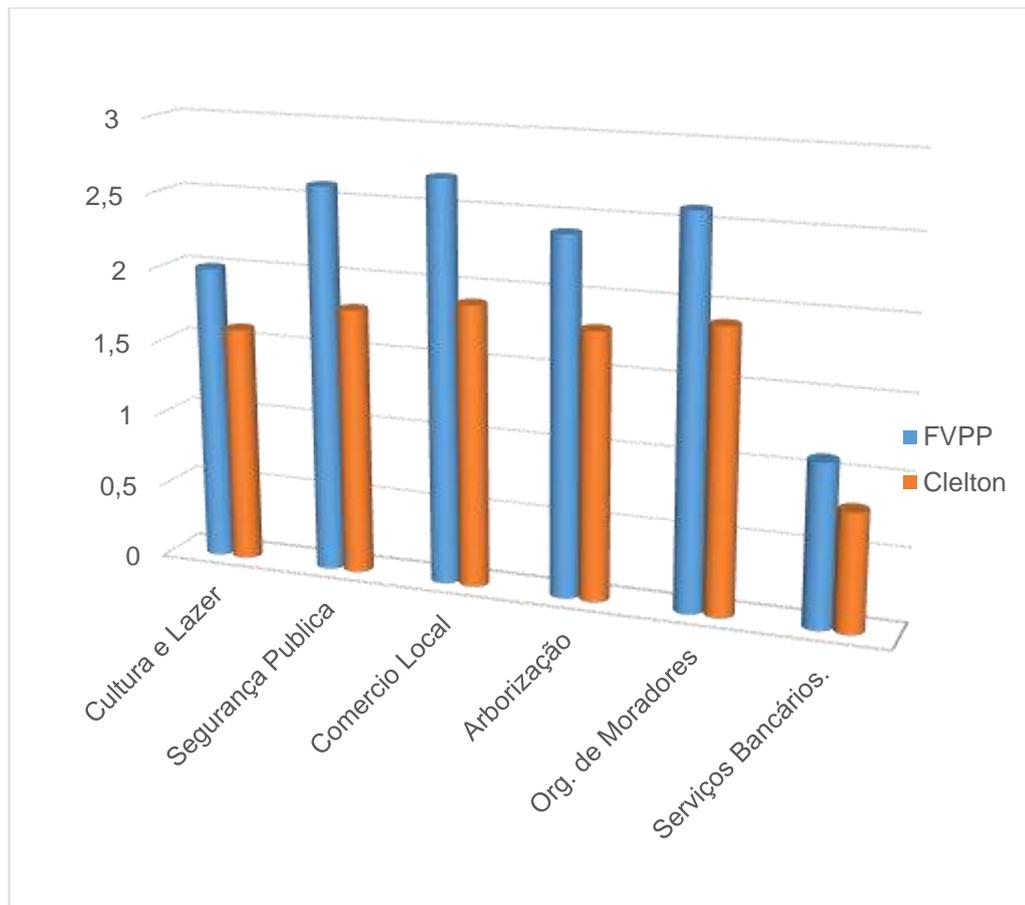
Se garantir o acesso dos moradores dos RUCs ao centro da cidade, seria uma tarefa tão difícil porque a empresa gestora da UHE Belo Monte, não fez uma reorganização do projeto, mesmo que as vias de acesso aos bairros não fossem de responsabilidade da empresa, eles têm uma responsabilidade legal de dar condições aos assentados de poderem ir e vir.

- **Moradia e Infraestrutura.**



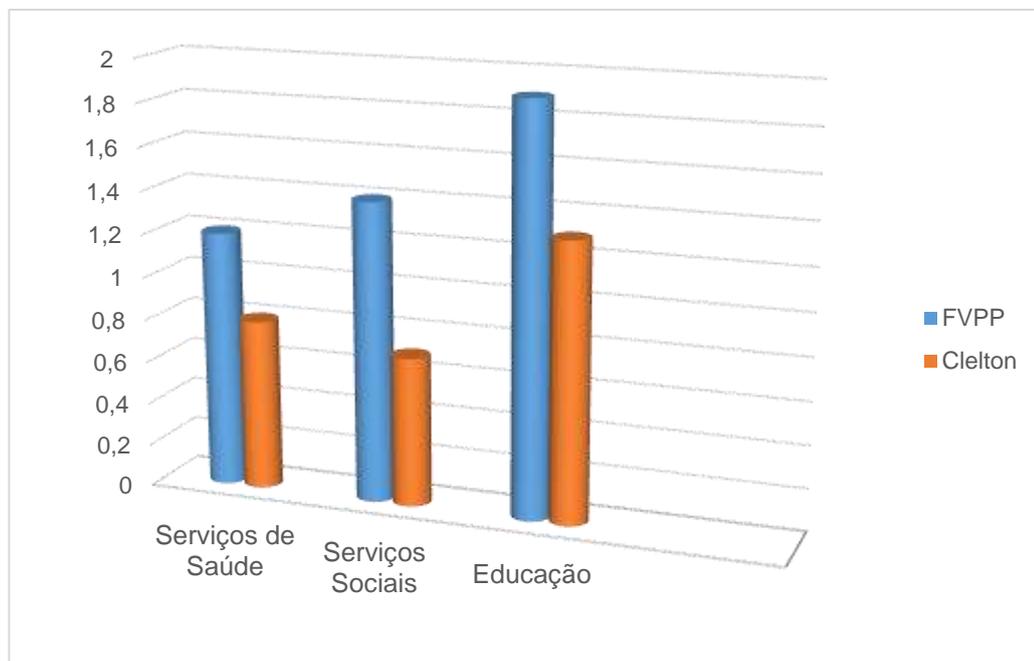
Elaborado por Conceição, 2021.

- **Organização, Segurança e Arborização.**



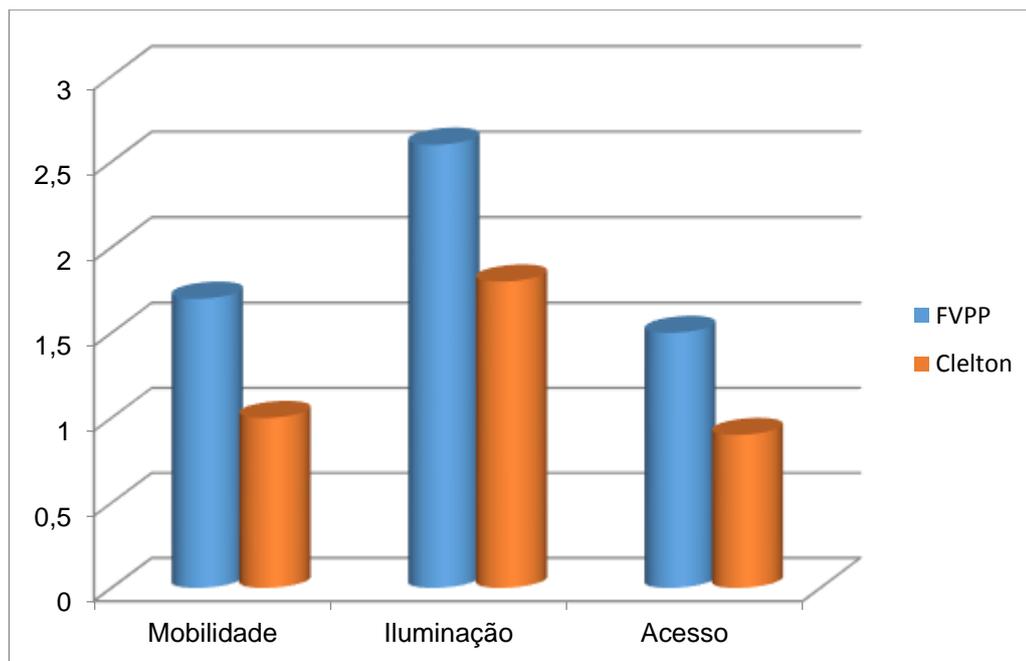
Elaborado por Conceição, 2021.

- **Equipamentos Sociais.**



Elaborado por Conceição, 2021.

- **Acessibilidade Pública.**



Elaborado por Conceição, 2021.

Como dito anteriormente os RUCs ficam distantes das áreas centrais da cidade, se a mobilidade já é ruim mesmo para quem distante tem vias de escoação em boas condições, imagina para quem não tem, e nesse processo que o RUC Laranjeiras está situado.

O Ruc laranjeiras (figura 27) passa por uma verdadeira ação de exclusão a posição de mobilidade, não que não possuam o direito de ir e vir eles possuem, o problema é justamente por aonde ir e vir, se antes as vias de acessos eram consideradas perigosas mesmo estando no centro, pela localidade em que estava situado, o que dizer de ter vias de difícil acesso.

Qual a culpa da empresa gestora do reassentamento nesse caso? Havia uma segregação<sup>17</sup> aos moradores dos bairros atingidos pela UHEBM, e havia a promessa de que com a mudança para os reassentamentos isso levaria há uma mudança de visão dessas pessoas, parece que nesse sentido mais uma vez o RUC deixou de ser “aplicável”.

<sup>17</sup> Nas cidades contemporâneas, os locais de moradia, de circulação e demais aspectos da reprodução social das distintas classes sociais nas cidades são modificados segundo as necessidades de acumulação do capital. Trata-se da época em que se passa da produção de mercadorias no espaço para a produção do próprio espaço como mercadoria (CARLOS, 2015). Esse processo é determinado por diferentes estratégias de valorização do solo urbano para exploração dos negócios imobiliários. Desse processo, emerge a segregação socioespacial não como uma externalidade, mas vinculada à própria produção da cidade capitalista. (Estronioli et. all, 2021, p. 221)

No Reassentamento Laranjeiras foram vistoriados a estação elevatória de esgoto e o poço desativado, uma vez que o bairro é abastecido diretamente pela rede de abastecimento do município, via COSALT. Em seguida foi verificada a infraestrutura urbana, como sistemas de esgoto, drenagem e pavimentação e logo após vistoriado o aterro do talude do ramal Cama de Vara, localizado em um dos acessos do RUC Laranjeiras, e explicado aos vistoriadores que os trabalhos, assim como diversos contratos de melhorias na infraestrutura da cidade de Altamira, de responsabilidade da Norte Energia S.A., estão contratados, dependendo apenas da estiagem da estação chuvosa, pois tratam-se de obras de terraplenagem em sua maioria. Logo em seguida foram visitados os portos de atracação (Norte Energia S.A 2017)

Há uma queda de braço entre a Norte Energia e a gestão municipal de Altamira, um processo que quem sempre sai perdendo no fim do jogo é a população, foi assim na questão da rede sanitária, e é assim na condução das vias de acesso do RUC laranjeiras, a Norte Energia coloca-se como empresa gestora e por isso precisa que a prefeitura autorize as obras e a prefeitura em contrapartida, diz que a responsabilidade por dar condições ao RUC é a Norte Energia.

Enquanto eles ficam nesse jogo de “morde e assopra”, a população fica sem a resposta para os problemas existentes, eles vão acumulando outros problemas, o problema de não ter vias de acesso segura, se torna uma bola de neve que acaba desaguando em outros problemas, ainda mais sérios.

Se chegar ao RUC Laranjeira por si só já é um desafio, como essas pessoas terão acesso aos outros elementos da cidade, já que dentro do RUC ainda não possuía escola, e o acesso ao hospital, a moradia por si só, não resolve o problema de quem não tem onde morar, ou de quem mora em locais insalubres, a moradia tem que vir acompanhadas de outros elementos que me proporcionem viver a moradia, moradia não é só o teto sobre a cabeça.

“Quando vim para o RUC falaram que as ruas seriam asfaltadas para que a gente não ficasse preso só nos RUCs, mas as ruas estão aí pra todo mundo ver, só piçarra, se chover a gente fica atolado, mesmo quem tem carro fica preso aqui”. (Entrevista feita em janeiro de 2019)

“Mudei para o RUC porque disseram que ia ter as coisas, a gente nem sair daqui consegue, eu tenho uma moto, mas até para sair daqui com seu veículo é uma dificuldade, porque essas ruas aí são tudo sem asfalto, para cair na lama e se machucar é rápido”. (Idem)

Os moradores dos RUCs continuam no sistema de segregação cada um em seu novo espaço de morada, as contínuas vivências de promessas de uma melhora de condição de moradia, continuam permeando o imaginário dos moradores atingidos.

Os moradores atingidos estão sempre a espera, à espera de um lugar, o lugar que lhes foi prometido e assegurado em contrato que teriam, mas como vimos até aqui essa espera vai continuar a se fazer presente.



Fotos de construção dos RUCs. Fonte: Lizardo, 2015.

### **3.4.5- Ruc Água Azul.**

O Ruc Água Azul é o Ruc que fica mais distante do centro, conta com 702 moradores assentado, O RUC Água Azul segue o mesmo roteiro dos demais RUCs, mantendo em alta as notas ligadas a moradia recebida, enquanto os outros elementos se mantêm com notas abaixo de 3,0 tornando mais uma vez os moradores assentados vítimas de processos excludentes dentro dos novos territórios (Gráficos 23, 24, 25, 26).

Como dito, os RUCs acabam massificando esse processo de exclusão a partir do momento em que os mesmos, se tornam locais em que elementos necessários para uma reprodução do cotidiano não se fazem presentes naqueles espaços.

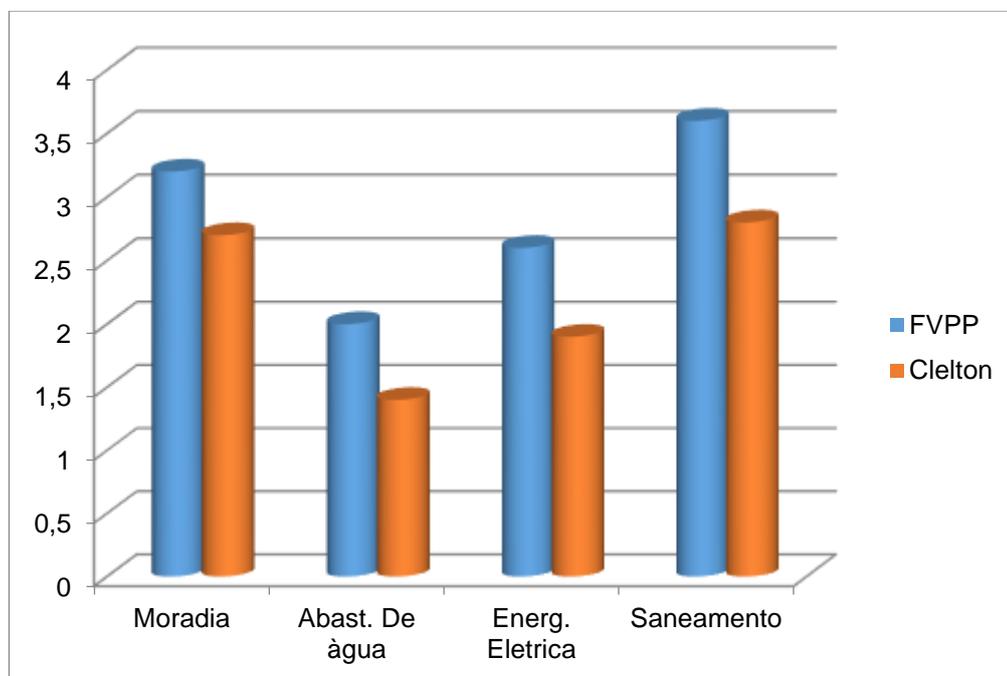
Os moradores atingidos pela construção da UHEBM, já passavam por uma segregação espacial, mesmo no centro, e a segregação espacial aqui se repete, pelo mesmo elemento o local de morada, e dessa vez essa segregação fica ainda mais evidente porque a segregação espacial era efetivada pela

estrutura física da moradia, que era vista com maus olhos, a contrapartida a essa estrutura física, era a localização das moradias, o acesso que as mesmas tinham a locais que faziam esse elemento segregador entrar em choque com uma inserção no centro.

A área central aqui dava aos moradores atingidos um vislumbre de participe do centro da cidade, aonde as coisas circulam, aonde as vendas acontecem, aonde tem posto médico, delegacia, aonde mesmo estando em um local que se estava sendo segregado, ainda assim se fazia parte da circulação da cidade.

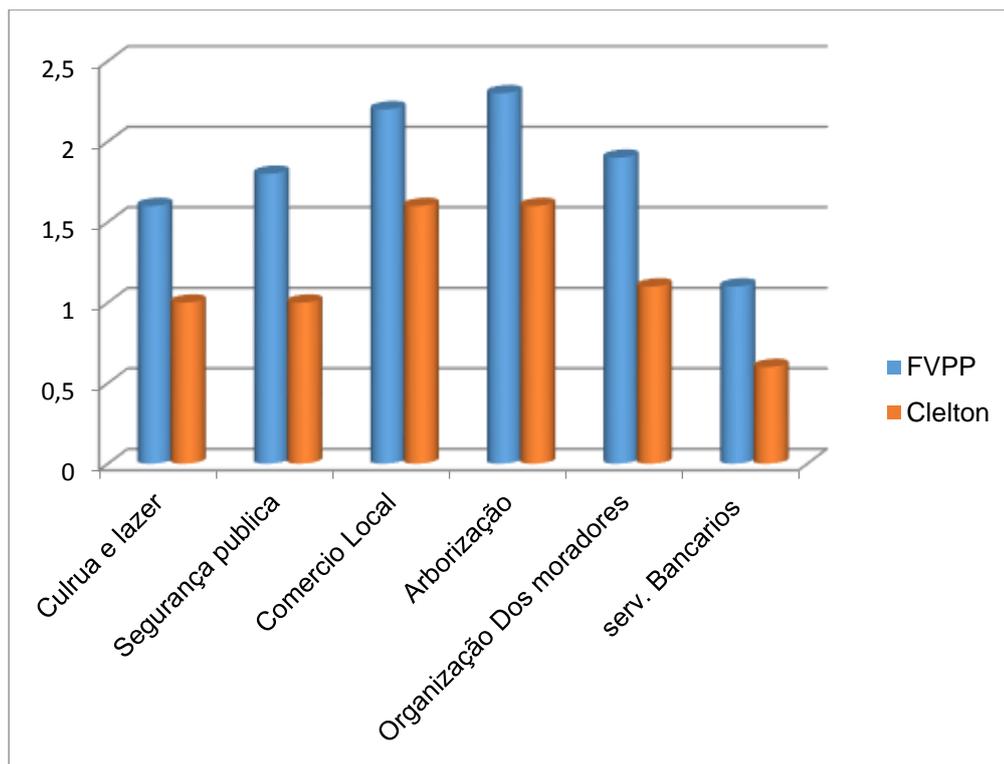
E essa circulação que faz com que os RUCs seja um espaço ainda mais excludente, um lugar de espera, da espera pelos benéficos acordados com a empresa gestora dos RUCs, o RUC retroalimenta o sentido de ser esquecido, parece que os moradores dos RUCs, parecem não merecer os elementos que lhes foram acordados. E acabam por ter que lidar com a exclusão do meio em quem estão situados, trazendo elementos de uma exclusão já preexistente e já sentida pelos mesmos,

- **Moradia e Infraestrutura.**



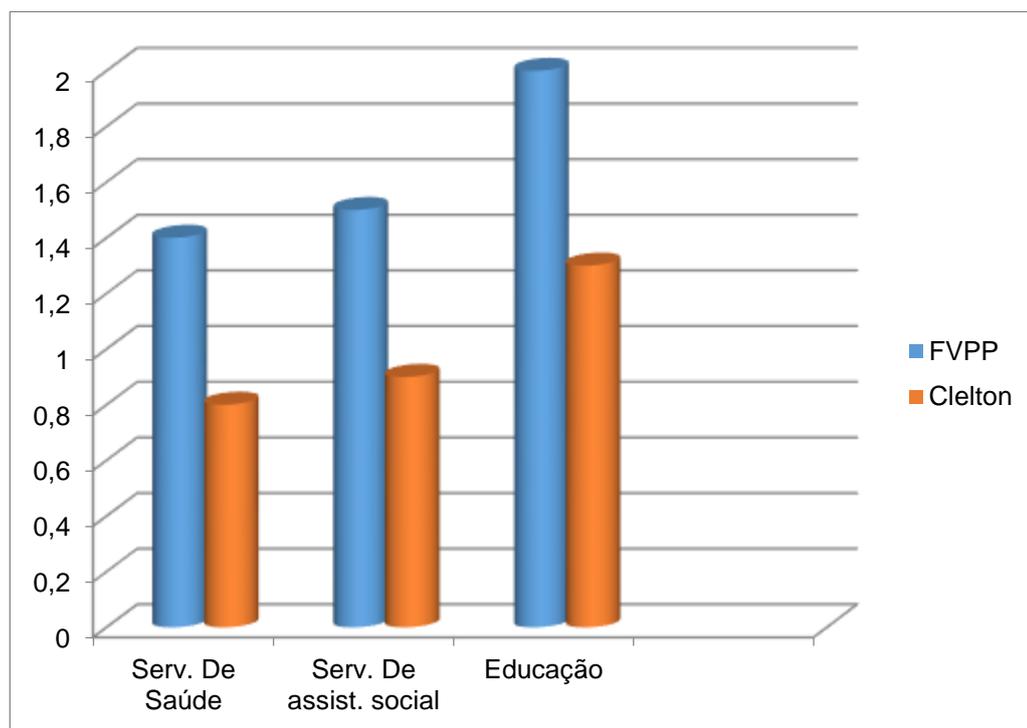
Elaborado por Conceição, 2021.

- **Organização, Segurança e Urbanização.**



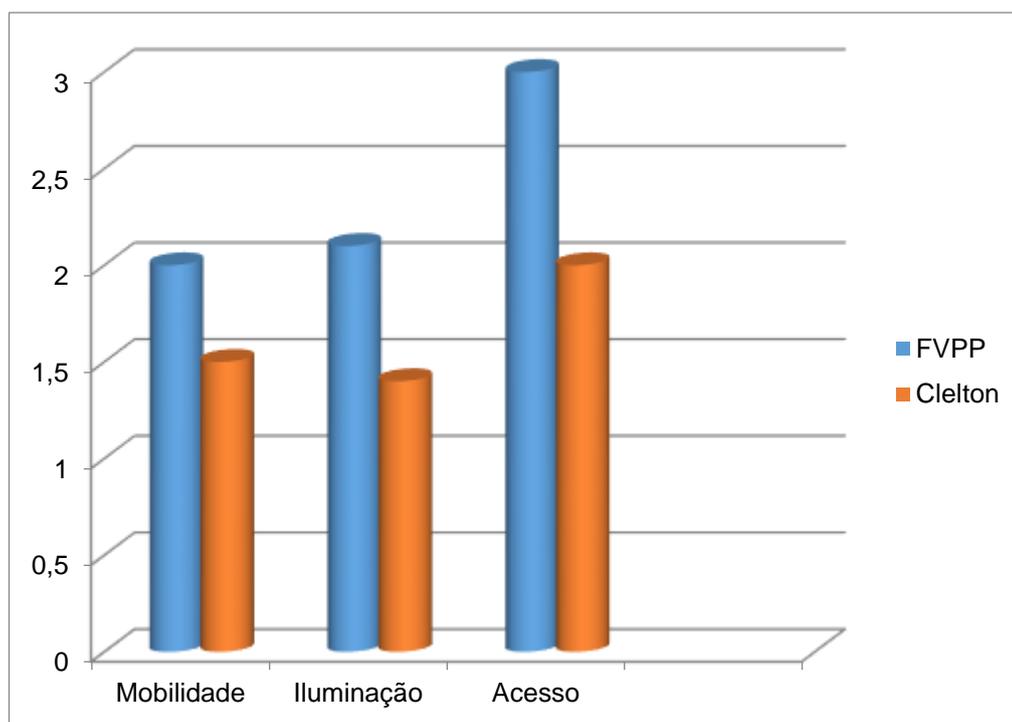
Elaborado por Conceição, 2021

- **Equipamentos sociais.**



Elaborado por Conceição, 2021.

- **Acessibilidade.**



Elaborado por Conceição, 2021.

As notas do RUC Água Azul (figura 28), só confirmam como a população dos RUCs foi segregada espacialmente em todos os níveis, o fato de não terem acesso ao mínimo que foi acordado com os gestores, mostra como as populações atingidas são tratadas dentro do contexto das grandes obras.

Sempre com a desculpa de trazerem melhorias as populações atingidas e ao povo das cidades em que são postas, estas obras são reproduções do espaço que segrega, em que os menos abastados sempre estão sendo postos como massa de manobra.

A UHE Belo Monte tem seus tentáculos iniciais dentro de um governo de política progressista, um governo que fez coro contra a obra na década de 80, por isso na época da obra o governo da presidente democraticamente eleita Dilma Rousseff foi alvo de muitos protestos no período de licitação da obra.

As segregações sofridas pelos moradores dos RUCs vão continuar sendo sofridas, pelo menos até que os mesmos tenham acesso aos demais equipamentos que a Norte Energia S.A disse que instalaria, e quando a queixa chega nos gestores municipais, eles dizem que a questão deve ser resolvida com a Norte Energia S.A.

No RUC Água azul foi seguido o roteiro dos outros RUC's com vistorias de poços, reservatórios, sistemas de esgoto, drenagem, iluminação pública e demais equipamentos de infraestrutura pública. Foi questionado durante a vistoria a falta

do acesso ao B.U.M (Barracão de Uso Múltiplo), ao qual foi informado que os acessos de todos os BUM's dos RUC's estão em fase de licitação para contratação de execução (Norte Energia. S.A, 2017)

A empresa gestora sempre que citada ou incitada a responder o porquê da não implementação dos elementos que estão dispostos nas condicionantes, sempre dá a mesma resposta, ou de que está esperando liberação, ou providenciando os elementos citados,

“Quando sai das palafitas, me disseram que a estrutura de moradia era melhor e realmente é, só que quando a gente chegou nas casas, elas tavam cheio de rachaduras, na minha rua tinha uns canos vazando, o posto de saúde está sem medico”. (Entrevista feita em fevereiro de 2019)

“Disseram que aqui no RUC, ia ter as coisas mais perto, mas é mentira, não tem nem posto de polícia aqui para defender a gente, a gente está só aqui, pelo menos perto do centro a polícia chegava, às vezes. Aqui não dá tempo de chegarem e prender”. (Idem)

Enquanto isso a população dos RUCs, continua a esperar pelos equipamentos sociais que lhes foram prometidos e acordado com os gestores, uma espera que parece mais como um revival do local de origem, porque a espera é justamente pelo que ali também não se tinha, e foi justamente com a promessa do que se teria, quando eles foram arredados na construção da UHE Belo Monte.

Outro fator que deve se considerar com bastante preocupação é o fato de que agora com as distâncias dentro dos RUCs, os moradores voltaram as margens, se antes as margens dos Rios seus modos de vidas e dependendo do local a forma como se olhava para os mesmos, agora eles voltam as margens de um ambiente de instabilidade de segurança, segurança essa que também foi assegurada no contrato.

Porém parece que a única segurança dentro dos RUCs que os moradores têm é a de que os elementos que eles dependem para se ter um ambiente de qualidade de vida mais digno está em fase de licitação.



Foto: Casa no Ruc Água Azul. Fonte: Mônica Lizardo, 2015.

#### 4 - Conclusão

As avaliações de infraestrutura e moradia entre 2016 e 2018 tem um padrão muito parecido, na minha pesquisa utilizei uma base de questionário parecido com o da FVPP e utilizando o padrão de notas iguais 0 a 5, quando olhamos as frequências de notas tanto da pesquisa feita pela FVPP no seu projeto quanto no meu trabalho de campo é inegável como as notas não tem variação para cima, no padrão de avaliação nenhuma chegou nem se quer próximo da nota máxima de escala.

Os RUCs tinham como função principal a de dar qualidade de vida aos moradores que antes não viviam em condições adequadas, porém sua distância e falta de serviços essenciais acabou por transforma-los em um verdadeiro problema para os moradores, a Fundação Viver, produzir e preservar que desempenha um projeto de acompanhamento com os moradores do RUCs, fez um levantamento sobre como os moradores se sentem no novo local de moradia com notas que variavam de 1 a 5 (tabela 2).

**TABELA 2: DIMENSÃO DE ANÁLISE. NOTA DE AVALIAÇÃO DAS FAMÍLIAS EM RELAÇÃO A QUALIDADE DE VIDA E MORADIA NOS RUCs:**

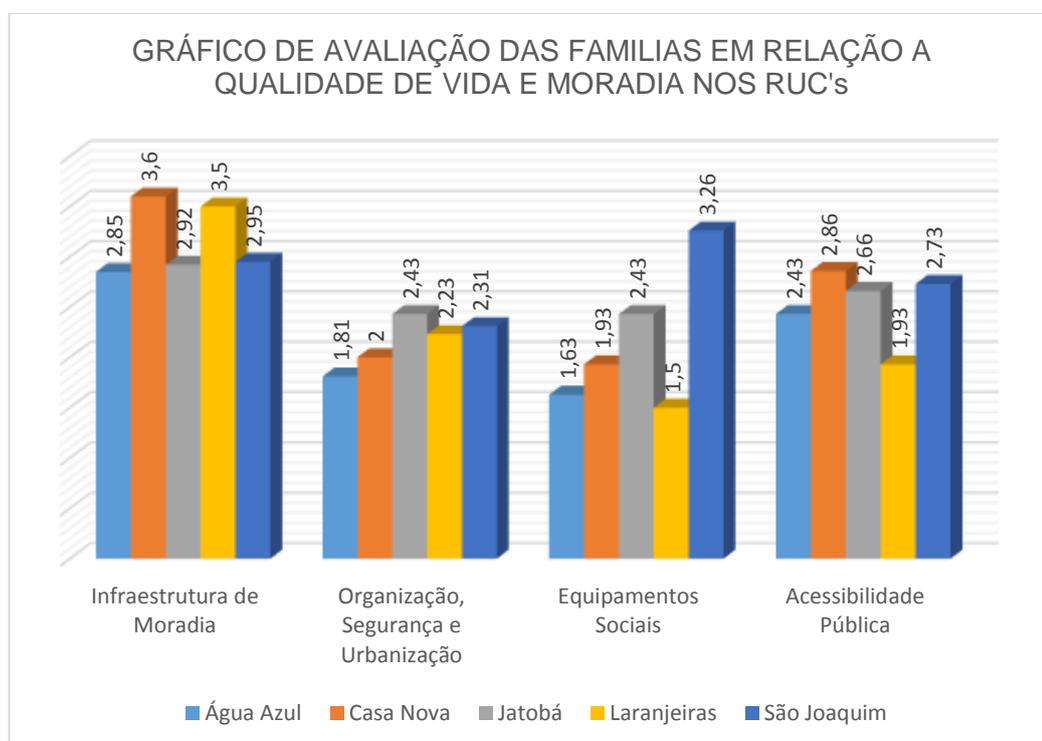
CATEGORIA DE ANÁLISE	Ruc Água Azul	Ruc Cidade Nova	Ruc Jatobá	Ruc Iaranjeiras	Ruc São Joaquim
<b>INFRAESTRUTURA E MORADIA</b>					
MORADIA	3,2	3,3	3,4	3,4	3,1
ABASTECIMENTO DE AGUA	2	4,3	2,2	3,4	2,4
ENERGIA ELETRICA	2,6	3	2,7	3,3	2,7
SANEAMENTO	3,6	3,8	3,4	3,9	3,6
<b>ORGANIZAÇÃO, SEG. E URBANIZAÇÃO</b>					
CULTURA E LAZER	1,6	1,6	2	2	2,5
SEGURANÇA PÚBLICA	1,8	2,2	2,5	2,6	2
COMERCIO LOCAL	2,2	2,2	3,3	2,7	3,2
AUTORIZAÇÃO	2,3	2,3	2,8	2,4	2,3
ORGANIZAÇÃO DOS MORADORES	1,9	2,5	2,7	2,6	2,6
SERVIÇOS BANCARIOS	1,1	1,2	1,3	1,1	1,3
<b>EQUIPAMENTOS SOCIAIS</b>					
SERVIÇOS DE SAÚDE	1,4	1,7	3,5	1,2	3,4
SERVIÇOS DE ASSISTENCIA SOCIAL	1,5	1,8	1,8	1,4	3
EDUCAÇÃO PÚBLICA	2	2,3	2	1,9	3,4
<b>ACESSIBILIDADE PÚBLICA</b>					
MOBILIDADE E TRANSPORTE PÚBLICO	2,1	2,1	2,3	1,7	2
ILUMINAÇÃO ELETRICA	2,2	2,8	2,3	2,6	2,9
ACESSO( VIAS, CALÇADAS, RUAS )	3	3,7	3,4	1,5	3,3

Fonte: FVPP, 2017. Elaborado por Conceição, 2021

Os RUCs tinham como função principal a de dar qualidade de vida aos moradores que antes não viviam em condições adequadas, porém sua distância e falta de serviços essenciais acabou por transforma-los em um verdadeiro problema para os moradores, a Fundação Viver, produzir e preservar que desempenhava um projeto de acompanhamento com os moradores do RUCs, fez um levantamento sobre como os moradores se sentem no novo local de moradia com notas que variavam de 1 a 5. Baseado nesses dados a FVPP, fez a seguinte análise acerca da opinião dos moradores (Gráfico 27):

As notas revelam uma melhor percepção dos moradores dos itens relacionados à moradia. Os indicadores 'moradia' e saneamento tiveram nota média superior 3. Dentro da dimensão "infraestrutura e moradia" o item com maior variabilidade nas notas é "abastecimento de água" que recebeu notas abaixo da mediana nos RUC's Água Azul e Jatobá, porém recebeu melhor nota em todos os quesitos dessa dimensão no Ruc Casa Nova. As notas confirmam uma resposta positiva dos moradores aos investimentos realizados durante e pós-entrevistas, com destaque para a distribuição de água. (FVPP, 2017, p. 39).

Ao fazermos uma análise quantitativa das notas<sup>18</sup> percebemos o quão distante os RUCs estão da qualidade de vida com relação ao que foi proposto inicialmente.



<sup>18</sup> Aqui não se levou em consideração o RUC do Pedral, principalmente por este ser uma demanda posterior ao início do projeto desenvolvido pela FVPP (Fundação Viver, Produzir e Preservar), este RUC tem como finalidade abrigar principalmente a população ribeirinha e indígena. Para obter esse resultado eu fiz um cálculo da média somada e depois dividi pelo número de categorias (dimensões) em cada uma das características apresentadas acima. As notas variavam de 0 a 5.

Fonte: FVPP, 2017. Elaborado por Conceição 2018.

Apesar de estarem em áreas com melhor infraestrutura habitacional, em seu novo local de moradia, a questão que mais chama atenção é como os processos de exclusão social e espacial sofridos pelos moradores dos RUCs, afetaram sua vivência nas novas áreas onde foram reassentados na cidade. Por exemplo, quais foram os hábitos mantidos por eles e quais os adquiridos no novo local de vivência.

No caso de Altamira, a área central continua sendo aquela de concentração das atividades do terciário, onde grande parte dos chefes de família da área interferida desenvolviam suas atividades enquanto assalariados. Desse modo, se entende que a instalação inicial dessas pessoas junto ao leito do Igarapé permitia alguns benefícios do ponto de vista da acessibilidade o que não se repete com as novas residências situadas nos RUCs (NETO, 2015, p. 12).

Quando faz sua análise acerca da comparação com o antigo local de moradia a FVVP, faz a seguinte ponderação com relação aos problemas enfrentados pelos moradores reassentados:

Os RUC's enfrentam o desafio de serem comparados a uma situação anterior de habitação consolidada, em que a estrutura existente via de regra precária em relação a moradia, era compensada por elementos típicos da consolidação dos bairros ou aglomerados urbanos com a oferta de serviços e equipamentos sociais. Os dados coletados nos RUC's demonstram que há satisfação em relação a casa e algumas estruturas que colocam a casa em funcionamento, como abastecimento de água. Porém, há desequilíbrio quando isso não vem acompanhado dos serviços como transporte, escola, posto de saúde ou centro de referência em assistência social (FVPP, 2017, p. 46)

Com isso as famílias reassentadas estão mais a margem de um processo excludente agora do que quando viviam de forma insalubre nas palafitas, a ideia da assistência a serviços básico, também lhes foi negada neste processo.

Soma-se a esse processo excludente a total remodelação do espaço em que estes viviam antes, hoje sobre o julgo de ter uma finalidade de apreciação da orla da cidade, trazendo signos ao espaço que nada remetem aos antigos signos que preexistiam as margens do Igarapé-Altamira (figura 29). Transformando o espaço antes visto como um local que “enfeitava” a cidade, no completo oposto do que era, e com direito a uma exclusão completa de tudo que ali existia, pelo menos por enquanto completamente.



Complexo museológico de Altamira, ao fundo Igarapé Altamira revitalizado Fonte: Norte Energia, 2016.

Os reassentamentos urbanos coletivos (RUCs), poderiam ser um sistema com um funcionamento completamente viável, se fosse implementado com todas suas condicionantes atendidas, a verdade é que o viés da urbanização moderna, a retirada de pessoas com menor poder financeiro e muita das vezes sem voz é muito mais comum do que imaginamos.

Os dados da FVPP servem como parâmetros do início da pesquisa quando fui a campo para constatar como a vivência nos ruc estava os dados são ainda mais baixos se antes a nota máxima atingida era em sua maioria três agora essas notas se tornam mais raras.

Com a finalidade de resolver um problema de habitação os reassentamentos acabaram culminando em outros vários problemas, entre eles a tão propagada e cada vez mais presente em muitos centros urbanos exclusão socioespacial.

O povo menos abastado como sempre desprovido de serviços que são essenciais e que o Estado enquanto órgão gestor tem obrigação de fornecer, acaba sendo levado a aceitar acordos para se ver amparado pelo menos a um desses direitos, no caso dos moradores dos RUCs, esse serviço veio através unicamente através da moradia em que estão colocados.

Os moradores dos RUCs fazem parte de um processo excludente e focado em apagar aquilo que não lhe salta os olhos como forma de lucro, a ideia de tirar proveito do mais simples sistema existente é o que mantém esse sistema em movimento, trazendo consigo processos que tem como principal característica a exclusão dos menos favorecidos, tendo estado como principal agente modelador do mesmo.

Constrói-se um consenso pautado pela existência de elementos que desvalorizam uma área (desde prédios abandonados ou degradados até a presença de população de baixo poder aquisitivo, ou mesmo sem poder aquisitivo) para, em nome da requalificação, projetar estratégias, que ainda que no discurso se coloquem em nome do bem social, tendem a favorecer grupos privilegiados economicamente, buscando afastar a população que, na mesma visão, "desqualifica" o local. É nesse sentido, da mudança do uso social que se faz nas áreas centrais, que podemos afirmar que existe, sim, uma estratégia de repulsão das camadas populacionais de mais baixa renda. Tendo como referência Smith (2006), pode-se dizer que está dada uma estratégia de gentrificação da área central e das centralidades da cidade de São Paulo, em especial aquelas onde estão previstas as novas Operações Urbanas (SMITH 2006 Apud ALVES 2010).

Quando a reestruturação urbana de Altamira foi começada a pensar a ideia de que a retirada dos moradores daquele local insalubre, era vista com bons olhos pela maioria da população do município, e também pela forma como a área de palafitas era visto como um local perigoso, também foi o motivo do apoio de uma parcela da população.

Com isso as famílias reassentadas estão mais a margem de um processo excludente agora do que quando viviam de forma insalubre nas palafitas, a ideia da assistência a serviços básico, também lhes foi negada neste processo.

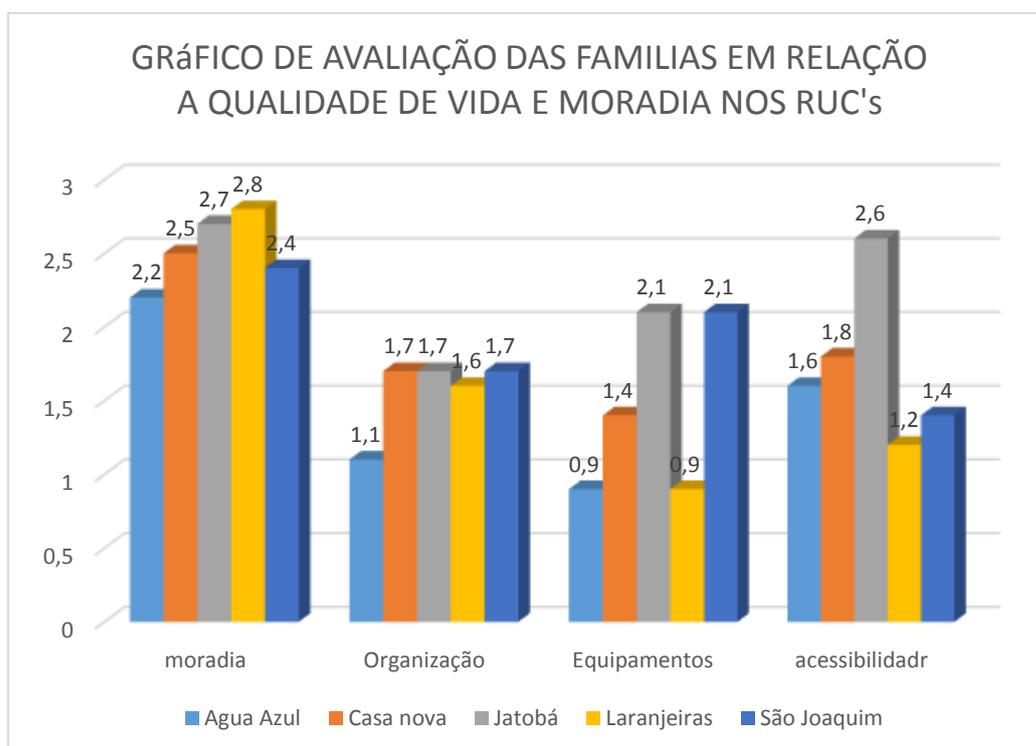
Utilizando o mesmo processo que a FVPP, veio a utilizar utilizei os mesmos processos de avaliação para os mesmos equipamentos sociais que a fundação utilizou, fiz minha pesquisa de campo e obtive as seguintes notas.

**TABELA 3: DIMENSÃO DE ANÁLISE. NOTA DE AVALIAÇÃO DAS FAMÍLIAS EM RELAÇÃO A QUALIDADE DE VIDA E MORADIA NOS RUCs:**

CATEGORIA DE ANALISE	Ruc Água Azul	Ruc Case Nova	Ruc Jatobá	Ruc laranjeiras	Ruc São Joaquim
<b>INFRAESTRUTURA E MORADIA</b>					
MORADIA	2,7	2,9	2,1	2,8	2,7
ABASTECIMENTO DE AGUA	1,4	3	1,9	2,7	1,9
ENERGIA ELETRICA	1,9	1,8	2,3	2,7	2,3
SANEAMENTO	2,8	3	2,4	3	2,8
<b>ORGANIZAÇÃO, SEG. E URBANIZAÇÃO</b>					
CULTURA E LAZER	1	1,3	1,5	1,6	2
SEGURANÇA PUBLICA	1	2	1,9	1,8	1,5
COMERCIO LOCAL	1,6	2	1,8	1,9	2,7
ARBORIZAÇÃO	1,6	2	2,1	1,8	1,7
ORGANIZAÇÃO DOS MORADORES	1,1	2,3	2,2	1,9	2
SERVIÇOS BANCARIOS	0,6	0,7	0,9	0,8	0,8
<b>EQUIPAMENTOS SOCIAIS</b>					
SERVIÇOS DE SAÚDE	0,6	1,3	3	0,8	2,5
SERVIÇOS DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,8	1,2	1,8	0,7	1,5
EDUCAÇÃO PUBLICA	0,9	1,8	1,6	1,3	2,5
<b>ACESSIBILIDADE PUBLICA</b>					
MOBILIDADE E TRANSPORTE PUBLICO	1,5	1,6	1,8	1	1,2
ILUMINAÇÃO ELETRICA	1,4	1,5	1,3	1,8	1,5
ACESSO ( VIAS, CALÇADAS, RUAS )	2	2,3	2,2	0,9	2,6

Fonte: Conceição, 2021. Elaborado por Conceição, 2021

Com isto feito comparei os dados da minha incursão a campo para que possamos ter uma noção de como os RUCs enquanto local de moradia e de vivência social está deixando a desejar, colocando nos mesmos uma outra reprodução de vivências e significados em seus moradores (Gráfico 29).



Fonte e Elaboração: Conceição, 2021

As notas corroboram a forma como os moradores dos rucs vivem, e como irão se ver a partir do território de moradia que ocupam, o espaço que lhes foi

destinado ainda os mantem a margem da cidade, a margem dos campos sociais, e envoltos nesses signos de descasos eles vão “vivendo” (Figura 29).

Aliás signos parecem ser uma constante em populações que são levadas a se realocarem, e é sobre o cunho dele que alguns moradores dos RUCs, se agarraram com fins de reproduzir ao menos uma parte do que se perdeu com a retirada dos mesmos das margens do Igarapé, reproduzir ao menos uma parte do local onde se viveu, onde se construiu, onde se moldou e onde se aprendeu a ser, a reprodução do seu habitat é remodelada ao novo lar.



Casa no RUC Jatobá com os restos de madeiras das palafitas. Fonte: Monica Lizardo, 2015.

Com a consolidação dos novos bairros no território Altamirense, novos processos começaram se desencadear nestes locais, entre eles o processo de troca de moradores entre os RUCs, muito motivados pela proximidade com a família ou mesmo pela questão da distância entre as localidades.

Aqui se torna necessário ressaltar as deficiências e ineficiências dentro dos reassentamentos, ineficiências que tendem a se materializar dentro dos rucs, enquanto os moradores dos rucs continuam a esperar pelos benefícios que lhes foram acordados.

Os rucs começam a se materializar como esse intenso local de espera, a espera constante de que serão olhados pela e que seus problemas serão solucionados, problemas que se tornam ainda mais constantes a partir dos processos não finalizados pelos viventes dos reassentamentos.

Trazendo-lhes novas e constantes rebatimentos para se processar nesse ambiente novo que era para produzir um espaço de socialização, mas que não permite isso pela falta dos elementos que produziriam dinâmicas sociais.

O que nos cabe ressaltar aqui é que o RUC acabou por se tornar um local de passagem, em contexto que deveria ser de permanência, principalmente após a construção do Ruc do Pedral, o reassentamento mais próximo do centro da cidade e que tem como característica principal, ser destinado as populações ribeirinhas e indígenas, que queriam maior proximidade com o Rio e sua dinâmica.

Como podemos ver o Ruc que tinha sido definido como um local de moradia permanente para as populações atingidas do município de Altamira, acabou por se tornar, na verdade mais um território aonde essa população continua a esperar pelo que lhes foi prometido.

Com isto posto terá o RUC adaptado sua função inicial, de local permanente para um local com uma finalidade ainda desconhecida, terá este se transformado em território de espera, um território de parada temporária para sua população.

Os fenômenos de mobilidade e de deslocamento se afirmam como características essenciais das nossas sociedades contemporâneas. Para tanto, longe de serem fluidos, homogêneos ou lineares, estes deslocamentos são pontuados de tempos, mais ou menos longos, de espera. Tendo por origens razões técnicas, administrativas ou políticas, tais momentos encontram bem frequentemente uma tradução espacial: territórios acolhem estas sociedades em espera. (VIDAL et. al. 2011).

Os rucs como processo de vivência não conseguiu se transformar no lugar de vivência, vive uma constante ebulição de processos que ainda não conseguiram se resolver com a saídas das palafitas, muito pelo contrario, começaram a reproduzir um processo de exclusão e segregação social, ainda mais imputivo aos moradores dos bairros atingidos.

Os RUCs acabam assim por se tornar o local de uma grande espera de ajuda, de mudanças e principalmente de espera pelo processo de socialização

tão ampliado pelo discurso que foi impetrado para a remoções dos residentes desses espaços.

## REFERÊNCIAS

ALVES, G .A. **O uso do centro da cidade de São Paulo e sua possibilidade de**

**apropriação.**In [http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/Livro\\_gloria.pdf](http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/Livro_gloria.pdf) **Data da publicação 2010**

BALBO, Marcello (1993). **Urban Planning and the Fragmented City of Developing Countries. Third World Planning Review**, vol. 15, n. 1, pp. 23–35.

BECKER, Bertha. **Amazônia: geopolítica do III milênio.** Rio de Janeiro: Garamond,2008.

\_\_\_\_\_. **Amazônia.** São Paulo: Ática, 1990a. (Série Princípios).

\_\_\_\_\_; COSTA, Francisco Assis (Org.) ; COSTA, W. M. (Org.) . **Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições.** 1. ed. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2009. v. 1. 426p .

BRAUDEL,Ferdinand. **Civilização material, economia e capitalismo no Sec. XV-XVIII.** São Paulo. Martins Fontes. v.3 ( O tempo do Mundo). 1996.

CONTINI, Elísio. **A colonização na Transamazônica: um enfoque analítico do plano governamental, seus resultados e problemas.** Dissertação (Mestrado em Administração Pública), Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Escola Brasileira de Administração Pública, 1976, p. 144-145.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Ed. Ática.1968.

**DE SOUZA, M..** Transamazônica: integrar para não entregar. **NOVA REVISTA AMAZÔNICA**, v. 8, p. 133-152, 2020.

ESTRONIOLI, E. M. ; **MIRANDA NETO, J. Q. .** A Hidrelétrica de Belo Monte como fator de segregação socioespacial: uma análise a partir da cidade de Altamira-PA. **NOVOS CADERNOS NAEA JCR**, v. 24, p. 219-238, 2021.

DE ROOY, Gregor Guedes Alcofarado Assunção, **um estudo da Influência do Pensamento Geopolítico na concepção do programa de Integração Nacional (PIN).** Dissertação. Escola de comando Maior. 2019.

FUNDAÇÃO VIVER, PRODUZIR E PRESEVAR. **A VOZ DOS ATINGIDOS DE BELO MONTE: DESSAFIOS E DIREITOS.** FVVP. 2017. RESULTADO DO PROJETO 105/2014 CT 05 PDRSX.

GIOVANAZ, Daniel. Transamazônica, 45 anos. *In Amazônia, notícia e informação*. 20 de novembro de 2017. Disponível em: <http://amazonia.org.br/2017/11/transamazonica-45-anos-sobre-madeira-clandestina-e-ouro-para-ingles-ver/>. Acesso em: 05 jan. 2019.

**GRISOTTI, M.** A construção de relações de causalidade em saúde no contexto da hidrelétrica de Belo Monte. *Ambiente & Sociedade (Online)*, v. 19, p. 291-310, 2016.

<http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/>

<https://www.dicionarioinformal.com.br/desterritorialização/Desterritorialização>  
Dicionário inFormal

<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,belo-monte-tera-de-remover-bairro-de-palafitas-de-altamira,70002225436>

<http://www.norteenergiasa.com.br>

<https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/entenda-o-que-sao-as-condicionantes-que-envolvem-a-construcao-da-hidreletrica-de-belo-monte>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Aglomerados Subnormais: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KOHLHEPP, G. "Brasiliens problematische Antithese zur Agrarreform: Agrarkolonisation in Amazonien. Evaluierung wirtschafts- und sozialgeographischer Prozeßabläufe ander Peripherie im Lichte wechselnder agrarpolitischer Strategien" em Elsenhans, H. (ed.) *Agrarreform in der Dritten Welt* (Frankfurt am Main, New York: Campus, 1979), pp. 471-504.

\_\_\_\_\_. Conflitos de Interesse no Ordenamento territorial da Amazônia Brasileira. *Estudos Avançados*. 2002.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999

MACHADO, L **Sistemas "longe de equilíbrio" e reestruturação espacial na Amazônia**. *Cadernos IPPUR/UFRJ*, 1995.p. 83-106.

MEDEIROS, RODRIGO AUGUSTO LIMA DE. A ditadura de 1964 e o governo da natureza: a construção de uma Amazônia geopolítica. Universitas humanas, v. 12, p. 41-58, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. São Paulo: Vozes, 2012.

MIRANDA NETO, J. Q.; HERRERA, J. A. . Expansão urbana recente em Altamira (PA): novas tendências de crescimento a partir da instalação da UHE Belo Monte. Ateliê geográfico (UFG) **JCR**, v. 11, p. 34-52, 2018.

**MIRANDA NETO, J.Q.** USINA HIDRELÉTRICA E A QUESTÃO DA HABITAÇÃO EM ALTAMIRA-PA: UM ESTUDO A PARTIR DOS NOVOS ASSENTAMENTOS URBANOS. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA - SIMPURB, 2015, FORTALEZA - CE. ANAIS DO SIMPURB 2015, 2015.XXI. Setembro, 2015. Fortaleza- CE

Norte Energia S.A. relatório de vistoria nos reassentamentos, 2017

PARÁ – Governo do Estado. **Plano de desenvolvimento regional do Xingu.** Belém, 2009.

Paula, Jania Maria de. O mito do vazio demográfico amazônico e as tentativas para implantação de colônias de imigração. RESEARCH, SOCIETY AND DEVELOPMENT, v. 11, p. e42811528399, 2022.

PEREIRA, Airton dos Reis. A colonização na Transamazônica durante o governo de Emílio Garrastazu Médici. Reflexão e Ação (Online), v. 23, p. 54-77, 2015.

ROCHA, Gilberto de Miranda. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e a dinâmica populacional e urbana de Altamira (PA). In: ARAGÓN, Luís E. (ORG) **Migração interna na Pan-Amazônia.** Belém: NAEA/UFPA, 2009

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002. (Coleção Milton Santos; 1).

\_\_\_\_\_. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2005. (Coleção Milton Santos;6).

SENA, Tânia Conceição. Trabalhadores nos canteiros de obras da UHE Belo Monte-Altamira: condições de saúde e políticas públicas. 2014. Dissertação-

Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Tropicó Úmido, Belém, 2014.

SILVA FILHO. A Amazônia e o plano de integração nacional: os projetos de expansão e o avanço do capital nas sociedades tradicionais. *TEMPO AMAZÔNICO*, v. V.3, p. 136-152, 2017.

SILVA, Golbery do Couto. *Geopolítica do Brasil* 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria J. Olympio, 1967. (Coleção Documentos Brasileiros, 126).

SILVA, Michelle Sena da. **Município e gestão ambiental do território: impactos da 2ª etapa da UHE as ações locais de abastecimento de água em Tucuruí (PA)**. 2009. 108 f. Dissertação- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém- PA.

SOUZA Matilde de. **A Epopeia da Transamazônica: 90 milhões em ação**. 1995. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Ciência Política/UFMG, 1995.

Soares, Filipe Menezes. *O governo Médici e o Programa de Integração Nacional (Norte e Nordeste): discursos e políticas governamentais (1969-1974)* / Filipe Menezes Soares. – Recife: O autor, 2015.

THERY, Hervé. NOUVEAUX PAYSAGES URBAINS DU PROGRAMME MINHA CASA, MINHA VIDA. *MERCATOR (FORTALEZA. ONLINE)*, v. 16, p. 999-999, 2017.

TRINDADE JUNIOR, Saint Clair Cordeiro. Cidades na floresta: os grandes objetos como expressões do meio técnico-científico-informacional no espaço amazônico. **Revista do IEB**. N.51, 2010, set. /Mar. p.113-137.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. Uma floresta urbanizada? Legados e desdobramentos de uma teoria sobre o significado da cidade e do urbano na Amazônia. *Espaço Aberto*, v. 3, p. 81-100, 2013

\_\_\_\_\_. Diferenciação territorial e urbano diversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. **Revista Cidades**. Vol. 7, nº 12. 2010. pp.227-255.

UMBUZEIRO, Ubirajara Marques. **Altamira e sua história**. 3.ed. Altamira: Prefeitura Municipal de Altamira – PMA, 1999.

[VIDAL, L.](#). Sociétés, mobilités, déplacements: les territoires de l'attente. Le cas des mondes américains (d'hier à aujourd'hui). Confins, v. 11. 2011.

**VOL II 4. PLANO DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO ATINGIDA. NORTE ENERGIA.**